Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geografia

Ana Beatriz Costa Farias

Geografias feministas e gestão do território: análise de instrumentos na comunidade de Dois Rios – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ).

Rio de Janeiro
2021

Ana Beatriz Costa Farias

Geografias feministas e gestão do território: análise de instrumentos na comunidade de Dois Rios – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.ª Dra. Sonia Vidal Gomes da Gama

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

F224 Farias, Ana Beatriz Costa.
Geografias feministas e gestão do território: análise de instrumentos na comunidade de Dois Rios – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) / Ana Beatriz Costa Farias. – 2021.
151f.: il.

Orientadora: Sonia Vidal Gomes da Gama.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia feminista – Vila Dois Rios (Ilha Grande, RJ) – Teses. 2. Mulheres no desenvolvimento da comunidade – Vila Dois Rios (Ilha Grande, RJ) – Teses. 3. Territorialidade humana – Vila Dois Rios (Ilha Grande, RJ) – Teses. 4. Percepção geográfica – Vila Dois Rios (Ilha Grande, RJ) – Teses. 5. Mulheres – Condições sociais – Teses. I. Gama, Sonia Vidal Gomes da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.3:141.72(815.3)

Bibliotecária responsável: Taciane Ferreira da Silva / CRB-7: 6337

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Ana Beatriz Costa Farias

Geografias feministas e gestão do território: análise de instrumentos na comunidade de Dois Rios – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 05 de abril de 2021.

Orientadora: Prof.ª Dra. Sonia Vidal Gomes da Gama

Instituto de Geografia – UERJ

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Achilles d'Ávila Chirol

Instituto de Geografia – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Mariana Araujo Lamego

Instituto de Geografia – UERJ

_____

Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à ancestralidade, antepassadas, anciãs, pombagiras, ciganas, caboclas, orientais, pretas velhas e Iabás. Em especial, à Patricia Fereira Costa Farias, minha mãe, a Oxum mais bonita. Olhares e forças femininas que habitam em mim e me guiaram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Àgó!

Motumbà! Motumbà Àṣẹ! Agradeço de Exu a Oxalá pelos cruzamentos, proteções,saúde e força.

À Elizabeth, minha psicóloga, pela escuta presente e retornos tão afetuosos e encorajadores.

Ao meu companheiro, Pedro Lucas Gomes, por ter chegado em um momento crucial dessa dissertação com uma energia tão potente, atenciosa e amorosa.

À minha família, Patricia, Roberto e Roberto Jr, por toda infraestrutura, dedicação, confiança e amor. Minha *Sankofa:* volte e pegue!

Aos meus amigos e amigas, em especial Carolina Santos, Rafael Santos, Lidiane Lemos e Ariane Brugnhara pelo suporte cheio de acolhimento, empatia e força.

Às moradoras de Dois Rios pela atenção e trocas, no trabalho de campo, tão essenciais para o direcionamento desta pesquisa.

À Sonia Gama, orientadora e amiga, pela confiança e incentivo ao longo desses sete anos de NEPPT.

Aos professores Mariana Lamego, Achilles Chirol e Ivaldo Lima por terem aceitado o convite para a banca e dedicarem tempo para trocarmos sobre o trabalho.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição composta por pessoas incríveis, que fazem da Ciência e da Instituição Pública de Ensino uma grande potência.

O brilho cego de paixão e fé, faca amolada.

Milton Nascimento e Ronaldo Bastos

RESUMO

FARIAS, Ana Beatriz Costa. *Geografias feministas e gestão do território:* análise de instrumentos na comunidade de Dois Rios – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Considera-se como Geografias Feministas aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos, tendo o gênero como um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica. Esta dissertação traz como tema central essas perspectivas das Geografias Feministas nas análises dos mecanismos de Gestão e Planejamento do Território. O recorte espacial analisado é Dois Rios, enseada da Ilha Grande, pertencente ao município de Angra dos Reis (RJ). O principal objetivo é identificar o grau de interação com a categoria gênero, considerando as percepções das moradoras da enseada, dentro das ações descritas nos instrumentos de Planejamento e Gestão do Território de Dois Rios. Dessa forma, o objeto de estudo refere-se ao potencial existente de interação com a categoria gênero nesses instrumentos. A metodologia utilizada apresenta o cenário atual das contradições, conflitos ou disputas em torno da gestão e mecanismos de controle do território. Portanto, é uma proposta de análise dos instrumentos, tendo como foco as interações com a categoria gênero e o cruzamento com o vivido e experienciado pelas moradoras. Os resultados foram sistematizados em três quadros-sínteses, apresentando as avaliações do potencial de interação com a categoria gênero nos instrumentos de Gestão, dentro das temáticas de Função Social, Infraestrutura e Equipamentos de Serviços, e de Transporte e Mobilidade. A partir desses desenvolvimentos, foram elaboradas matrizes de interação com a categoria gênero para cada instrumento analisado. De forma conclusiva, identifica-se que a maioria foi avaliada como de alto potencial de interação com a categoria gênero. Contudo, os instrumentos foram classificados de forma expressiva como de baixo grau de interação, consequentemente, resultante da influência da realidade vivida das moradoras.

Palavras-chave: Gênero. Planejamento Territorial. Percepção Ambiental.

ABSTRACT

FARIAS, Ana Beatriz Costa. *Feminist Geographies and the territory management:* an analysis of instruments in the community of Dois Rios – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Feminist Geographies are considered to be those which incorporate the theoretical contributions of feminism to the explanation and interpretation of geographic issues, having the gender as one of the results of those contributions; that is, a useful category of geographic analysis. This thesis has as its central theme those perspectives of Feminist Geographies in the analysis of the mechanisms of Territory Management and Planning. The spatial cutout analysed was Dois Rios, Ilha Grande cove, which belongs to the county of Angra dos Reis (RJ). The main objective is to identify the degrees of interaction with the gender category, considering the perceptions of the women who live in the cove, within the actions described in the Planning and Management instruments of the territory of Dois Rios. This way, the object of studies refers to the potential existing in the interaction with the gender category in these instruments. The methodology applied presents the current scenery of contradictions, conflicts or disputes around the management and mechanisms of territorial control. Therefore, it is a proposal of analysis of the instruments, having as its focus the interactions with the gender category and the crossing with what is lived and experienced by the women who live there. The results were systematized in three summary frames, presenting the evaluations of the potential of interaction with the gender category in the instruments of Management within the subjects of Social Function, Infrastructure and the Service and the Transport and Mobility Equipments. From those developments, matrixes of interactions with the gender category were elaborated for each instrument analysed. As a conclusion, it is identified that the majority has been evaluated as high potential of interaction with the gender category. However, the instruments were expressively classified as low degree of interaction, consequently resulting from the influence of the reality lived by the community female dwellers.

Keywords: Gender. Territorial Planning. Environmental Perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização de Dois Rios, Ilha Grande – Angra dos Reis (RJ)..... 14
Figura 2 – Delimitações territoriais de Dois Rios..... 36
Figura 3 – Agentes e atuações nos territórios..... 37
Figura 4 – Instrumentos jurídico-normativos em Dois Rios..... 40
Figura 5 – Objetivos ou fins de territorialização sobre a enseada de Dois Rios..... 48
Figura 6 – Ações e territorialidades na enseada de Dois Rios..... 50
Figura 7 – Processo retroalimentar na enseada de Dois Rios..... 52
Quadro 1 – Síntese das informações sobre a criação e esfera de Governo dos instrumentos analisados..... 73
Quadro 2 – Síntese dos instrumentos analisados e recorte espacial no qual se insere a Ilha Grande e Dois Rios..... 74
Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero..... 79
Gráfico 1 – Percentual da avaliação sobre o potencial de interação dos instrumentos sobre Função Social com a categoria gênero..... 86
Quadro 4 – Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema da Função Social em seus respectivos instrumentos..... 87
Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero..... 89
Gráfico 2 – Percentual da avaliação sobre o potencial de interação dos instrumentos sobre Infraestruturas e Equipamentos de Serviços com a categoria gênero.... 97
Quadro 6 – Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema de Infraestruturas e Equipamentos de Serviços em seus respectivos instrumentos..... 98
Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação do Transporte e Mobilidade considerando seu potencial de interação com a categoria gênero..... 101
Gráfico 3 – Percentual da avaliação sobre o potencial de interação dos instrumentos de Transporte e Mobilidade com a categoria gênero..... 105
Quadro 8 – Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema de Transporte e Mobilidade em seus respectivos instrumentos.. 106

Quadro 9 – Matriz de referência para cenários de cruzamentos..... 132
Quadro 10 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Plano Diretor (esfera municipal) 134
Quadro 11 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Uso e Ocupação do Solo (esfera municipal)..... 135
Quadro 12 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande (esfera municipal)..... 136
Quadro 13 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Código Ambiental (esfera municipal)..... 137
Quadro 14 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Plano de Manejo (esfera estadual)..... 138
Quadro 15 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Termo de Cessão de Uso (esfera estadual)..... 139
Quadro 16 – Graus de interação com a categoria gênero por instrumento de Planejamento e Gestão do Território..... 140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CADF	Colônia Agrícola do Distrito Federal
CCDR	Colônia Correcional de Dois Rios
CEADS	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPCM	Instituto Penal Cândido Mendes
MIG	Macrozona da Ilha Grande
PADF	Penitenciária Agrícola do Distrito Federal
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PL	Projeto de Lei
PSL	Partido Social Liberal
NEPPT	Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre Planejamento Territorial
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	**COMPREENSÃO DO STATUS QUO: ATUAIS TERRITÓRIOS DE DOIS RIOS**	27
1.1	**Breve contextualização do Território de Dois Rios**	28
1.2	**Poder e Multiplicidades**	32
1.3	**Agentes dos territórios em Dois Rios**	35
1.4	**Organizações e conflitos**	38
1.5	**Trunfos, estratégias e controle**	43
1.6	**Territorialidades e desterritorialização**	46
2	**RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: PERSPECTIVAS DAS GEOGRAFIAS FEMINISTAS NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO**	56
2.1	**A fratura na supremacia do ter acima do ser: rompimentos da ideologia de domínio e patriarcado**	61
2.2	**Geografia e Planejamento: funções e representações de transformação**	67
2.3	**Temáticas inseridas na Gestão e Planejamento Territorial e respectivos potenciais de interações com a categoria gênero**	71
2.3.1	Função Social	77
2.3.2	Infraestruturas e Equipamentos de Serviços	88
2.3.3	Transporte e Mobilidade	99
3	**MULHERES NA ENSEADA: PERCEPÇÕES E GRAUS DE INTERAÇÃO COM A CATEGORIA GÊNERO EM DOIS RIOS**	107
3.1	**A mulher e a Função Social**	110
3.2	**Infraestruturas e Equipamentos de Serviços: demandas importantes**	115
3.3	**Sobre o Transporte e Mobilidade**	124
3.4	**Matrizes de interação com a categoria gênero**	130
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é realizada em território insular e no campo do Planejamento Ambiental. Constitui-se em um trabalho onde a pesquisadora se coloca como mulher, latina, geógrafa e feminista, além de pesquisadora no Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre Planejamento Territorial (NEPPT). O tema central abarca as perspectivas das Geografias Feministas nas análises dos instrumentos de Gestão e Planejamento do Território de Dois Rios e, como foco principal analisado, destaca-se a categoria gênero. Dessa forma, o objeto de estudo refere-se ao potencial existente de interação com a categoria gênero nesses instrumentos.

O recorte espacial de análise escolhido foi a enseada de Dois Rios, porção oceânica da Ilha Grande, pertencente ao município de Angra dos Reis, localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro. De início, o interesse nas análises sobre esse território insular estava voltado para oexercício de inventariar os patrimônios histórico-culturais e geológico-geomorfológicos da Vilade Abraão, com o propósito de subsidiar propostas de planejamento de acordo com a perspectiva do Geoturismo. Após essas primeiras produções científicas, a proximidade com a visitação pública e as atividades turísticas despertaram interesses quanto à percepção ambiental dos turistas e visitantes sobre a Ilha Grande, e até onde elas convergem ou destoam com o que era propagado como atrativo pelas agências turísticas. Dessa forma, foram produzidas pesquisas que identificaram quais eram as descrições das paisagens e as histórias contadas pelos canais de divulgação turística da Ilha Grande, colocando-as em confronto com as percepções sentidas pelos visitantes e turistas, ao chegarem nas enseadas de Vila do Abraão, Lopes Mendes e Dois Rios.

A partir dos trabalhos de campos realizados em parceria com o CEADS[1] e em conjunto com essas produções científicas despertou-se interesse, na forma de instigações para pesquisas, nos modos de viver dos moradores e as infraestruturas disponíveis no território de Dois Rios. Dessa forma, em abril de 2019, quando se realizou um trabalho de campo para o início das atividades do mestrado em Geografia, foi aplicado em Dois Rios um questionário semiestruturado para identificar a infraestrutura de serviço da enseada, as percepções de mudanças sentidas pelos moradores e suas atuais compreensões sobre o território. Como resultado, foi identificado que, dos moradores de Dois Rios, quem apenas se mostrou confortável para atender a pesquisadora e responder as questões foram as mulheres, moradoras

[1] Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, campus da UERJ sediado em Dois Rios.

da vila.

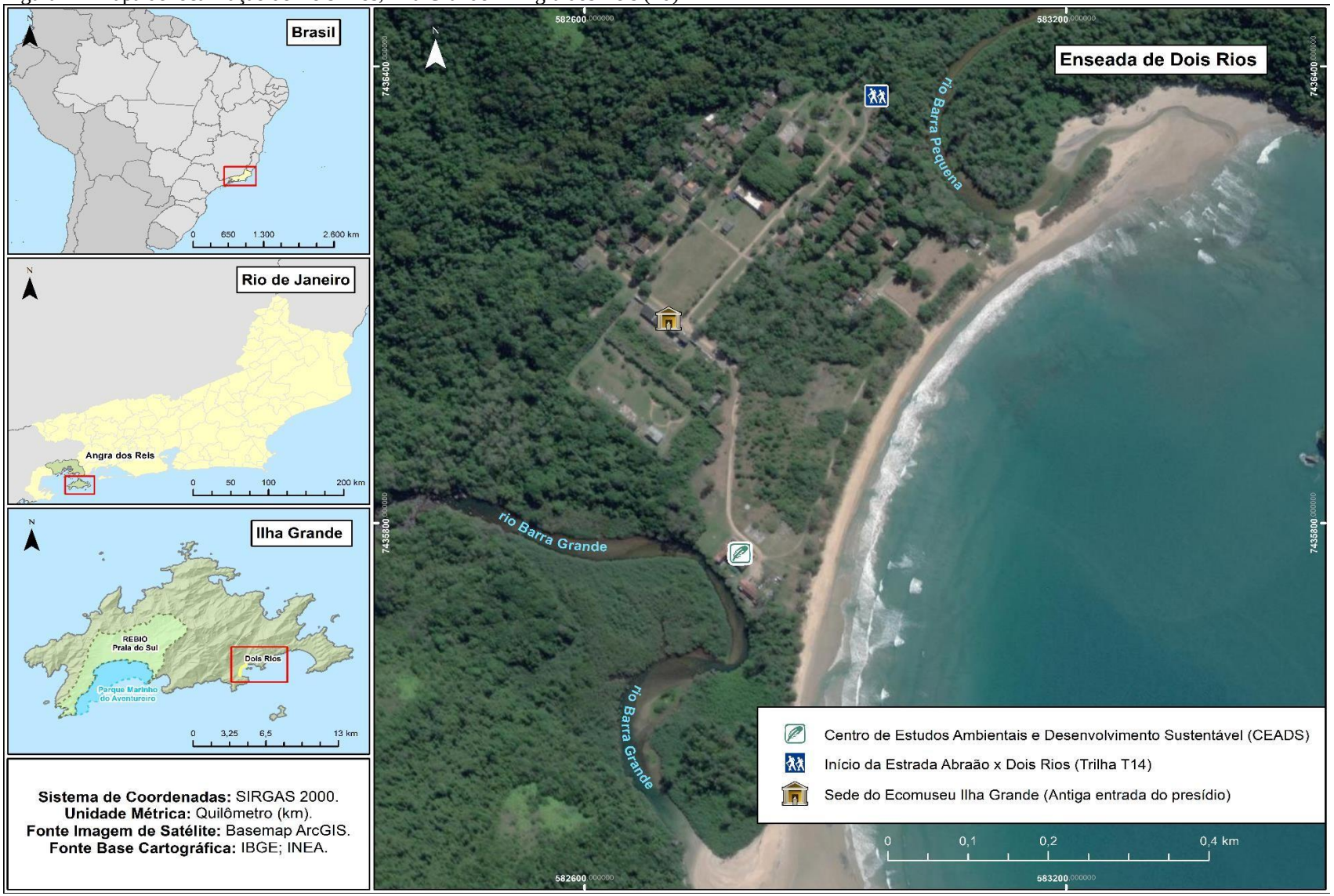
Diante deste cenário, ao analisar o retorno dos questionários aplicados à essas mulheres, somado ao interesse particular da pesquisadora pela temática das Geografias Feministas, foi definido como norte para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado o olhar das mulheres e do feminismo sobre este singular território. Esta pesquisa é resultado de uma percepção da autora ao analisar os resultados de uma primeira ida ao campo quanto mestranda em Geografia, deixando-se aberta para as compreensões que esse exercício iria fornecer, e se mostrando sensível ao que se era percebido no território. As mulheres de Dois Rios, a partir de suas respostas, guiaram os caminhos desta dissertação.

Dessa forma, o caminho da prática de fazer ciência veio diretamente do resultado de umcampo que não foi construído sob um olhar pré determinado ou fechado anteriormente em umatemática. Nessa perspectiva, corrobora-se com o desenvolvimento da reflexibilidade e da posicionalidade, em se assumir que há nesta pesquisa a presença do próprio corpo da pesquisadora e sua qualidade perceptiva, compondo assim, a gama das ferramentas de pesquisas geográficas utilizadas, junto com o questionário semiestruturado, os quadros-síntese e as matrizes de análise dos instrumentos de Gestão.

Somado à exposição supracitada, sublinha-se que esta dissertação foi elaborada duranteo contexto de pandemia da COVID-19, oficializada no início do ano de 2020. O cenário impostopor esta doença acabou anulando a possibilidade de realizar análises mais profundas e em conjunto com as mulheres entrevistadas, tornando a pesquisa mais restrita aos materiais coletados previamente no campo de 2019. Dessa forma, o resultado desse trabalho foi pautado em um alinhamento entre o objetivo proposto no estudo e o respeito à integridade física, saúde e vida de todas as moradoras, moradores da vila e demais agentes presentes no possível deslocamento à Ilha Grande nesse período de pandemia.

Detalhando um pouco mais o recorte espacial de análise, a enseada de Dois Rios é uma planície formada por sedimentos fluviomarinhos, com extensão significativa para os padrões insulares, e composta pela foz de dois cursos d'água – Barra Grande, também conhecido como Córrego das Andorinhas, e o Barra Pequena – que deságuam cada qual numa extremidade da praia (Figura 1). Segundo Santiago (2010), a toponímia Dois Rios sempre esteve registrada ao longo da história desse território insular, podendo ser identificada como nome de todas as propriedades dos seus diversos usos e ocupações: Fazenda Dois Rios; Enseada de Dois Rios; Colônia Correcional de Dois Rios; e Vila de Dois Rios.

Figura 1 – Mapa de localização de Dois Rios, Ilha Grande – Angra dos Reis (RJ)



Fonte: Elaborado por Rafael Santos, 2021.

Desde o período monárquico, com a Fazenda Dois Rios, a enseada esteve voltada para atendimento de demandas do Estado. Como aponta Santiago (2010), embora diferentes instâncias tenham ali se instalado, a antiga fazenda tornou-se território do poder público, servindo aos seus interesses diversos, principalmente como produtora de gêneros alimentícios para o Lazareto. Sublinha-se que essa relação tão próxima com o Estado ainda é uma característica presente atualmente. Com suas relativas nuances e disputas, as instituições governamentais sempre fizeram parte do uso e ocupação de Dois Rios.

Seguindo com os apontamentos da autora, a Proclamação da República, em 1889, também foi um marco para os processos de territorialização da Ilha Grande e, especialmente, para a enseada de Dois Rios, pois as terras da fazenda foram designadas para implantação da Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR), em 1894.

> A CCDR era uma unidade, designada a receber homens, mulheres e crianças, considerados legalmente vadios, vagabundos e capoeiras. Estava inserida no projeto civilizatório do novo regime e, especialmente, no ordenamento da capital: a cidade do Rio de Janeiro. (...) A CCDR fechou, em 1896, e foi reaberta em 1903, funcionando até 1955. Entre 1903 e 1994, Dois Rios tornou-se definitivamente território do cárcere, embora as instituições tenham mudado de perfil, nome e/ou convivido ao longo do tempo: Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (PADF), Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF), Colônia Penal Cândido Mendes e Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) (SANTIAGO, 2010, p. 127).

A partir de 1994, com a cessão das terras e benfeitorias do extinto Instituto Penal Cândido Mendes em Dois Rios, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) passou a atuar na Ilha Grande (Angra dos Reis/RJ) de forma mais expressiva, fundando o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS). A partir da instalação desse centro de estudos, Dois Rios apresentou certo distanciamento para as atividades turísticas, que estavam sendo bastante desenvolvidas e praticadas na maioria das outras enseadas da Ilha Grande. Entretanto, mesmo sendo considerado como um dos únicos locais com potencial para conservação de recursos naturais, se destacou também como um dos últimos que possuem infraestruturas para receber a expansão das atividades implementadas por empreendedores turísticos locais, ou até mesmo, para o desenvolvimento de um modelo elitista de turismo, diferente daquele realizado em outras localidades do território insular.

Com base no exposto, identifica-se que de fazenda colonial, passando por uma referência de instituição carcerária, e hoje sendo pertencente à uma unidade de conservação, Dois Rios possui características singulares no seu histórico de uso e ocupação e gestão territorial. Por essa singularidade, a enseada também está sempre relacionada à temas tangentes as disputas de poder voltadas para a exploração de seus recursos, que visam compatibilizar o

crescimento econômico com a proteção da natureza.

> [...] se analisarmos o histórico local junto às memórias coletivas dos atores envolvidos na história da Vila, chegaremos à conclusão de que naquele território, o espaço para pesquisa científica, para o diálogo político e para a real conservação da natureza, nunca foram práticas comuns ou até mesmo incentivadas no local. [...] Nesse sentido, entendemos que a implosão do presídio Cândido Mendes se fez necessária devido às demandas políticas internacionais – na área da preservação e conservação, no incentivo ao turismo em áreas protegidas e na consolidação dos direitos humanos. O fim do regime militar no Brasil também possui muita relevância para o fim do presídio (CERQUEIRA, 2018, p. 46).

O cenário supracitado já é alvo de pesquisas que se debruçam para a compreensão da complexidade dos agentes envolvidos e dos interesses em torno do seu domínio territorial. Dessa forma, podem ser encontrados estudos acadêmicos sobre os impactos socioambientais, críticas aos responsáveis por sua Gestão, e até identificações das relações de poder existentes, que ultrapassam o planejado de seu território[2]. As considerações dessas análises apontam para disputas e questionamentos dentro de um sistema capitalista que entende o território como um recurso a ser explorado e lucrativo.

Outro ponto a ser considerado nas temáticas de pesquisa sobre essa enseada, é o forte direcionamento para a compreensão ou crítica dos agentes que visam manter os interesses capitalistas, e se resumem em apresentar apontamentos de impactos numa lógica de causa e consequência. Apesar de serem importantíssimas para contextualizar o cenário atual, essas produções acadêmicas acabam por também reproduzirem as ações excludentes ao não considerarem, na maioria das vezes, quem vivencia aquele território, e não se dispondo a identificar através de quais mecanismos essa parcela excluída também age e reage sobre a realidade existente. Sobre esse tema, Cerqueira (2018) coloca:

> Além disso, como já exposto, na cultura local há limites quanto às investigações de cunho político, territorial ou social. As pessoas naquele local têm medo de opinar sobre assuntos "delicados", não se sentem confortáveis a serem abordadas por um pesquisador que investigue questões conflituosas. [...] Essa cultura do medo pode ter sido uma das razões para as pesquisas científicas na área de ciências humanas demorarem a ser desenvolvidas com maior frequência no local, e até o atual momento ainda há certo receio por parte também dos pesquisadores (CERQUEIRA, 2018, p. 47).

A partir do apontado por Cerqueira (2018), já se compreende que ao passo que os moradores não atendem as expectativas de respostas inseridas no cenário de disputas einteresses pelo território, seus apontamentos já são considerados não suficientes para que interpretações sobre sua vivência e resistência sejam relevantes. Ressalta-se ainda que, quando então é

[2] Para esses apontamentos pode-se citar como exemplos os seguintes autores: Cerqueira (2018); Costa (2014); Rodrigues (2012); Amorim (2009).

realizado um levantamento com recorte de temática por gênero, não se identifica publicações que ressaltam o pertencimento e a vivência de mulheres nesse território. Dessa forma, questiona-se: onde estavam e estão as mulheres de Dois Rios? Quem eram e são elas? O que realizavam e realizam? Do que viviam e vivem? Apesar de não se colocarem tão reativamente contra o *status quo* em suas falas aos acadêmicos, continua sendo necessário o entendimento de suas compreensões e resistências às intempéries ocorridas em seu território. Proposições de mudanças que de antemão já precisam de retornos engessados e reproduzem como o esperado o poder vigente e suas ações, já não se enquadram na proposta dessa dissertação.

Como aponta Praça (2018)[3], é através da invisibilidade do trabalho das mulheres que o capital ganha força, se sustenta em um sistema racista, patriarcal e heteronormativo, gerando assim lucro, explorando corpos e produzindo morte. A ausência de pesquisas em Dois Rios com uma perspectiva feminista e que considere a categoria gênero em suas análises, segue corroborando com essa invisibilidade dos corpos que vivem e sobrevivem em seu território, principalmente corpos de mulheres. O poder exercido sobre o território, incluindo também as pesquisas e análises realizadas sobre ele, regem as relações sociais, de gênero, classe e raça, além de definirem o que se é exposto ou compreendido.

Nada que acontece em um território deixa de ser sentido pelo corpo de uma mulher, que faz daquele lugar morada. Qualquer impacto causado a ele, afeta não só o cotidiano experenciado, como o corpo e a maneira de ser e estar no mundo. As mulheres sentem de forma particular as lutas territoriais, pois vivenciam a opressão[4] estrutural do patriarcado[5] sobre seus corpos. É no território, com seus corpos, que enfrentam as arbitrariedades de um sistema que não foi feito por elas e nem para elas. Portanto, desenvolver pesquisas voltadas para a compreensão dessas ações e reações, somado à exposição de suas reivindicações, é estar indo em um caminho contrário ao do *status quo* vigente, que busca invisibilidade e dominação.

---

[3] Disponível em: https://medium.com/@pacsinstituto/a-terra-ensina-a-gente-a-se-defender-e-a-vida-insiste-em-viver-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva-de-2b68b68cbf7b. Acessado em julho de 2020.

[4] "Nessa perspectiva, a opressão sobre as mulheres está em uma dimensão ampla ao englobar toda a sociedade. No entanto, a opressão é diferente de exploração, a primeira é cultural e social. Toledo (2008) aponta que a opressão é a atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os sujeitos para impor desvantagens em relação aos outros, ocasionando uma situação de desigualdades de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classes. Existe uma relação direta entre a exploração e a opressão, quando surge a exploração econômica, esta tem a oportunidade deassociar diversas situações de desvantagens e de opressões já existentes" (REIS, 2015, p. 14).

[5] "O conceito de patriarcado é uma das abordagens mais importantes do feminismo para ciências sociais e se define como um sistema econômico social em que os homens se apropriam do trabalho das mulheres em benefício próprio" (Ibidem, p. 15).

É necessário refletir como ainda se produz conhecimento, principalmente aqueles que reproduzem o *status quo*, e como novas proposições surgem e reorganizam o campo científico, apesar de provocarem as tão bem instituídas relações de poder. Com isso, o entendimento do feminismo quanto um tipo de rompimento com o sistema social vigente, que envolve o fim do racismo, sexismo e opressões de classes sociais – sendo assim considerado como uma luta por justiça social –, foi a perspectiva encontrada pela pesquisadora para realizar, com essa dissertação, uma contribuição à produção de estudos sobre o território insular de Dois Rios.

Nesse contexto, esta pesquisa propõe abordar as perspectivas das Geografias Feministas a partir do seguinte questionamento: como analisar a gestão de um território tão focado nos usos turísticos, de conservação ambiental e desenvolvimento científico considerando a categoria gênero, que busca evidenciar a presença de moradores e suas experiências com o território? A dinâmica do território não pode ser levada apenas na ótica patriarcal e capitalista. Ele também é de mulheres, crianças e idosos que circulam e usufruem das mesmas infraestruturas e equipamentos. A mulher leva consigo o espaço doméstico para o público, e nesse sentido é necessário exigir dos dispositivos públicos condições de se participar desse espaço. Para isso, os conceitos que serão trabalhados neste estudo são o Planejamento Territorial, Gestão Territorial e o Território.

Esta pesquisa tem como o objetivo principal identificar o grau de interação com a categoria gênero, considerando as percepções das moradoras da enseada, dentro das ações descritas nos instrumentos de Planejamento e Gestão do Território de Dois Rios. Buscando atingir esse objetivo geral, a dissertação encontrou caminho nos seguintes objetivos específicos:

a) Apresentar as contradições, conflitos ou disputas em torno da gestão e mecanismos decontrole do território;
b) Avaliar o potencial de interação da categoria gênero dentro dos planos e legislações atuaissobre Planejamento e Gestão do território insular;
c) Analisar a interpretação e a percepção das moradoras do território de Dois Rios sobre asinfraestruturas disponíveis e ações exercidas na enseada;
d) Realizar cruzamentos entre o avaliado no plano teórico, sobre o potencial de interação com a categoria gênero, com o vivido e experienciado pelas mulheres no território insular.

Sublinha-se que o feminismo tratado nesta pesquisa diverge do feminismo compreendido a partir da mídia patriarcal. Não se considera neste trabalho nenhuma atitude feminista individual, de benefício exclusivo de vaidade ou que busca equidade dentro de uma

sociedade ainda exploratória e controladora, além de não entender o homem como rival bell hooks (2019 [1984]).

A noção de libertação da mulher que foi mais aceita, e ainda está no imaginário do público, é daquela que representava mulheres querendo o que os homens possuem, o poder. Para o sistema vigente, é mais interessante se dispor às inclinações e considerações dos direitos sociais, em específico dos direitos das mulheres, quando esses dão garantias à manutenção da sua supremacia branca, capitalista e patriarcal. Conforme aponta bell hooks (2019 [1984]), o pensamentofeminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercadode trabalho ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reforma e restruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista. Évidente que a sociedade é mais receptiva àquelas demandas feministas que não oferecem nenhuma ameaça ao *status quo* e, eventualmente, até podem ajudar a preservá-lo.

> [...] A equivocada noção de movimento feminista como anti-homem carregava o equivocado pressuposto de que todos os espaços femininos seriam, necessariamente ambientes em que o patriarcado e o pensamento assexista estariam ausentes. [...] Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado (bell hooks, 2019 [1984], p. 20).

Dessa forma, o feminismo nesta dissertação é interpretado dentro de uma proposta de transformação social para o território, com levantamento de questões que instigam novos olhares e lentes. A proposta desta pesquisa é romper com o usual, não considerar o vigente como o aceito, e identificar bases dentro da pauta feminista que proponham mudanças. O considerado e buscado apresentar aqui é a partir do reconhecimento do existente no território insular, entendê-lo sem concordância com a concretude das formas de agir, criticá-lo e propor alterações.

> [...] A força do movimento feminista (quando não é cooptado por forças reacionárias, oportunistas) é que ele oferece uma nova plataforma ideológica para o encontro dos sexos, um espaço para a crítica, luta e transformação. O movimento feminista pode pôr fim à guerra. Pode transformar as relações de tal modo que a alienação, a competição e a desumanização que tanto afetam e definem as interações humanas venham a ser substituídas por sentimentos de intimidade, reciprocidade e companheirismo (bell hooks, 2019 [1984], p. 68).

A partir do considerado sobre o entendimento feminista, esta dissertação encontrou cursos dentro das Geografias Feministas que busca expressar a pluralidade científica e ideológica existente neste campo de produção da ciência geográfica. Desta forma, considera-se como Geografias Feministas aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos, tendo o gênero como um dos resultados dessas

contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica. Portanto, como coloca Silva (2010) é um movimento da ciência geográfica que propõe explicitar as desigualdades.

A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogéneo, sendo ainda atravessada pela neutralidade e invisibilidade de determinados temas. Susana M. Veleda da Silva, no livro Geografías Feministas de Diversas Latitudes (2016), corrobora com esta visão ao afirmar que *"El conocimiento no es universal, neutral, objetivo, ni racional, al contrario, las categorías de análisis son fruto de su lugar en el tiempo y en el espacio y, por lo tanto, pueden ser construidas y (de)construídas"* (VELEDA DA SILVA, 2016, p.70).

Felizmente, a estabilidade de tais discursos científicos que invisibilizam as mulheres e reproduzem representações sexistas é desestabilizada por um novo discurso que vai sendo forjado, a partir dos anos 1960, sobretudo nas décadas seguintes (SILVA, 2003). São as teóricas feministas afirmando que não é somente a classe que estruturava a sociedade de forma desigual, mas também o sexo e a raça. Joan Scott, em seu artigo intitulado Gênero: uma categoria útil para a análise histórica – e geográfica, devo acrescentar – assevera:

> [...] os/as pesquisadores/as de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global, recorriam regularmente à essas três categorias para escrever uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, raça e gênero assinalavam primeiro o compromisso do/a pesquisador/a com a história que incluía a fala dos/as oprimidos/as e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão [...] as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos (SCOTT, 1989, p.4). Desde a perspectiva de gênero, que não aceita como naturais as diferentes formas de restrições e opressões sexistas impostas à, pelo menos, metade da humanidade, e rejeita explicações essencialistas, fez-se necessário revelar e explicitar a construção histórica – e geográfica – dessas desigualdades. Aprendemos que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (GORDON et al, apud SCOTT, 1989, p.3-4).

No mais, em concordância com Silva (2010), reforça-se que as Geografias Feministas não são saberes que devem se manter autocentrados e/ou isolados. Elas possuem focos de interpretação da realidade socioespacial que, de forma dialógica com os demais subcampos da geografia, podem subverter o monotopismo e produzir pluriversalidades espaciais, enriquecendo nossa ciência como um todo.

De acordo com SORJ (2000), um dos traços característicos do pensamento contemporâneo é o prevalecimento das categorias de multiplicidades. Novas categorias de análise como identidades, estilos de vida, movimentos sociais ganham proeminência, colocando a sociedade de classes na forma de grupos baseados em etnicidade, sexo, localidades, dando

lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares. Diante dessas transformações, a ciência deve orientar novos olhares para essa realidade complexa, assim, novos caminhos metodológicos devem ser buscados para construção do conhecimento.

Nesse sentido, esta dissertação tem como referencial metodológico as considerações das Geografias Feministas e o conceito de gênero[6], buscando compreender o *status quo* das disputas em Dois Rios e analisar sua Gestão Territorial. A metodologia utilizada apresenta o cenário atual das contradições, conflitos ou disputas em torno da gestão e mecanismos de controle do território. É uma proposta de análise dos instrumentos, tendo como foco as interações com a categoria gênero e o cruzamento com o vivido e experienciado pelas moradoras.

Sublinha-se ainda que este trabalho não se prende apenas às experiências absorvidas em uma bibliografia acadêmica, debruçado em teorias feministas gerais. Todo o levantamento teórico adquirido pelo intelectualismo feminista é exposto à análise da experiência vivida em campo com mulheres inseridas no território insular. Essa proposta surge a partir da conscientização da autora em assumir a responsabilidade de criar consciência sobre sua pesquisa, e principalmente romper com as propostas ainda patriarcais da academia. Reconhecer o privilégio e levantar o debate do gênero e feminismo, ainda em um ambiente socializado para o entendimento teso de valores sexistas[7], foi identificado como o primeiro passo para chegar ao resultado esperado.

Antes de descrever os aspectos metodológicos desta dissertação, destaca-se que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, seu desenvolvimento de forma dinâmica estabeleceu uma estreita relação entre a prática da pesquisa, as teorias concebidas, a maneira como são percebidas as proposições, e a concepção dos conceitos. Promovendo um grande interesse pelo processo e não somente pelo resultado. Desde o encontro com a categoria de análise, passando pelo levantamento de dados e bibliografia, até o resultado das críticas e apontamentos, esta

[6] "As pesquisas produzidas nas décadas de 1970 e 1980, que tratam da problematização do conceito de gênero, possibilitaram a inserção de novos temas aos denominados estudos sobre a mulher, ampliando assim as atitudes convencionais de realizar ciência, permeando os espaços das experiências e subjetividades femininas. Nesse caminho, gênero foi teorizado por Joan Scott (1995) como uma categoria de análise das relações de poder, assimcomo classe social e raça, e se refere ao modo como as diferenças sexuais são construídas e trazidas às práticas sociais, e tornadas partes do processo histórico. Segundo essa autora, a categoria gênero é uma construção associada aos atributos socioculturais que se aplica, de forma diferenciada entre os sexos, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e os atributos sociais destinados a cada um" (REIS, 2015, p. 14).

[7] "A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas." (bell hooks, 2019 [1984], p. 26).

pesquisa colocou questões, identificações e desafios para autora quanto mulher e pesquisadora, já fazendo desse processo um exercício dentro da categoria gênero. Portanto, os produtos identificados ao decorrer desse trabalho são simbólicos e sintetizam todo o esforço e dedicação ao processo.

A presente pesquisa possui um incentivo interdisciplinar para fins de associação da análise do território, considerando gênero enquanto categoria analítica, e contribuindo para o debate de uma nova maneira de estudar as manifestações geográficas. Assim, para uma melhor compreensão dos temas que envolvem esta pesquisa, a seguir são descritas em três etapas as metodologias encontradas para chegar até os objetivos propostos.

ETAPA 1 – COMPREENSÃO DO *STATUS QUO*:

Em conformidade com o apontado por Fetterley (1978), a crítica feminista é um ato político, cujo objetivo não se reduz à uma interpretação do mundo, mas sim em transformá-lo ao transformar a consciência daqueles que lêem e sua relação com o que lêem. Entretanto, para se chegar a esse comprometimento, é necessário que primeiramente seja colocado em crítica a maneira usual de leitura:

> Ensinaram-nos a ler com olhos de homem (...) a nos esquecer de nós mesmos em proveito desta universalidade que nunca foi outra coisa senão a voz dos homens erigida em instituição (...); para ler enquanto mulher, com olhos de mulher, é preciso desaprender a reverência e a obediência (SAINT-MARTIN, 1984: 26-27 apud BEDASEE, 2000, p. 110).

Como complementa bell hooks (2019 [1984]), a grande literatura elaborada por homens deve ser considerada nas produções feministas de uma forma que possa ser mostrado os preconceitos naabordagem de valores estéticos, e os discursos de opressão defendidos a partir de uma escrita que se coloca superior ao objeto analisado. Em suma, a definição seguinte é a mais simples e decisiva formulada por um teórico que discute o que é fazer uma leitura enquanto mulher: “lercomo mulher é evitar ler como um homem, identificar as distorções da leitura masculina e corrigi-las” (bell hooks, 2019 [1984], p. 54).

A partir deste entendimento, temos como resultado o capítulo 1- Compreensão do *Status Quo*: atuais territórios de Dois Rios. Nele são apresentadas as análises feitas a partir da leitura de autores – Rogério Haesbaert (2014) e Claude Raffestin (1993) – que abordam as relações de poder e disputas por um território, dentro de um reconhecido sistema capitalista e patriarcal, que visa apenas opressão e exploração. Suas considerações são relevantes dentro desse campo de pesquisa, e ainda evidenciam justificativas quanto aos processos de retirada de oportunidades

sociais, questões sobre os múltiplos territórios, e o poder de ação que certos agentes têm na criação de um novo território.

Complementando essa bibliografia, também são analisadas as considerações feitas por Danilo Cerqueira (2018) em sua dissertação de mestrado em Geografia, que elucidam o funcionamento dos agentes de Dois Rios dentro de um esquema de disputa a nível de Planejamento e Gestão do Território. O arcabouço teórico criado por esses autores auxilia na compreensão do *status quo* de um território. Em nenhum momento, esse resultado considera o recorte de gênero, entretanto, nos fornece a base para compreender a existente disputa na enseada de Dois Rios, por seu controle e exploração territorial, a partir de uma análise feita por homens sobre o sistema vigente regido por eles.

Dessa forma, o apresentado no capítulo 1 é a leitura de uma pesquisadora debruçada nessa bibliografia feita por homens, buscando identificar os agentes relevantes para essas produções, os mencionados usos e ocupações do território, suas gestões ao longo do tempo e leis atuantes. O objetivo específico deste item é apresentar as contradições, conflitos ou disputas em torno da gestão e mecanismos de controle do território. As perguntas feitas para atender o proposto são as seguintes: como atualmente é enxergado este território insular? A partir de qual perspectiva ele é considerado e analisado? Quem atualmente é visto como um agente na disputa pelo seu domínio?

ETAPA 2 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DAS GEOGRAFIAS FEMINISTAS:

Para essa etapa, considera-se o seguinte apontamento feito por bell hooks (2019 [1984]):

> Produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação histórica das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo. Em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero. [...] O movimento feminista criou uma revolução quando exigiu respeito desse trabalho acadêmico de mulheres, reconhecimento desse trabalho do passo e do presente e o fim dos preconceitos de gênero em currículos e na pedagogia (bell hooks, 2019 [1984], p. 43).

A partir do supracitado, o capítulo 2- Relação entre Gênero e Planejamento Territorial: perspectivas das Geografias Feministas nos instrumentos de Gestão apresenta a crítica ao Planejamento e Gestão do Território, além da análise dos instrumentos normativos que regularizam o uso e ocupação do solo atual de Dois Rios. O Planejamento é entendido como um instrumento com capacidade de alterar a dinâmica de um território em benefício de quem o

deseja controlar. A pergunta não é mais o que planejar, e sim, quem planeja, para o que planeja e quais seus interesses?

Dessa forma, a primeira parte do capítulo é uma crítica a atual forma de Gestão e Planejamento do Território, constituído dentro de uma produção científica moderna e patriarcal, que em muitos casos se reduz à resultados descritivos e destoantes da realidade territorial atual, para atender as perspectivas de interesses futuros de quem está no poder do território. Ainda nesta parte do capítulo, são apresentadas considerações quanto à temática dentro da ciência geográfica.

Essas críticas são realizadas a partir do encontro de referências bibliográficas elaboradas por pesquisadores e pesquisadoras que se empenham a produzir novas perspectivas para o Planejamento e usos do território, a maioria dentro da Geografia, mas com interdisciplinaridade com a Arquitetura e outras ciências sociais. Vale-se ressaltar que, mesmo considerando abordagens para um instrumento visto atualmente como de ordenamento e controle do território, essas produções não apoiam o objetivo atual do método, e sim, apresentam caminhos dentro do feminismo que objetivam a transformação social que vão à consonância com as lutas de classes sociais, raciais e sexistas. O que essa parte tem de principal objetivo é considerar mulheres na ciência, tanto como pesquisadoras quanto agentes relevantes, para que sejam pensadas propostas de análise do território para além da dimensão opressora atual.

No mais, sublinha-se ainda que a categoria gênero se constitui enquanto uma importante potência política que nega a naturalização e o essencialismo do que se compreende socialmente por homem e mulher. As pesquisas que têm o gênero como um dos conceitos importantes na análise geográfica vêm afirmando que é necessário, além da opção da pesquisadora e do pesquisador, uma especial atenção metodológica ao estabelecer a escala de análise, conforme afirma Joseli Maria da Silva:

> Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político-institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica (SILVA, 2003, p.34).

Considerando o arcabouço teórico levantado, em sua segunda parte, o capítulo 2 se apresenta em atendimento ao seu objetivo de avaliar o potencial de interação da categoria gênero dentro dos planos e legislações atuais sobre Planejamento e Gestão do território insular. É tendo esse norteamento que são realizadas análises, considerações e avaliações desses atuais instrumentos, buscando definir o seu potencial de interação com a categoria gênero. Nessa

parte, entende-se como referência para justificativas das análises apenas as considerações e apontamentos de pesquisadoras da área, a partir de suas experiências em outros recortes espaciais.

Essa avaliação do que orienta atualmente a enseada e seu potencial de interação com a categoria gênero considera como instrumentos os seguintes documentos: Plano Diretor do Município de Angra dos Reis; Uso e Ocupação do Solo do Município de Angra dos Reis; Zoneamento Municipal de Angra dos Reis; Código Ambiental do Município de Angra dos Reis; Termo de Cessão de Uso; e Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande. Para categorizar as temáticas consideradas relevantes nesse exercício, foram definidos os seguintes temas-chaves: Função Social; Infraestruturas e Equipamento de Serviço; e Transporte e Mobilidade.

A metodologia de avaliação baseia-se na leitura desses documentos, de forma a analisar onde: as questões de gênero são diretamente tratadas; em quais momentos são apontadas teoricamente – mesmo que não citadas diretamente –; quando são indiretamente afetadas; e em quais situações são completamente não consideradas, mas que deveriam ser a principal pauta dentro da produção do Planejamento e na forma de executar a Gestão. Como resultado, é apresentado um quadro-síntese no qual são elencados os itens analisados dentro de cada tema-chave, com suas respectivas classificações em subtemas, considerações e avaliações do potencial de interação com a categoria gênero, a partir do entendimento da autora.

ETAPA 3 – A CONSIDERAÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOIS RIOSE SEU CRUZAMENTO COM O PERCEBIDO NO TERRITÓRIO:

Considerando os temas-chaves analisados na Etapa 2, no capítulo 3- Mulheres na enseada: percepções e graus de interação com a categoria gênero em Dois Rios é realizado uma análise das considerações feitas pelas moradoras da enseada, a partir de suas experiências e vivências compartilhadas no trabalho de campo em abril de 2019. As perguntas que orientam esses apontamentos são: o que as mulheres percebem quanto às infraestruturas de serviços e transportes fornecidos na enseada? O que elas têm para reivindicar sobre as funções sociais existentes ou não existentes em seu território? O que tiveram que fazer ou aceitar para que sua permanência fosse possível na enseada? O que vivem, sentem, viveram e gostariam de viver em seu território?

Essa atividade tem como finalidade fornecer subsídios para qualificar o quanto as temáticas analisadas nos instrumentos são de fato executáveis e percebidas por estas mulheres

em seu território. Dessa forma é possível atender ao objetivo de analisar a interpretação e a percepção das moradoras do território de Dois Rios sobre as infraestruturas disponíveis e ações exercidas na enseada.

Após essa primeira exposição, segue-se com o objetivo de realizar cruzamentos entre o avaliado no plano teórico, sobre o potencial de interação com a categoria gênero, com o vivido e experienciado pelas mulheres no território insular. Essa atividade resulta em matrizes chamadas de Matriz de Interação com a Categoria Gênero, que apontam os graus de consideração com essa categoria em cada um dos instrumentos analisados, considerando como pesos em suas análises as seguintes classificações: avaliação do potencial de interação com a categoria gênero; e o grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios.

1 COMPREENSÃO DO *STATUS QUO*: ATUAIS TERRITÓRIOS DE DOIS RIOS

Concordando com bell hooks (2019 [1984]), o feminismo luta para acabar com a opressão sexista.E, assim, está necessariamente comprometido com a erradicação da ideologia de dominação que permeia a cultura ocidental em seus vários níveis, bem como com uma reorganização da sociedade em decorrência da qual o autodesenvolvimento das pessoas possa ter primazia sobreo imperialismo, a expansão econômica e os desejos materiais.

Para nos aproximarmos cada vez mais do objetivo da luta feminista que segue esse pensamento, é reconhecido como o primeiro passo identificar as forças atuantes no momento, as estratégias utilizadas para a preservação de poder, e o que essas ações reivindicam ou consideram como válidas para que sua estrutura não seja abalada. Para o sistema vigente, é mais interessante se dispor às inclinações e considerações de direitos sociais e ambientais, quando estes fornecem garantias à manutenção da supremacia branca, patriarcal e capitalista.

Dessa forma, antes de apontar as transformações para considerações feministas, é visto como necessário compreender as estratégias que ocorrem para que certos discursos sejam aceitos dentro do sistema, de forma a criar perspectivas de atuação que ainda alimentam o *status quo* atual. Essa visão, no caso de Dois Rios, caminha para a identificação de até que ponto, para a manutenção de um poder sobre o seu território, são consideradas ações a favor do desenvolvimento científico, da permanência de uma comunidade dependente de um uso pretérito – a Instituição Carcerária – que precisa se readequar ao uso atual – pesquisa e conservação da natureza –, e de como e ainda são permitidas atividades de proteção ambiental em comunhão com a demanda turística.

Entretanto, nem tudo é tão coeso para a preservação de um poder. Neste capítulo também se identificam as disputas atuais e como essas se apresentam divergentes quanto ao que seria necessário se manter no território para que o sistema vigente seja permanecido. Nessa parte, identifica-se que dependendo do interesse maior que rege o agente em disputa, algumas aberturas de considerações não são tão defendidas, como por exemplo a permanência da comunidade de Dois Rios, ou até mesmo a existência de um campus de desenvolvimento científico.

O arcabouço teórico apresentado neste capítulo auxilia na compreensão do *status quo* de um território insular visto como um campo de disputas de várias atuações econômicas e políticas. Apesar dessa bibliografia em específico não considerar o recorte de gênero, estas nos

fornecem a base para compreender a existente disputa na enseada de Dois Rios, por seu controle e exploração territorial, a partir de uma análise feita por autores sobre o sistema vigente regido. O objetivo específico deste capítulo é apresentar as contradições, conflitos ou disputas em torno da gestão e mecanismos de controle do território, sendo feitas as seguintes perguntas para atender o proposto: como atualmente é enxergado este território insular? A partir de qual perspectiva ele é considerado e analisado? Quem atualmente é visto como um agente na disputa pelo seu domínio?

1.1 **Breve contextualização do Território de Dois Rios**

Antes de iniciar a análise do território de Dois Rios, este primeiro item busca apresentar uma breve caracterização dessa enseada, a partir da instalação das unidades carcerária. O enfoque será na relação entre essas unidades e o território insular, além de apresentar resumidamente as alterações de uso do solo que foram feitas ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, e que subsidiam o entendimento para a configuração atual dos seus agentes e conflitos.

Conforme apontado por Ferreira (2013), ao longo do seu processo de povoamento e ocupação, a Ilha Grande passou por diversos ciclos econômicos como o plantio de cana-de-açúcar e de café (século XIX) e, posteriormente (década de 1920), também teve a presença do beneficiamento de sardinha em diversas fábricas instaladas por japoneses, mas que nos anos de 1970 já estavam praticamente extintas. Por ser uma ilha oceânica, as culturas de cana e café foram abandonadas devido ao esgotamento do solo e ao alto custo de transporte dos produtos. De forma geral, durante a maior parte do século XX, as atividades econômicas na Ilha Grande, além das fábricas de sardinhas, concentravam-se basicamente em uma pequena agricultura voltada ao autoconsumo e a pesca.

Somado a esse cenário, é possível incluir a atividade carcerária como um destaque econômico e social muito presente nesse território insular. A geopolítica das prisões, implantadas a partir da criação das colônias correcionais, teve como principais estratégias a utilização de navios e instalações carcerárias em ilhas para o confinamento de presidiários longe das cidades. Dentro deste contexto, durante o final do século XIX e início do século XX, o Governo Federal determinou a realização de estudos para a construção de presídios em ilhas

localizadas no litoral fluminense e, principalmente, no paulista[8].

Como afirma Xavier (2009), as histórias dos presídios existentes na Ilha Grande apresentam muitas lacunas e controvérsias, principalmente em relação às informações sobre os presídios mais antigos, como o antigo Lazareto – hospital construído em 1886 para quarentena de estrangeiros vindos da Europa com possíveis doenças contagiosas, depois transformado em penitenciária - e o primeiro presídio construído em Dois Rios, a Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Há registros de presídios na Ilha desde o início do século XX, porém, a construção de um território do cárcere começa com a desativação da colônia militar em 1933 na Ilha de Fernando de Noronha, transferindo seus presos para a Ilha Grande. O Decreto-Lei n.º 319, de 7 de março de 1938, criou a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal na Vila de Abraão (antigo Lazareto), e o Decreto-Lei n.º 3.971, de 24 de dezembro de 1941, mudou a denominação da Penitenciária Agrícola para Colônia Penal Cândido Mendes. Em 1963, por ordem do governador Carlos Lacerda, a Colônia Penal Cândido Mendes foi desativada e destruída. De acordo com Santos (2007), tal atitude era justificada por várias denúncias de arbitrariedades e maus tratos, além das péssimas condições físicas da prisão. Nessa época, as masmorras da Colônia foram consideradas inabitáveis e as práticas de controle dos presos abusivas, associando-se à perspectiva de renovação no sistema penitenciário.

Em 1942, também na Ilha Grande, foi criada em Dois Rios a Colônia Agrícola do Distrito Federal. Com a transferência para o Estado da Guanabara dos serviços locais da União, a Colônia Agrícola mudou seu nome para Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (XAVIER, 2009). Essa penitenciária recebeu uma boa parte dos presos da Colônia Penal Cândido Mendes, transformando-se, assim, no Presídio Cândido Mendes, posteriormente denominado Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), tendo sido desativado em 28 de março de 1994.

O Instituto Penal chegou a ser considerado uma prisão de segurança máxima, graças aos obstáculos que impediam a fuga, como a distância do continente, floresta densa e fechada, e o mar circundante. Além dessas dificuldades relacionadas à configuração geomorfológica do território insular, também havia um rígido controle sobre os internos e os moradores de Dois Rios. A presença da instituição carcerária na vila exigia forte domínio sobre a população local e nos visitantes dos internos que desembarcavam na Ilha. Esse controle era efetivado através de sua rígida organização espacial, que possuía toda a rotina e fluxos controlados pelo presídio.

De acordo com Xavier (2009), a comunidade da Vila de Dois Rios era constituída de

[8] Para maior aprofundamento nessa dinâmica das geopolíticas das prisões e da implantação do sistema carcerário na Ilha Grande, recomenda-se Xavier (2009).

agentes penitenciários, policiais militares, esposas e filhos, alcançando um total de cento e vinte e sete pessoas ligadas de alguma forma ao presídio. Além dos quase setecentos internos e mais os colonos livres, que com suas famílias, somavam em torno de quinhentos e quarenta pessoas. Em suma, com base no estudo da pesquisadora, "segundo entrevistas com antigos moradores, a população da Vila Dois Rios pode ser agrupada em quatro grupos distintos: os presos comuns, os colonos livres, os agentes penitenciários e os policiais." (XAVIER, 2009, p. 86).

Grande parte da população de Dois Rios é ainda hoje composta de policiais e guardas penitenciários, que foram funcionários do antigo Instituto Penal Cândido Mendes, e suas respectivas famílias. Embasado nos estudos sobre o histórico de Dois Rios de Santiago (2010), Xavier (2009) e Sepúlveda (2007) pode-se definir a estrutura social dos moradores dos sessenta e quatro imóveis existentes em Dois Rios em quatro grupos sociais, a saber: o primeiro grupo são dos trabalhadores aposentados do antigo presídio Cândido Mendes que vivem na vila; o segundo grupo são também trabalhadores aposentados do antigo presídio, mas que possuem residência em Abraão ou fora da Ilha Grande, portanto, não residem em Dois Rios mas possuem acesso à algum imóvel; terceiro grupo seriam as famílias de ex-colonos livres que ali ficaram; já o quarto grupo é formado pelos atuais funcionários da UERJ.

Contribuindo para essas categorias, soma-se ainda a presença de mulheres, idosos, jovens e crianças que compõem as diversas vivências na enseada, a partir de suas relações com esses quatro grupos sociais, e que demandam por infraestruturas e serviços. Das mulheres presentes, sublinham-se aquelas que chegaram à enseada a partir do vínculo matrimonial, ou com agentes do presídio ou com companheiros colonos livres, junto com o perfil de mulheres que trabalharam no presídio, e com aquelas que possuem algum tipo de relação com o passado carcerário, como o caso de filhas, netas, primas e sobrinhas de algum funcionário, funcionária ou ex-detento da instituição.

De modo geral, os moradores e moradoras gostam de falar do passado, de contar histórias e narrar como era a vida no tempo da prisão. Para os policiais e agentes penitenciários, o passado remete a lembranças saudosas de uma época de orgulho da carreira e das façanhas nas capturas dos presos fugitivos, além da tranquilidade da vila que era estabelecida pelas rígidas regras do presídio (XAVIER, 2009). Já para as mulheres, os relatos são mais voltados para a antiga infraestrutura disponibilizada, principalmente a segurança, somado aos serviços de manutenção fornecidos – maioria realizados pelos presos – e os acessos à cultura e demais atividades de lazer e confraternização com a comunidade, como festividades e celebrações de datas comemorativas e importantes para os moradores. É, enfim, um grupo marcado por uma experiência comum de algumas gerações vinculada ao serviço carcerário e à segurança pública.

No mais, o IPCM desempenhou papel central na dinâmica da comunidade de Dois Rios e da Ilha Grande. A importância do presídio era tamanha que tornava a área de Dois Rios a mais dinâmica e a principal vila da Ilha Grande. Mesmo com todas as mais diversas belezas do território insular, a imprensa e a opinião pública no geral, incluindo os próprios detentos, referiam-se à Ilha Grande como o Caldeirão do Diabo. O imaginário do cárcere, criado durante o período de quase um século na Ilha, era baseado numa dinâmica de ocupação que ocorreu em Dois Rios, e que resultou em um ordenamento territorial com características singulares, e relações socioeconômicas próprias. O funcionamento do presídio fazia do Governo do Estado o principal agente definidor do uso e ocupação do solo, não apenas restringindo as designações sobre o território, mas também atuando como fator determinante das relações da comunidade da vila e da Ilha.

> [...] Para algumas populações nativas, o funcionamento do presídio envolvia poucos riscos e estabelecia um firme ordenamento social. O cotidiano prisional e a forte presença da polícia marcaram suas maneiras de conceber o mundo e construir relações sociais. A despeito da implosão dos pavilhões do Instituto Penal Cândido Mendes em 1994, o estilo de vida referido à penitenciária na Vila de Dois Rios marca ainda hoje seus modos de estabelecer interações com o poder público e exerce influência sobre a construção de sua percepção do meio ambiente (GOMES, 2006, p. 224).

Dessa forma, na implosão do prédio do IPCM na década de 1990, demandada pelo Governo do Estado, pode ser visto como um desejo de apagar uma parte da história desse território, interpretado como uma névoa que ofusca o brilho da beleza deslumbrante (patrimônio paisagístico) da Ilha Grande[9]. Com a desativação do presídio, a população perdeu um ponto de referência que a estruturava cultural e economicamente. Se por um lado, a existência do presídio exigia rígidas normas de controle e segurança impostos pelo Estado ao uso do território, contribuindo para conter o crescimento da população local e da visitação. Por outro, o presídio propiciava emprego, lazer, educação e assistência médica, sendo grande o auxílio prestado pelos agentes penitenciários e policiais militares aos moradores de Dois Rios, além de toda a manutenção de sua infraestrutura e fazeres domésticos serem realizados pelos presidiários. Benefícios que foram interrompidos com a desativação do presídio e implantação do PEIG.

O Parque Estadual da Ilha Grande foi o terceiro Parque criado no Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto Estadual nº 15.273/71[10]. Com base nas suas primeiras delimitações,

[9] Mais detalhes sobre esse apontamento e discussão é possível ser lido em Farias (2018).

[10] "A problemática ecológica espraiou-se por várias partes do mundo também por incorporar fortemente a questão das áreas naturais protegidas. Eleita um 'paraíso ecológico' e inteiramente fracionada em diversas unidades de conservação ambiental, a Ilha Grande tornou-se um dos lugares superexpostos a essa ideologia. A noção de um 'paraíso ecológico' que deve ser protegido e preservado tornou-seuma marca com a qual todas as diferentes percepções de meio ambiente verificadas na Ilha Grande têm que dialogar" (GOMES, 2006, p. 225).

a área do PEIG abrangia apenas as terras dos distritos de Abraão e Araçatiba, excluindo os terrenos do complexo presidiário. Contudo, em 1996, houve a expansão do Parque para a área da comunidade de Dois Rios, e no governo de Sérgio Cabral, em 2007, a área do parque foi duplicada, ficando com 12 mil hectares, correspondendo a 65% da Ilha Grande. Dessa forma, a implantação dessa área de proteção ambiental colocou limites nas práticas anteriores e causou ressentimento entre os moradores da vila[11].

Atualmente, de forma a resistir ao processo de apagamento da história do cárcere e abandono de sua população remanescente, há em Dois Rios o Museu do Cárcere – também conhecido como Ecomuseu –, sinalizando que esse uso do território também constitui um tipo de patrimônio a ser protegido. Outro museu encontrado é o Museu do Meio Ambiente, instalado em uma das edificações mais antigas de Dois Rios, do período da fazenda do Holandês, para tratar assuntos relacionados ao biopatrimônio e uso sustentável. Além dessas estruturas e do CEADS, na enseada existem apenas um restaurante, um bar, uma biblioteca,, um centro de convivência e duas igrejas, sendo uma católica e outra evangélica. As demais edificações existentes são voltadas para moradias e alojamentos de pesquisadores do CEADS, na qual muitas se encontram em estado de abandono.

No geral, a vila em si se destaca por sua aparência abandonada e deteriorada pelo tempo, resultado da falta de preservação de suas estruturas. Além dos escombros e ruínas, há a presença de equipamentos deixados em estado de decomposição e sucateamento, como o trator em frente ao Museu do Meio Ambiente. Contudo, estes mesmos destroços têm em sua presença uma capacidade de produzir emanação e de guardar inexoravelmente as lembranças do cárcere. Eles conseguem propagar um sentimento de que toda a infraestrutura e dinâmica da vila eram intimamente ligadas ao sistema penitenciário, e que junto com o seu fim, Dois Rios deixou de ser, também.

Não obstante a esse estado de sucateamento e deterioração, a implantação do PEIG trouxe a atividade turística que vê nas ruínas do IPCM e na praia de Dois Rios potenciais atrativos a serem visitados. O nome Dois Rios advém de sua composição geomorfológica, no qual em cada ponta da praia há um rio. A água doce dos dois rios se une com a água salgada do mar e formam as conhecidas Barra Grande e Barra Pequena. Os rios banham um extenso manguezal, que equilibra o ecossistema de toda a região e são abastecidos por duas cachoeiras

[11] Um exemplo dos limites impostos à comunidade é a proibição, por parte do INEA, dos cortes das árvores que crescem na área do antigo cemitério da vila. Muitos moradores tiveram seus parentes enterrados ali e não podemvisitar o local, pois a mata tomou conta da área e o corte das árvores para manutenção é proibido pela administração da UC.

diferentes: as águas do rio da Barra Grande chegam de uma cachoeira que nasce pelo lado da Parnaioca; já as águas que abastecem o rio da Barra Pequena vêm de uma cachoeira menor, e suas águas partem do Abraão. Somada a sua praia, essa paisagem é considerada como um dos principais atrativos turísticos da enseada.

Por fim, a forma mais utilizada para se chegar em Dois Rios, além da trilha de 7km, são os passeios marítimos chamados Super Sul ou meia volta de lancha, sendo algumas vezes uma visitação contemplativa, pois não há como descer na praia pela inexistência de um cais para atracação dos barcos, além do mar nem sempre estar favorável e os ventos do quadrante sul impedirem qualquer aproximação quando presentes. Contudo, apesar desses atrativos, em Dois Rios não há meios de hospedagem, nem é possível o pernoite de pessoas não autorizadas, tendo controle de entrada e saída realizados pelo PEIG. Mesmo com esses impedimentos, a enseada ainda é vista como um atrativo turístico potencial, e tem como fontes de geração de renda predominantes a sua relação empregatícia com o CEADS/UERJ, a pensão ou aposentadoria do Estado pelo trabalho na época do presídio, e de alguma forma, a renda mobilizada por essas visitações.

Após essa contextualização sobre o território e o histórico carcerário, a seguir são apresentadas as análises debruçadas sobre uma bibliografia que tenta identificar os principais agentes, dispositivos, estratégias e dinâmicas que vão compor o atual território de Dois Rios.

1.2 **Poder e Multiplicidades**

Como aponta Prigogine (1996 apud Haesbaert 2014), dentro de uma perspectiva de ciência clássica, privilegiava-se a ordem e a estabilidade em todos os níveis de observação e prática. Entretanto, atualmente é possível reconhecer dentro da ciência o papel primordial das flutuações e da instabilidade, as quais aparecem associadas às noções de escolhas múltiplas e horizontes de previsibilidade limitada. Com isso, as leis fundamentais exprimem agora possibilidades e não mais certezas.

> Em vez de se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço, a geografia política só viu e, em conseqüência, só fez a análise de uma forma de organização: a do Estado. Para escapar desse paradoxo, é preciso uma outra problemática que tente tornar inteligíveis não somente as formas investidas de poder, mas as relações que determinam as formas. É preciso substituir a problemática morfofuncional, ou ao menos acrescentar a ela uma problemática relacional cujos resultados, se existirem, serão conotativos daqueles que surgiram da primeira (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 28).

A partir desse olhar, identifica-se Dois Rios como um espaço relativo que deva ser entendido a partir de uma soma entre objetos, no qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra acepção na qual a enseada também pode ser entendida e tomada como relacional, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos. Ou seja, este capítulo buscará entender o seu recorte de análise a partir da relação atual dos objetos que o compõem e o tornam um espaço relacional da unidade de conservação (UC), pesquisa, cárcere, memória e turismo.

A complexidade das relações é talvez o que torna tão difícil a abordagem relacional. Se primeiramente são descritas as relações bilaterais, pode-se ocorrer o fatídico erro de cair no esquecimento o fato dessas serem abstrações reducionais e que, na maior parte do tempo, as relações são multilaterais. Nesse caso, assim como apresentado por Raffestin (1993), o campo operatório da relação é, portanto, delimitado não somente pelos protagonistas imediatos, diretamente envolvidos, mas ainda pelas organizações que interferem com uma série de restrições a serem observadas. Dentro dessa perspectiva destacam-se na ensedada de Dois Rios a relação além do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) e moradores, as multirelações entre: CEADs e moradores; UERJ e CEADs; Governo do Estado do Rio de Janeiro e UERJ; INEA e CEADs; Prefeitura e PEIG; entre outras.

Como aponta Haesbaert (2014), o território discute a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço. Portanto, as forças e disputas atuais que ocorrem em Dois Rios fazem parte de uma reestruturação de profunda modificação econômica e de uso do solo. Essa reestruturação é muito marcada pelo reconhecimento de territórios sobrepostos e agentes atuantes multirelacionais com olhares diferentes sobre seu potencial.

As múltiplas formas de organização territorial, o domínio da gestão de duas esferas de governo – Municipal e Estadual – e a interferência no território da enseada causam incerteza, instabilidade, mobilidades limitadas e fixações discordantes com o espaço vivido, principalmente de moradores e trabalhadores da enseada. Como aponta Haesbaert (2014) esta multiplicidade contemporânea de tempo-espaços provoca aberturas e fechamentos territoriais que reforçam práticas ligadas a uma percepção de crescente insegurança, uma espécie de vida no limite ou nas fronteiras para os habitantes daquele território.

Raffestin (1993) também aponta a lógica da economia e seus desdobramentos: “[...] ou todo mundo recebe a mesma quantidade de bens e de serviços e então se trata de uma ‘economia’ no sentido etimológico, ou então se estabelece um conjunto de critérios que determinam aqui a abundância, e ali a rarefação” (RAFFESTIN, 1993, p. 34). Então, não se trata mais de uma economia, mas de uma política cujas finalidades não são a expressão de uma necessidade

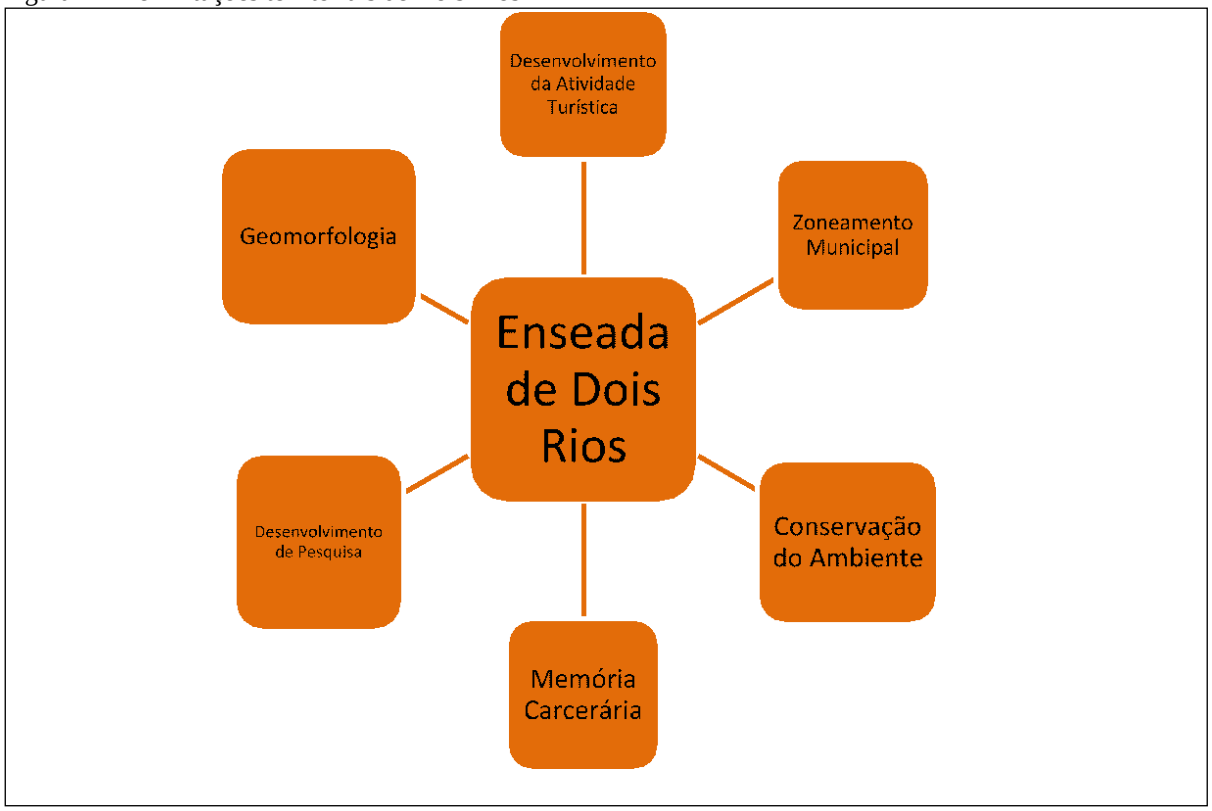
endógena, que implica a permanência de uma estrutura, e sim, a expressão de uma vontade exógena que determina as finalidades das partes da estrutura que se devem manter. As modificações no território de Dois Rios são resultadas dos usos do solo apontados como potências econômicas, e as suas reestruturações territoriais seguem ações que visam o atendimento às legislações de controle da unidade de conservação dominante e ao Termo de Cessão firmado com a UERJ. Não há construção do território a partir dos moradores e seus interesses, afinal estes, sempre estiveram dependentes das estratégias de governo que controlavam o uso da enseada, tanto como presídio quanto como conservação.

1.3 **Agentes dos territórios em Dois Rios**

Haesbaert (2014) afirma que falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, exprime a relação que grupos mantém com porções do espaço. As ações desses grupos geram delimitações, sendo a ação sempre comandada por um objetivo e em relação a outros objetivos possíveis. Nessa perspectiva, concorda-se com Raffestin (1993), ao passo que este autor afirma a possibilidade de limites zonais, na medida em que a área delimitada não é necessariamente o local de uma soberania fixa de forma rígida, mas sim, uma área determinada pela atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva. Portanto, como demonstrado no esquema da Figura 2 em Dois Rios são percebidas delimitações diferentes de territórios:

a) Delimitação física da enseada entre a montanha e a praia;
b) Limite estipulado no Zoneamento Municipal;
c) Recorte inserido no Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG);
d) Limite físico e simbólico da memória do cárcere, com a presença de ruínas e estruturasque ainda resistem;
e) Atuações e reações do turismo de Sol e mar;
f) Espaço voltado para o desenvolvimento de pesquisa, com a presença dos prédios e casasocupadas pela UERJ.

Figura 2 – Delimitações territoriais de Dois Rios



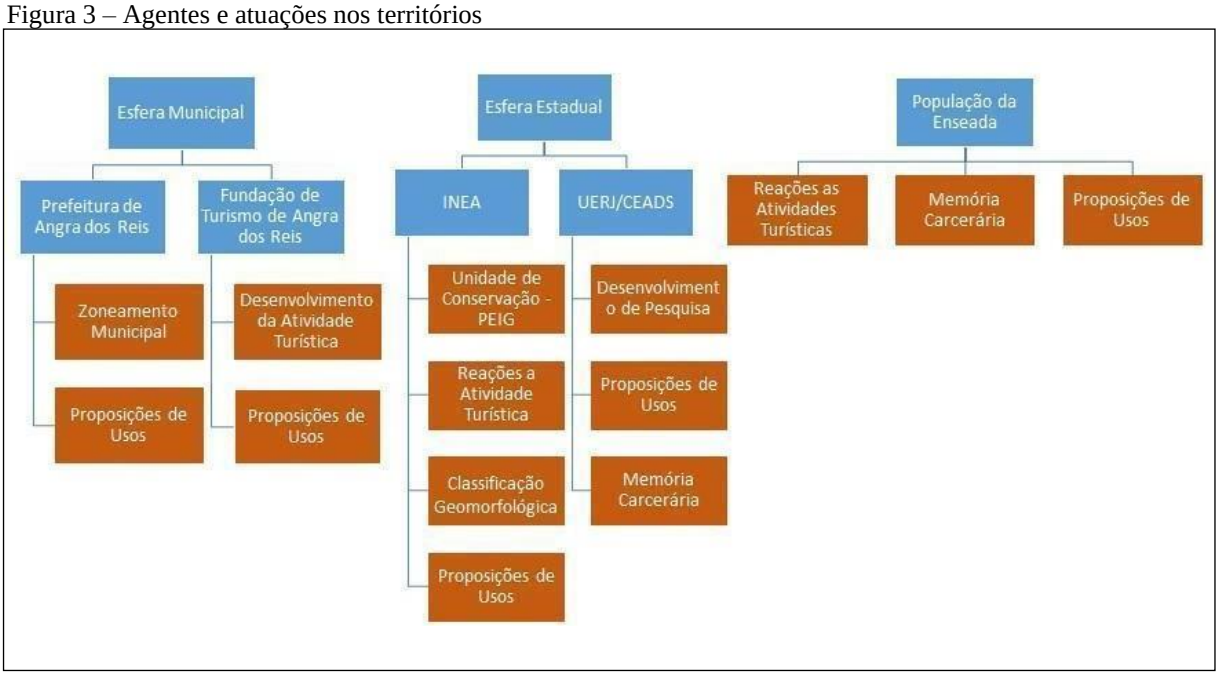
Fonte: A autora, 2021

O desenvolvimento das teorias de múltiplos atores sobre o território e diferentes limites zonais sobrepostos, conversa com o os apontamentos de Haesbaert (2014) quanto não ser apenas o Estado considerado o agente que territorializa ou reterritorializa. Se há múltiplas zonas, há múltiplas relações e múltiplos agentes. Diante do exposto, e seguindo nas indicações de concordância com as teorias apontadas por Haesbaert (2014), pode-se firmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional – atuações das esferas de governo – à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica – atuações do CEADS e comunidade na enseada.

> Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, nelesincorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto daslutas subalternas de resistência – pois poder sem resistência, por menor que ela seja, não exista. Assim, devemos distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. [...] De algum modo, controla-se uma área geográfica,ou seja, cria-se o território, visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (HAESBAERT, 2014, p. 59).

Dessa forma, em Dois Rios é possível apontar os atores e suas diretas relações nas construções dos territórios atuais. Neste estudo, optou-se para apresentar esse apontamento classificando os atores entre esfera de governo municipal, esfera de governo estadual e população, como apontado no esquema da Figura 3.

Figura 3 – Agentes e atuações nos territórios



Fonte: A autora, 2021

Com base no apresentado, é possível reconhecer que na esfera municipal, Dois Rios é uma enseada da Ilha Grande, distrito de Angra dos Reis. No macrozoneamento municipal[12], ela está inserida na Macrozona da Ilha Grande (MIG) e também compõem a Unidade Territorial IX - UT-09 do município. Portanto, um recorte de limite zonal voltado para um referencial espacial quanto ao uso e a ocupação do solo no município. Entretanto, soma-se a essa perspectiva, as atuações da Fundação de Turismo de Angra dos Reis, que propaga e fornece infraestrutura para as práticas turísticas tanto na ilha quanto na enseada.

Já a nível estadual, contemplada dentro do recorte do estado do Rio de Janeiro, a enseada de Rios pertence a Região da Costa Verde e possui a categoria Parque de unidade de conservação[13], sob administração do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Essa atuação traz consigo a delimitação da unidade de conservação, o perfil geomorfológico da enseada e as

[12] Lei nº 2091, de 23 de janeiro de 2009.

[13] Decreto Estadual nº 40.602, de 12 de fevereiro de 2007.

reações quanto a atividade turística apontada em seu Plano de Manejo[14], a partir das limitações de tais práticas. Nessa esfera há também o CEADS, que é o centro de pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, responsável por oferecer suporte e infraestrutura para realização de pesquisas científicas na Ilha Grande, destacando-se a ocupação desse centro em edificações usadas no período carcerário. Há também a realização de atividades e criação de museus e espaços de convivência, revitalizados pelo CEADS, que possuem como propósito a resistência da memória do cárcere na enseada, não apenas pela (re)existente permanência das ruínas e casas da época do presídio.

No nível de atuação e relação da comunidade de Dois Rios, foi identificado as reações àsatividades turísticas, principalmente com um olhar resistente a expansão da atividade na enseada[15], e a memória carcerária, tão saudosa nos tempos de melhor infraestrutura quanto no discurso de reivindicação de acessos e serviços perdidos com o seu fim, além das necessidades de mudanças que acompanhem as necessidades da população e sua forma de ocupação.

Dessa forma, concorda-se com Haesbaert (2014) ao compreender que territorialização também implica em resistência, ou seja, quem é dominado ou resiste também territorializa. Assim, considera-se também como agente atuante e ativo na territorialização da enseada a população de Dois Rios, sobretudo por conta das suas práticas reativas às atividades turísticas e de uso da sua memória carcerária, além de outras estratégicas para resistir no território. Como aponta o autor, as relações de poder não são apenas coercitivas ou de um grupo que a possui.

> Se o poder, como afirma Foucault, implica sempre resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou dominados na verdade estão sempre também (re)onstruindo suas territorirlidades, ainda que relativamento ocultas, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência. [...] As relações de poder são, assim, imanentes a todas as demais: econômicas, epistemológicas, culturais, de gênero... Nesse sentido é que o poder, para muito além do Estado – e de suas territorialidades – envolve esferas, como a cultura e a economia (HAESBAERT, 2014, p. 44).

1.4 **Organizações e conflitos**

A partir do detalhado no item anterior, é possível apresentar os considerados como principais responsáveis pela gestão da enseada a partir de seus usos e atuações, são eles: UERJ/CEADS, INEA e Prefeitura de Angra dos Reis. As responsabilidades desses agentes –

[14] Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande.

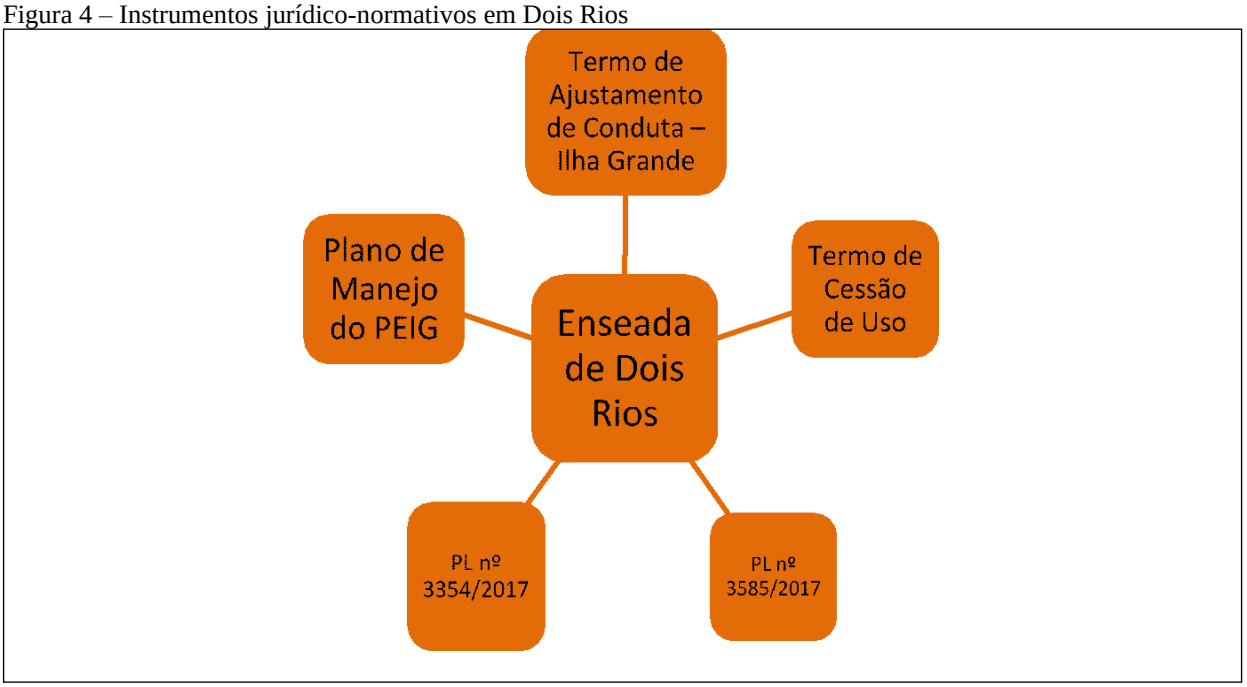
[15] Indica-se leitura do capítulo “A natureza sob vigilância: etnoecologia e ethos penintenciário na Ilha Grande” In *Ilha Grande: do sambaquí ao turismo.* EdUERJ, 2006.

tanto no zoneamento para serem traçadas diretrizes de infraestruturas e usos, quanto no sentido de conservação do seu estado de ambiente e culturas – mesmo que apresentando um quadro conflituoso na admissão de responsabilidades, são as entidades que devem liderar as articulações interinstitucionais que tenham por objetivo manter a função socioambiental do PEIG, CEADS e da própria Dois Rios para a Ilha Grande. Neste item, eles serão abordados como organizações.

Segundo Raffestin (1993) as organizações possuem finalidades e objetivos simples ou complexos – neste caso, complexos. Para atingir seus fins, muitas vezes mascarados, as organizações apropriam-se de estratégias e em muitos casos, geram conflitos e relações com outros atuantes no território, desenvolvendo-se assim, códigos ou componentes espaciais e temporais. Tendo como base esse conceito, será apresentado neste item os conflitos das organizações sobre a enseada de Dois Rios, e as estratégias usadas – como as legislações ou projetos de leis – que no fundo, trata-se de elaborar uma nova linguagem, na qual seja permita perceber relações que se mesclam a cada instante, mas que também possuem o intuito de desfazer articulações.

Como aponta Gama (2010), no território insular da Ilha Grande existem conflitos de interesses em relação ao uso do solo do espaço público que se arrastam ao longo do tempo. Em Dois Rios, pode-se realizar um recorte no qual esse conflito se volta para a dominação das edificações da enseada, a partir do direito de alienação dos imóveis do Estado do Rio de Janeiro em territórios sob domínio da categoria Parque. Complementando essa caracterização de conflito, Cerqueira (2019) apresenta que os interesses em Dois Rios se manifestam em instrumentos jurídico-normativos (Figura 4), principalmente pelo: Termo de Cessão de 1996; Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Ilha Grande) de 2002; o Plano de Manejo de 2013; e por dois projetos de leis (PL) de 2017, n° 3354 e 3585, criados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Esses dois PL possuem como proposta única, a de transferir o direito de uso dos imóveis locais cedidos à UERJ para o patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, inviabilizando a manutenção da universidade no local. Para isso, solicita a suspensão do Termo de Cessão, assinado em 1994, que garante à UERJ o direito de uso, ocupação e utilização dos imóveis da Vila Dois Rios.

Figura 4 – Instrumentos jurídico-normativos em Dois Rios



Fonte: A autora, 2021.

Dentro desse cenário, ressalta-se a reivindicação de moradores que judicialmente também atuam para possuir a posse das casas. Entende-se que o início desse conflito esteja vinculado ao processo de transferência da gestão dos imóveis do local para a Universidade do Rio de Janeiro, que se materializou em 1994, com a assinatura do Termo de Cessão de Uso n°21, firmado entre o governador e o reitor da universidade na época. Entretanto, ele recebe um agravamento por duas razões: a primeira por esse Termo está sobre um mesmo território sob legislação ambiental de categoria Estadual; e o segundo ponto, por ter historicamente a presença do Estado, através de instituições carcerárias de segurança, na construção e manutenção da infraestrutura e da cultura local.

A partir desse contexto, o ex-deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), atual senador eleito pelo PSL no Rio de Janeiro, e deputado estadual Pedro Fernandes (PDT-RJ) elaboraram o projeto de lei n° 3354/2017, em setembro, que se encontra em andamento na ALERJ. Segundo o texto do PL, os deputados entendem que uma transferência dos imóveis existentes em Dois Rios será benéfica aos moradores, ao próprio Estado e ao território insular, alegando falta do cumprimento das obrigações assumidas pela UERJ. Porém, como aponta Cerqueira (2019), o PL não indica que responsabilidades estão sendo negligenciadas e por esse motivo, no mês seguinte, o ex-deputado Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), criou o segundo projeto de lei nº 3585/2017, que também aborda a questão relatada anteriormente, mas desta vez indicando algumas responsabilidades não cumpridas pela UERJ.

> Em 1996, tais unidades habitacionais foram transferidas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, que se comprometeu a promover, no prazo de 02 (dois) anos, melhorias tais como: saneamento básico, reforma dos imóveis, reforma dos acessos, investimentos nas condições de funcionamento da única Escola existente no local, dentre outras medidas estabelecidas no Termo de Cessão de Uso. Como a Universidade não cumpriu, até a data de hoje, absolutamente nenhuma das medidas objeto do acordo, mostra-se meritório o pleito das famílias residentes em Vila Dois Rios – em face de serem diretamente impactadas pelo desinteresse e omissão da UERJ (RIO DE JANEIRO. PROJETO DE LEI Nº 3585/2017).

Entretanto, como bem apresentado por Cerqueira (2019), os apontamentos utilizados como justificativas para os projetos de leis, ultrapassam o dever da UERJ na enseada. Segundo o Parágrafo Primeiro do termo de cessão, "[...] a UERJ deverá ter como uma das finalidades principais a preservação do ecossistema da Ilha Grande". No quinto capítulo, na cláusula segunda diz "responsabilizar-se pela manutenção de infraestrutura material em Dois Rios, que possibilite a sobrevivência digna dos moradores do local, tendo por parâmetro as condições existentes por ocasião da desativação do Instituto Penal" (ANGRA DOS REIS, LEI 162/1991).

Além disso, também citado por Cerqueira (2019), segundo o Plano Diretor do município de Angra dos Reis em seu artigo 6, parágrafo I, que se refere às diretrizes, afirma:

> [...] promover a justa e racional distribuição da infraestrutura de cultura, lazer, educação, saúde, saneamento e demais serviços públicos de modo a minimizar o desequilíbrio social e dar maior autonomia aos adensamentos urbanos localizados ao longo do território municipal (ANGRA DOS REIS, LEI 162/1991).

Ou seja, essa responsabilidade também poderia ser dividida com a prefeitura de Angra dos Reis, seguindo atribuições contidas no trecho. Portanto, entende-se que, além da UERJ, a Prefeitura de Angra dos Reis, também possui parte das responsabilidades indicadas como não cumpridas pela universidade no PL nº 3585/2017.

Nesse contexto, é entendido determinadas articulações nas esferas de governo sobre o uso e domínio da enseada, sendo possível vincular responsáveis específicos para temas de Dois Rios a partir de suas respectivas atividades econômicas, como: conservação ambiental vinculado ao INEA; turismo vinculado à Fundação de Turismo de Angra; e o desenvolvimento de pesquisa vinculado ao CEADS/UERJ. Contudo, quando as questões são sobre os moradores e oferta de infraestruturas de serviços, em específico as suas residências e manutenção, as organizações apenas articulam-se na defesa ou ataque pela garantia de posse, como já apresentado. Não fica evidente a quem atribuir diretamente as responsabilidades pela manutenção da enseada. A partir disso também é possível realizar a reflexão sobre a não clareza da competência do bem-estar dos moradores da enseada: a quem recorrem os moradores quando

precisam reivindicar por infraestruturas e serviços? Quem atende? Segundo a autora Ana Maria Santiago (2010):

> O documento [Termo de Cessão] é sempre referido pelos moradores quando querem reclamar das coisas que julgam caber à UERJ providenciar. Algumas pessoas têm uma cópia do documento, guardam cuidadosamente para a ele recorrer, justificando as suas expectativas sobre os compromissos e responsabilidades da UERJ em relação à Vila. (...) Da cobrança dos compromissos formalmente atribuídos no Termo de Cessão a outras expectativas em relação à UERJ, os moradores da Vila fazem uma passagem automática, numa atitude também similar àquela que no Brasil é comum de se encontrar no sentido de que o governo deve assistir a população: A UERJ poderia criar empregos para os jovens fazendo uma pousada ali, um clube, promovendo atividades (SANTIAGO, 2010, p. 173).

Ainda segundo Santiago (2010), também se percebe uma clara transferência de competências sociais e de prestação de serviços municipais e estaduais para a responsabilidade da UERJ, mesmo que esta última deva apenas considerar atribuições assumidas no Termo de Cessão. Nesse sentido, Cerqueira (2019) defende que entendemos que o Termo de Uso deva ser atualizado ou mesmo renovado para que a divisão sobre as responsabilidades fique mais clara e justa.

Cerqueira (2019) também apresenta necessidade de apoio à UERJ por parte do Estado para realizar as responsabilidades que o Termo de Cessão transfere a ela, ainda que estas não estejam descritas de forma clara e/ou sequer objetiva. Entende-se que essa falta de clareza quanto às responsabilidades locais no texto do Termo de Cessão entre as esferas de governança e instituições públicas, foi feita considerando a divisão de tarefas e, ao mesmo tempo, a articulação entre as entidades do Estado no cumprimento das responsabilidades garantidas em lei.

Outro apontamento que deve ser apresentado é a relevância da presença do CEADS:

> Não houve e não há desapropriação no caso da Vila Dois Rios, pois entendemos que a concessão dada à UERJ permitiu que parte dos moradores locais continuasse trabalhando e gerando renda no local sem depender da utilização dos recursos naturais locais (CERQUEIRA, 2019, p. 18).

Nesse sentido, a formalização do termo de compromisso assumido entre UERJ, Estado e população da enseada, garantiu legalmente a moradia e o uso limitado do espaço da vila por parte dos atuais moradores, sendo parte deles também funcionários da UERJ. No entanto, isso é uma especificidade quando analisamos outros contextos socioambientais da categoria Parque no Brasil. Ou seja, a presença do CEADS se configura e representa uma ferramenta de suma importância ao que tange o planejamento e a gestão territorial da Ilha Grande, sobretudo por se tratarem de territórios específicos devido à legislação que estão sob domínio. Dessa forma, começa-se a compreender o porquê dos ataques redigidos nos PLs para retirar a UERJ da

enseada: sua presença ainda mantém certo distanciamento da possibilidade de execução de atividades econômicas não consonantes com as atuais legislações do território. A UERJ ainda mantém conservada ou resistente algumas memórias, pessoas e atividades em Dois Rios. As relações entre Estado X UERJ são tanto de desarticulação para potencializar determinados interesses, quanto também de provedora para a sua permanência no território e desenvolvimento dos seus objetivos acadêmicos-científicos.

1.5 **Trunfos, estratégias e controle**

Montaigne (2001 apud Haesbaert 2014) orienta que antes de se perguntar como é que algum evento acontece, deve-se primeiro questionar se este efetivamente acontece. Como já apresentado, os conflitos sobre o território de Dois Rios estão em torno de posse e uso das edificações, justificados por ineficiências e falta de compromisso por parte da posse da UERJ sobre essas construções. Entretanto, até que ponto estas acusações são válidas e até onde há o descumprimento de ações por parte do CEADS na Ilha Grande?

Nesses conflitos, assim como sinaliza Raffestin (1993), cada organização procura reforçar sua posição obtendo trunfos suplementares, de tal modo que possa pesar mais que outras na competição. Destaca-se que o poder político aparece em consequência como um produto da competição e como um meio de contê-la, principalmente nesta situação quando as organizações em conflito fazem parte da mesma esfera de governo: a estadual. Obter trunfos suplementares não significa domínio, entretanto, pode ser tratar de exercer um controle que permita prever, ter acesso, neutralizar etc.

Dentro dessa perspectiva, organizam-se os conflitos em Dois Rios que ora reivindicam a preservação ambiental e não exploração de seu espaço – com trunfos de controle de acesso e do uso por parte de turistas e moradores –, e outrora, exerce estratégias contando com a possibilidade de maior desenvolvimento sobre um território sem investimento ou desatendido – com trunfos de possibilidade de posse de edificações e abertura de novos usos para enseada. Nesse meio, há o desenvolvimento científico com ações que visam o equilíbrio dos usos de Dois Rios, com trunfos junto ao Termo de Cessão e a sua possibilidade de executar atividades com garantias jurídico-normativas.

Algo em comum nesses conflitos, mesmo que exercendo estratégias e trunfos diferentes, é a necessidade de controle sobre a população, ou indicativos de limitações de usos desses na

enseada. A população é entendida como um recurso, mas também como um entrave em todas as atividades das organizações em Dois Rios. Como aponta Raffestin (1993), o recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso – neste caso a população – e por meio da imagem do número, as organizações conseguem aumentar sua informação sobre o grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. Entende-se por recenseamento então, como um informante de estoque de energia, que será integrada nas estratégias das organizações.

Também conforme apontado por Raffestin (1993), sendo a população a fonte primária de energia, é natural que se tente fazê-la crescer ou se deslocar para atingir objetivos e trunfos. Nesse sentido, com a intenção de modificar o estoque ou de mudar a sua distribuição, foram utilizados meios desde a coerção pura e simples até a incitação moral, passando pelo jogo das remunerações. No contexto Dois Rios, essa colocação se aplica ao passo em que se identifica o controle sobre os moradores da enseada, de forma mais aberta e direta, com as delimitações quanto à posse de suas moradias e limitações do transporte para outras enseadas da Ilha Grande. Mas também, com ações mais silenciosas de controle e limitação, como os fornecimentos de infraestruturas e serviços básicos – escolas, unidades de saúde, áreas de lazer, energia, sinal de telecomunicação, oportunidades de emprego, entre outros – muitas vezes inexistentes[16].

Como apontado por Cerqueira (2019), a população de Dois Rios não depende de seu território para subsistência por dois motivos: limitações de uso e ocupação impostas na legislação de unidades de conservação de categoria Parque; e relação profissional, por parte de alguns moradores com a estrutura da UERJ, o CEADS. Entretanto, o que o autor quis destacar foi que mesmo que os imóveis sejam transferidos da UERJ para o patrimônio do Estado, os moradores locais continuarão dependentes do Estado e com limitações de uso e ocupação impostas por legislações específicas, fato que apenas poderá ser modificado caso haja uma recategorização na unidade de conservação ali presente. Ou seja, partindo dessa análise, compreende-se que as estratégias e articulações feitas pelas organizações da enseada geram trunfos de domínio e submissão sobre a população local. Mesmo não sendo totalmente dependentes do que produzem no espaço de Dois Rios, os moradores são reféns das atividades propostas pelo Estado naquele território. Não há autonomia para os moradores locais, por conta de limitações em seu desenvolvimento econômico e de uso e ocupação, impostas principalmente pelo PEIG.

Entretanto, essas limitações apontadas até momento entram em contradição ao passo que Cerqueira (2019) destaca que o site do Instituto Chico Mendes de Conservação da

[16] Será mais desenvolvido no item 1.6 Territorialidades e desterritorialização.

Biodiversidade (ICMBio), dentre suas principais atividades, está a articulação interinstitucional, com o intuito de minimizar e solucionar conflitos territoriais em unidades de conservação, visando equalizar os direitos de populações locais à conservação da biodiversidade. Entendendo-se assim que a melhor proposta de resolução de conflitos, em específico do aspecto fundiário, levantado pelos PLs 3354 e 3585/2017, é a eficiência da gestão territorial dos representantes públicos responsáveis pelo ordenamento de uso e ocupação do solo em Dois Rios. Esses devendo assumir o caráter mais holístico e integrador dos sistemas da enseada, do que apenas agir com tomadas de decisões orientadas pela limitação de uso e controle, ou então atuando apenas como possuidores de suas edificações, sem responsabilizar-se pelas vidas existentes na enseada. Além do mais, somado à UERJ e à Prefeitura de Angra, agora os PLs também devem reivindicar posições do ICMBio quanto às suas incumbências em Dois Rios.

Quando a análise se volta para a responsabilidade na gestão territorial de entes públicos sobre determinado território, Cerqueira (2019) levanta o debate para uma das principais funções sociais das UC's, sobretudo do PEIG, que é o aspecto do uso do espaço público. Esse ponto remete a paradigmas entre: o desenvolvimento e a conservação; emprego e a manutenção da biodiversidade; e dos turistas e visitantes com os moradores, pesquisadores, técnicos, dentre outros agentes atuantes na enseada. Essas dicotômicas realidades dentro de um mesmo território exigindo retornos para as suas demandas e necessidades, acabam por projetar na unidade de conservação a responsabilidade de garantia de respostas, e criam uma teia múltipla de cobranças, atuações e relações na enseada, não se configurando mais como dualidades existentes.

Nesse contexto, acredita-se que além do PEIG – que possui ações diretas voltadas para limitações de uso do solo – a UERJ é a organização que concentra as necessidades de retorno à sociedade da enseada, e por isso é alvo das acusações de falta de responsabilidades cumpridas vigentes no Termo de Uso n° 21. Ou seja, organizações do Estado com os projetos de leis, estrategicamente, acusam o descumprimento de responsabilidades por parte da UERJ e deprecia a qualidade e as condições de vida da população local, ao mesmo tempo em que é esse Estado, no entanto, que omite o fato de que os recursos financeiros da UERJ são provenientes do próprio. No cenário Dois Rios, as organizações em disputa possuem trunfos e estratégias que se auto anulam, tendo todas o principal objetivo de controle do fundiário e domínio da população, sem considerar suas funções sociais, que extrapolam o particular das residências em disputa, e chegam no espaço público dessa enseada.

Nesse sentido, Cerqueira (2019) aponta que a UERJ/CEADS e o INEA devam estreitar as relações estratégicas de ação na gestão de Dois Rios, para resolver a questão fundiária que se reflete no conflito específico tratado neste item. Deve-se, portanto, alinhar o técnico-científico tão defendido por estas organizações em práticas de desenvolvimento de pesquisas no CEADS que não apenas estejam tão estritamente vinculadas aos interesses da academia, ao mesmo tempo, que a gestão do PEIG (INEA) deva respeitar a autonomia da UERJ/CEADS.

1.6 **Territorialidades e desterritorialização**

Raffestin (1993) aponta que uma tessitura não pode ser modificada sem cessar; por outro lado, o poder que a utiliza pode ser amaciado e ajustado por intermédio de seus quadros e de seus princípios. Se relações necessárias devem se instituir entre os elementos pertencentes a duas malhas diferentes, não são os limites que impedem essas relações, mas as estruturas de poder que garantem as malhas. Como apresentado até agora, são as estratégias das organizações atuantes na enseada que vão traçando os ajustes e reajustes para o controle da população e das atividades para fins de atendimento dos seus objetivos específicos.

Concordando ainda com Raffestin (1993), a imagem ou representação da população é necessária à ação das organizações que vão manter relações múltiplas com a coletividade, para reforçar, diminuir ou ainda estabilizar o estoque humano. A classe dominante, por meio de seus códigos, apropria-se da produção, da circulação e da interpretação das mensagens e passa a controlá-las. Como já exposto, nessa perspectiva identifica-se as contradições do Estado sobre Dois Rios, pelo mesmo ser a organização que atua na falta de investimentos na enseada – UERJ/CEADS sofrendo sucateamentos que refletem na dificuldade de ações no território –, ao passo que também é o agente que condena a ausência de suporte – PLs de 2017. Além do dualismo entre PLs e UERJ, há também as atuações do PEIG e turismo, que também são organizações estaduais responsáveis por propagar imagens dessa população, principalmente para exploração dos recursos na enseada. O turismo domina a linguagem e imagem da Ilha Grande, como um todo. A partir dessa compreensão, é possível questionar-se então sobre qual imagem é propagado o território de Dois Rios? Quanto a população, como ela é descrita nesses canais de divulgação turística? Qual o motivo dessa propagação? Para o que elas são tratadas

dessa forma?[17]

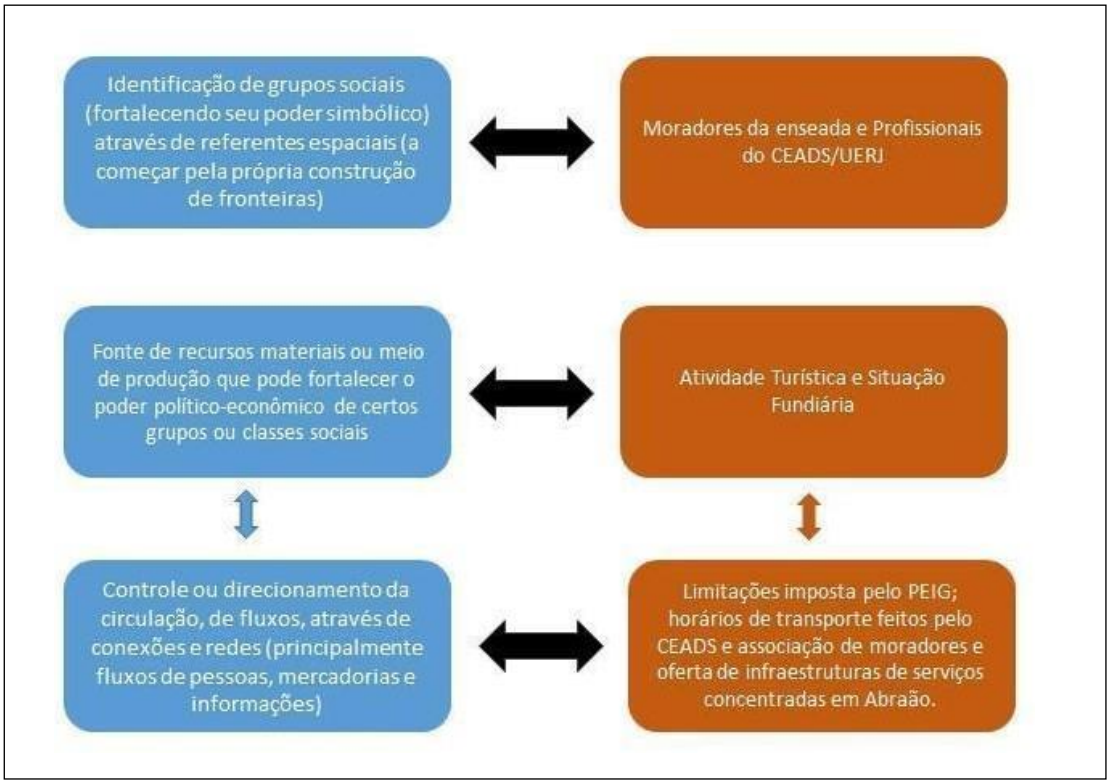
Raffestin (1993) também apresenta que os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz à sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.

Nesse contexto, insere-se a realidade de Dois Rios com a sua dependência aos serviços prestados em Abraão e principalmente com as limitações nos traslados feitos em horários determinados pelos veículos do CEADS. Nela apresentam-se as diversas distâncias supracitadas, tanto por conta da geomorfologia da enseada e do tempo de travessia até Abraão, quanto por sua interação social, psicológica e cultural que por muito tempo foi apenas vivenciada dentro de seu território, com todos os equipamentos de serviços sendo fornecidos pelo presídio, e hoje se ver na necessidade de recorrer a outros locais para atendimento de suas demandas, como educação e saúde. Dois Rios que antes era uma enseada autônoma, possuidora de toda infraestrutura necessária para sua subsistência, atualmente é dependente das atividades do CEADS e do seu suporte para chegar até Abraão – enseada referência para o atendimento de suas demandas. Não sendo, portanto, uma dinâmica funcional e que acaba estabelecendo nós de relação e dependência direta com outros territórios e agentes, além de se apresentar subordinada às liberações de usos determinadas pelo PEIG. Com um olhar crítico sobre essa tessitura atual, concorda-se, mais uma vez com Raffestin (1993) ao apontar que esses sistemas de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, permitindo ainda impor e manter uma ou várias ordens.

[17] Buscando responder estes questionamentos, em sua monografia, Farias (2018) faz uma análise quanto ao imaginário propagado sobre três enseadas da Ilha Grande, incluindo Dois Rios, e compara essa ideia propagada como atrativo turístico com a percepção dos turistas ao entrarem em contato com o ambiente. O resultado evidencia o domínio da atividade turística sobre o território da Ilha Grande e como este transforma em atrativo realidades muitas vezes inexistentes.

Corroborando com as discussões até agora apresentadas, Haesbaert (2014) aponta objetivos ou fins de territorialização, que vão em concordância com as dinâmicas das tessituras e suas estruturas de poder. Três dos apresentados enquadram-se nas formações dos territórios de Dois Rios e são ilustrados na Figura 5.

Figura 5 – Objetivos ou fins de territorialização sobre a enseada de Dois Rios



Fonte: A autora, 2021.

Nesse cenário de Dois Rios, também se consegue vincular às proposições apontadas porHaesbaert (2014) em relação aos processos de destruição e reconstrução territorial, no qual se fica claro o ir e vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional, de controle físico de processos, e aqueles onde a dimensão simbólica – a territorialidade para alguns – adquire um papel fundamental. A enseada possui um símbolo de memória carcerária muito fortee bastante utilizado pela propagação turística, entretanto, o seu território já foi totalmente alterado desde o fim desse uso, principalmente com a retirada dos benefícios e serviços à população, além da inserção nos limites de uma Unidade de Conservação.

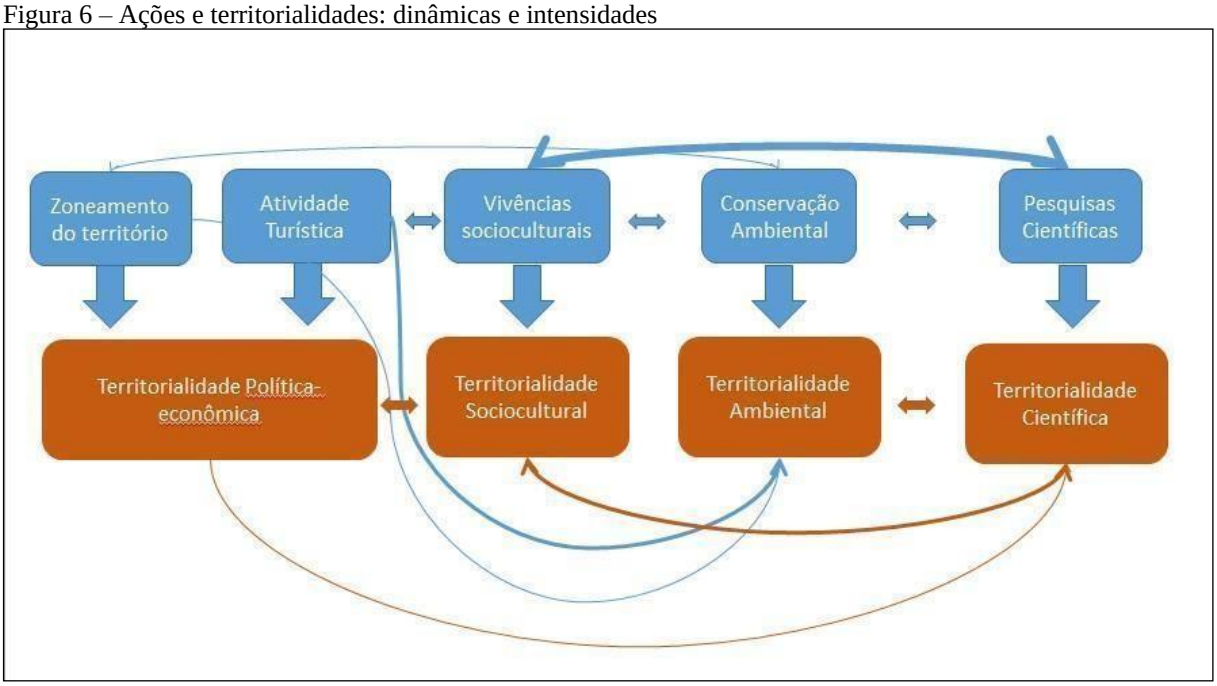
> A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas algo abstrato num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítico epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido de que enquanto imagem ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território pelo menos nos moldes a que se refere, não esteja concretamente manifestado (HAESBAERT, 2014, p. 64).

As influências dos atores e grupos são responsáveis por compor territorialidades. Corroborando com essa análise, Cerqueira (2019) afirma que em Dois Rios, há o desenvolvimento das atividades turísticas, que permeiam outras dimensões territoriais a partir da influência dos atores e grupos econômicos, locais ou não. A territorialidade da economia começa a ser cada vez mais influenciada e dinamizada por moradores oriundos do continente com fins comerciais e residenciais e dos turistas que chegam impondo uma nova lógica no usoe na ocupação. A territorialidade da cultura pode ser entendida pela diferença entre costumes epráticas existentes dos antigos e recentes atores sociais, principalmente no que tange àsatividades realizadas pelos moradores que vivem na enseada desde o presídio e vivenciavam uma dinâmica e infraestrutura diferente no território.

A territorialidade política, da proteção da natureza, está assentada no domínio estatal sobre a gestão da enseada, principalmente após a implantação das Unidades de Conservação. Aformação e a influência das múltiplas territorialidades são constituídas por ações e práticas de grupos sociais que podem apresentar interesses específicos. Neste sentido, os atores sociais residentes e trabalhadores na Ilha Grande cada vez mais influenciam nas ações de uso e ocupação local, podendo gerar novos e agravar antigos conflitos.

Portanto, entende-se que existam ao menos quatro territorialidades atuantes em Dois Rios. Em primeiro lugar, a territorialidade político-econômica, formada pelas organizações – Prefeitura, Fundação de Turismo de Angra dos Reis e Governo do Estado do Rio de Janeiro – com as atividades econômicas, em específico turísticas, e zoneamentos e legislações sobre esseterritório. Em segundo lugar, a territorialidade sociocultural, marcada pelas vivências atuais e memórias reproduzidas por parte dos moradores. Em terceiro, a territorialidade ambiental, configurada pela unidade de conservação do PEIG, e por último a quarta territorialidade, a científica, composta pela UERJ/CEADS e suas atividades vinculadas às pesquisas e registros dos usos da enseada. Entretanto, apesar dessas territorialidades serem diretamente relacionadasàs atividades supracitadas, essas ações se mesclam e contribuem, cada uma com sua intensidade, nas outras territorialidades. Elas não são ações engessadas, e sim, fazem parte dastessituras de nós e relações que compõem o território insular e suas territorialidades. Para ilustrar essa tessitura de relações, elaborou-se um esquema buscando, de uma forma mais abrangente, apresentar as principais interferências e dinâmicas das ações e suas territorialidades (Figura 6).

Figura 6 – Ações e territorialidades: dinâmicas e intensidades



Fonte: A autora, 2021.

Diante do já exposto neste capítulo, começa-se a compreender o que Haesbaert (2014) compreende quando afirma que "as múltiplas territorializações em curso implicam, portanto, entender as desterritorialização do Estado em sua multiplicidade, ora fragilizando-se, ora parecendo retomar antigos poderes, e ora, por fim, reconfigurando esses poderes em novas bases" (HAESBAERT, 2014, p. 149). Cerqueira (2019) aponta que antes, Dois Rios com o funcionamento do presídio, tinha uma função que favorecia o manter do poder estatal. Entretanto, sua funcionalidade, mesmo estando sob domínio de algumas instituições estaduais, não segue mais as intenções estatais e do mercado, pelo menos, não com a intensidade desejada pelas atividades econômicas, em específico turísticas, como em outras enseadas. Para Cerqueira (2019), a economia é o indicador da atuação do Estado, contudo, nessa enseada, não se vê injeção econômica, apenas retirada de infraestruturas e limitações às atividades do CEADS/UERJ, única organização que ainda estimula produções neste território. Portanto, em Dois Rios, os campos social, cultural e político ainda são onde mais se vê nós de relações e controle, refletindo no econômico as práticas de des-controle territorial.

> [...] é nesse ambiente de des-controle territorial e, hoje, de hegemonia do capital financeiro que se impõe grande parte dos processos de reconfiguração do Estado. A precarização tem, de alguma forma, que ser contida por novos mecanismos de controle ou de contenção social. Controlar a massa de despossuídos criada dentro da própria lógica da sociedade formalmente instituída revela-se, portanto, uma questão fundamental na reterritorialização do Estado contemporâneo (HAESBAERT, 2014, p. 141).

Somado a essas percepções, adiciona-se a conclusão de Cerqueira (2019) ao acreditar

que os conflitos de interesses estão intrínsecos ao conceito de território e se expressam na solicitação do PL 3585/2017. Esses conflitos possuem a influência dessas distintas territorialidades que permeiam a realidade social, econômica e política da Ilha Grande, mais especificamente da enseada de Dois Rios.

> Esta múltipla relação de faces do território e da territorialidade são expressas justamente devido ao caráter temporal ser decisivo na compreensão das influências, pois consideramos que todas as territorialidades destacadas aqui, foram sendo concretizadas na Ilha Grande em temporalidades e com intensificações distintas e por isso se faz necessária uma leitura complexa, teórica e dialética em relação ao conflito de interesse (CERQUEIRA, 2019, p. 36).

Cerqueira (2019) também defende que a luta dos empreendedores imobiliários locais para extinguir o termo de cessão de uso de Dois Rios à UERJ, se materializa por meio dos PLs n°3354/2017 e 3585/2017, e podem ter como motivações escusas a abertura das fronteiras ao mercado imobiliário, em um dos pontos mais preservados e conservados da Ilha Grande.

> Entendemos que há um anseio histórico de atores locais que controlam parte das atividades turísticas na Vila do Abraão, ex-policiais e oficiais vinculados ao setor de segurança, em finalizar com o termo de cessão de uso da Vila Dois Rios à UERJ. Outro fator importante é que, os PL's n°3354/2017 e 3585/2017 são formulados por representantes políticos estritamente vinculados à grupos corporativos e à serventia aos anseios do mercado (Ibidem, p. 25).

No entanto, entendemos que o projeto de lei (PL) é reflexo da intensificação de conflitos territoriais gravados pelas outras territorialidades mais recentes, sobretudo aquelas ligadas ao setor econômico do turismo. Também podemos perceber o movimento de grupos sociais locais historicamente favoráveis à proposta que consta no PL 3585/2017. Devido a isso compreendemos que a retirada da UERJ possa gerar pressões desses grupos, ou até mesmo outros, economicamente mais poderosos, para uma abertura das fronteiras de Dois Rios, objetivando uma dinamização da atividade turística no local. Esse movimento pode ser então entendido como de desterritorialização (HAESBAERT, 2014) e equivale a todo o processo de saída ou de destruição de um território para a entrada em ou a (re)contrução de outro.

A retirada de infraestruturas e esses ataques à estrutura atual de produção da enseada de Dois Rios, ou seja, ações que visam enfraquecer a presença da UERJ no território, aumentam a desigualdade entre os moradores da enseada, além de intensificar a sua precarização social, revelando à Dois Rios uma condição de insegurança e descontrole territorial de suas práticas e sustento. A precarização se dá pela fragilização de um território a partir das transformações ocorridas em seu interior.

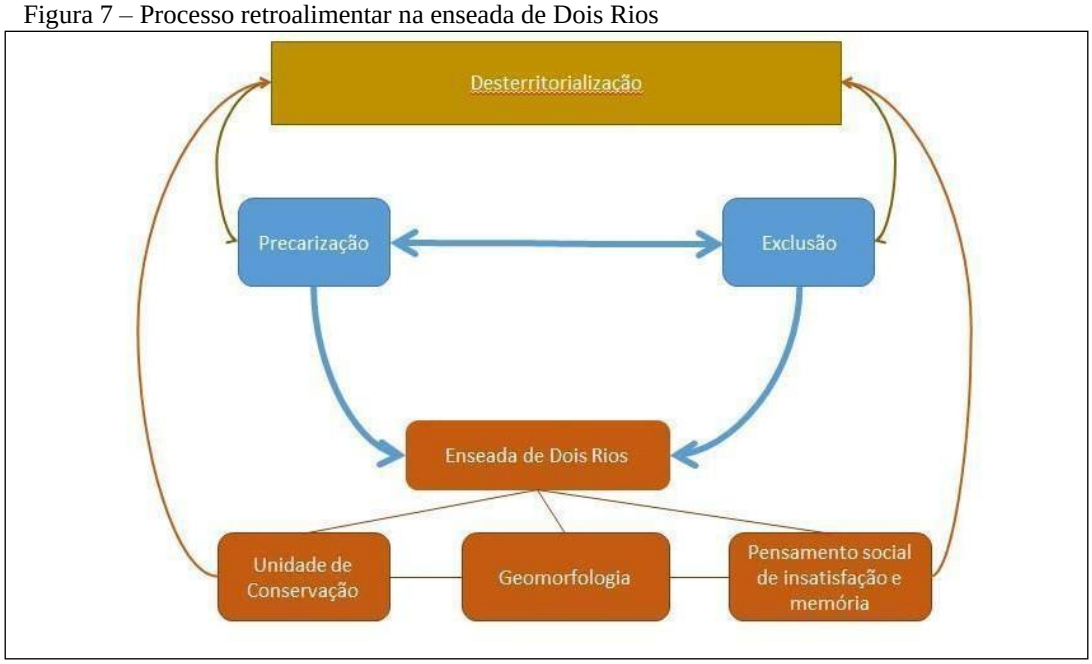
A enseada vem sofrendo um processo de precarização e de exclusão de seu território por conta do mau uso e falta de infraestrutura. Com isso em exposição, concorda-se com

Haesbaert (2014) ao afirmar que:

> A precarização também pode se revelar através de novas/velhas forma de fechamento ou retraimento territorial, se não como processos estritos de reclusão, como ocorria nas típicas sociedades disciplinares, pelo menos em novas formas de fechamento que incluem a própria exclusão de espaços ao usufruto dos grupos sociais, seja pelo mau uso que deles foi feito, sejam, em contraponto, pela alegada necessidade de sua preservação (HAESBAERT, 2014, p. 82).

O que acontece em Dois Rios aparenta ser uma dinâmica de precarização e exclusão, com intenção direcionada para o processo de desterritorialização. Ser uma enseada, geomorfologicamente já limitada e isolada, dentro de uma unidade de conservação que impõem restrições de uso, só torna justificável o precário fornecimento de serviços, pouco acesso à saúde, educação e lazer, além da dependência dos meios de transportes oferecidos. A exclusão e precarização já ultrapassam as fronteiras que condenam a falta de atuação do Estado, e se tornam álibis de suas próprias ações, é um processo que se retroalimenta (Figura 7). Essa síntese resume os processos de isolamento da população em um território vazio, condenado às suas memórias de tempos melhores.

Figura 7 – Processo retroalimentar na enseada de Dois Rios



Fonte: A autora, 2021.

Entretanto, precariedade em hipótese alguma pode ser reduzida às condições materiais e à inserção econômica e aos circuitos do trabalho. “Precária também pode ser a capacidade de organização, participação política e controle na tomada de decisões [...] e também nas relações de identificação territorial construídas de forma ambivalente em suas práticas cotidianas” (HAESBAERT, 2014, p. 188). Assim, quais são as formas consideradas de participação da

população no contexto dos PLs? Onde essa população se organiza e é escutada? Quem se faz representante destes moradores?

O termo exclusão ignora a reação da vítima (HAESBAERT, 2014), isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que o exclui, representando a sua concreta integração. Ou seja, todo o conflito apresentado neste capítulo apenas leva em consideração as organizações num plano macro de disputas. Recortam, usam e exigem de um território, articulando suas estratégias e adquirindo trunfos nos erros ou omissões entre eles. A preocupação que parece existir quanto à condição de existência da população dentro das edificações de Dois Rios, nada mais é do que apenas uma disputa sobre o controle destes moradores, tendo como objetivos fins e escusos sua retirada. As experiências de adaptações, sobrevivências, redes e articulações dos moradores não são inseridas nessas tessituras e legislações. As flexibilizações exigidas não se enquadram no contexto de produção e sustento dos moradores, elas fazem parte da especulação e capital financeiro vivenciado em todo território da Ilha Grande. Como afirma Cerqueira (2019):

> É possível compreender a opinião e o posicionamento de atores sociais no presente, em relação à questões conflituosas, entendendo a influência da história da Vila Dois Rios na cultura dos moradores locais. Portanto, se analisarmos o histórico local junto às memórias coletivas dos atores envolvidos na história da Vila, chegaremos à conclusão de que naquele território o espaço para pesquisa científica, para o diálogo político e para a real conservação da natureza, nunca foram práticas comuns ou até mesmo incentivadas no local. Nesse sentido, entendemos que a implosão do presídio Cândido Mendes se fez necessária devido às demandas políticas internacionais – na área da preservação e conservação, no incentivo ao turismo em áreas protegidas e na consolidação dos direitos humanos. O fim do regime militar no Brasil também possui muita relevância para o fim do presídio (CERQUEIRA, 2019, p. 46).

Nessa linha de pensamento, identifica-se uma remoção silenciosa de direitos, materializada nas PLs, na questão fundiária de Dois Rios e em sua precária infraestrutura de serviços. Os processos de regularização e demarcação são os principais conflitos que rodeiam essa dinâmica de exclusão e precarização da enseada. Como exigir direitos de algo que não te pertence legalmente? Como reivindicar sua permanência naquele território onde suas memórias e vínculos já não garantem seu sustento e atualmente são espaços vazios e em ruínas? Essas questões enfatizam uma perspectiva social dentro de uma diferenciação como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação. Cerqueira (2019) aponta como um processo de remoção indireta:

> [...] remoção indireta que a população mais antiga no local e pobre sofreu ao longo dos últimos anos devido ao avanço da especulação imobiliária e consequentemente o aumento da desigualdade social, fato que pode motivar os mais antigos moradores da ilha – familiares daqueles que serviram ao antigo presídio – a terem maior interesse em resolver as pendências relacionadas ao direito de propriedade das casas presentes na demarcação do PEIG (Ibidem, p. 25).

Ao analisar a enseada na perspectiva do PEIG, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, também é possível identificar um processo de exclusão. Como aponta Haesbaert (2014), "ao contrário da sociedade, entretanto, que não pode ser totalmente excluída do território, podemos excluir territórios da ocupação humana – sem que isso, no entanto, signifique que eles não sejam também, de alguma forma, espaços socialmente incorporados e produzidos" (HAESBAERT, 2014, p. 206). O PEIG também é identificado como uma organização que lança mão de estratégias de controle dos moradores e atividades para seus fins de conservação do ambiente.

> Áreas denominadas de proteção ambiental também sofrem o dilema da ocupação ilegal, mas às avessas: uma área com amplas condições de receber moradores e onde, muitas vezes, já havia ocupação, tem essa presença totalmente interditada. Interdição que se dá em nome do que Diegues denominou o mito da natureza intocada, como se um equilíbrio de ecossistemas só pudesse se dar sob a ausência completa do homem em espaços intocados e não domesticados que, segundo o autor, mesmo nas florestas tropicais, dificilmente seria encontráveis. [....] As UC's são territórios, como na acepção de Robert Sack (1986), pelos quais se visa manter o controle sobre recursos, pessoas e suas ações. Por outro ponto de vista, a ocupação e o uso já realizados nestas áreas também se constituem em expressão de território, assim como os vínculos de identificação com o lugar (Ibidem, p. 204).

Nesse sentido, entende-se que o PL 3585/2017 simbolize a congruência entre conflitos territoriais e socioambientais, que são permeados por influências socioeconômicas e culturais através de diversos grupos locais (antigos e recentes), e que aponta como solução a retirada da UERJ, intensificando mais ainda a desterritorialização da enseada. Dentro desse contexto, quando há a divergência entre grupos e atores sociais específicos e segmentos da sociedade, considera-se uma tipologia que os classifica em conflitos de interesses específicos e escusos. Para Cerqueira (2019):

> Conflitos de Interesses Específicos, pois o projeto de lei ataca diretamente o fim do termo de cessão n° 21 de 1994, e consequentemente a retirada das atividades acadêmicas do CEADS. Além disso, devido à toda complexidade de atores e responsabilidades envolvidas, e sobretudo por ser uma Unidade de Conservação de uso integral, onde há a permissão para moradia, mas que também possui a função de pesquisa. Somado isso ao histórico singular do local, junto às novas pressões sociais e econômicas impulsionadas pelos fluxos migratórios vinculados à demanda da atividade turística, possuímos um emaranhado de questões e interesses distintos e desconexos, que poderão resultar no agravamento dos inúmeros tipos de conflitos já existentes.
>
> Conflitos de Interesses Escusos, pois segundo o texto do PL 3585/2017, não há garantias em relação à permanência dos moradores no local. Não há garantia de que os moradores atuais terão direito de alienação dos imóveis. A única proposta indicada é a reforma dos imóveis, no entanto não detalha que tipo de reforma será esta. Por fim, pois está explícito no texto que a transferência de cessão seja da UERJ para o patrimônio imobiliário do estado, ou seja, o poder de decisão sobre o futuro da Vila Dois Rios estará nas mãos do estado do Rio de Janeiro, e não dos moradores locais (Ibidem, p. 42).

Para finalizar, quando se analisa o autor do projeto de lei apresentado, entende-se que esse projeto apresenta total sincronismo com o histórico-cultural local, como por exemplo a falta de diálogo, a falta de pesquisa (antes do CEADS), a não preocupação e a negligência à conservação dos recursos naturais. Também não apresenta nenhum estudo científico que embase o projeto, e entende-se que este pode abrir as fronteiras da enseada para a perpetuação do turismo predatório ou mesmo para o desenvolvimento de um modelo turístico elitizado e segregacionista. Além de tudo isso, a saída da UERJ do local é causa de dissenso entre os atores sociais envolvidos na questão da transferência dos imóveis.

Portanto, é necessário materializar as relações sociais de poder no território (impactos, demandas e articulações). Com esse intuito, os próximos capítulos trabalharão diretamente as legislações, ações e percepções sobre o território de Dois Rios. Em específico, apresentará uma abordagem que envolve a categoria gênero e vivência da mulher moradora da enseada, inserida nesse contexto de conflito fundiário e precarização dos recursos. As próximas apresentações tentarão romper com o propagado no processo de exclusão do território, dar voz e analisar sob outra ótica a população de Dois Rios.

2 RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: PERSPECTIVAS DAS GEOGRAFIASFEMINISTAS NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.

Para Veyret e Richemond (2007 apud BATISTA; MACCARI; MEDEIROS, 2017) Gestão do Território é o conjunto de técnicas, meios ou atividades que buscam uma localização ordenada do espaço e suas estruturas urbanas, ou seja, são as ações que administram e controlam o território. Já o Planejamento, de acordo com Santos (1997 apud BATISTA *et al.,* 2017), é a sistematização de informações para auxiliar a tomada de decisão das alternativas, com os fins de aproveitamento dos recursos ou, em outras palavras, é instrumento que baliza as políticas do território. Dessa forma, Gestão e Planejamento são conceitos próximos, sendo considerados como ações vinculadas, dependentes e compartilhadas. Para executar Gestão é necessário planejar, e para planejar é preciso orientação de uma Gestão. Sendo assim, Gestão Territorial é um processo contínuo, participativo, interativo e hierarquizado nos diversos níveis de governo (nacional, estadual e municipal), vinculados aos planejamentos e sob um território soberano.

O Planejamento Territorial é derivado de um levantamento de informações direcionado para a identificação de lacunas ou problemas, que possui como finalidade a consolidação de diretrizes para a Gestão e Ordenamento Territorial, dentro de um ideal de futuro. Entretanto, na prática, os resultados desses levantamentos muitas das vezes são diagnósticos basicamente descritivos e destoantes da realidade territorial. Dessa forma, se o conhecimento é reduzido à descrição de imagens e de formas espaciais, o Planejamento limita-se à intervenção no mundo das aparências e daquilo que em primeiro plano é mostrado. Ainda dentro dessa perspectiva, identifica-se que o Planejamento também corre riscos de desviar-se da essência dos problemas, ao passo em que se concentra nos resultados esperados para a Gestão, apresentando assim, apenas formas e imagens percebidas no território, sem considerar que estas são originárias de um conjunto de relações invisíveis. Ou seja, pela Gestão, em muitos casos, já ter um interesse definido sobre certo território, o processo do Planejamento já se orienta nesta determinação e descarta do seu resultado levantamentos mais profundos ou menos visíveis.

Dentro desses apontamentos, assim como identificado por Hissa (1998), no Planejamento e no âmbito das relações entre o processo de conhecer e o ato de transformar, é consolidada a fragmentação entre o saber útil para construir uma realidade desejada, do saber de fato compatível com os ideais do território e seus agentes. Portanto, é necessário considerar o contexto político no qual esse planejamento está inserido, e os objetivos dos seus cenários.

Em outras palavras, “A decisão de planejar é essencialmente uma decisão política” (RIBEIRRO, PIQUET, 2008, p.51).

> O diagnóstico tem sido difundido como a busca de uma verdade, una, única e científica. É interessante que a categoria diagnóstico foi criada pelos médicos, para propósitos específicos da saúde e foi extraída da medicina para a planificação. Em uma situação existem distintos atores sociais, que possuem distintos planos, perseguem diferentes objetivos e estão inseridos de distintas formas na realidade. Não é possível colocar-se de acordo com esses atores sociais, como em uma junta médica. Não existe uma ‘verdade’ única para eles. É como se alguns médicos tivessem interesse em que o doente morresse e outros em que vivesse. Porém, no sistema político-social, o que é vida ou é morte é uma questão de pontos de vista; não pode ser resolvido nas ciências (MATUS, 1989, p. 114 apud HISSA, 1998, p. 41).

A criação dessa forma de ordenar e projetar um território advém de uma ciência moderna, objetivada a legitimar ou atender políticas progressistas. Assim, desenvolveram-se ações que buscavam o regulamento e o padrão com a visão de um progresso econômico e produtivo. Essa perspectiva desencadeou em práticas burocráticas e, em muitos casos, limitantes para certas camadas da população e atores sociais, em consequência do distanciamento entre a realidade vivida das determinações impostas. Como aponta Hissa (1998), desde os anos de 1970 são intensificadas as práticas de planejamento com a intenção da modernização das instituições e com a expectativa de modernização da vida social. Portanto, independentemente da situação atual das realidades do território ou das temáticas que envolvem o Planejamento, planeja-se para modernizar, considerando um escopo de desenvolvimento, o que acarreta o negligenciamento das modificações e impactos não previamente identificados ou idealizados nas diversas camadas do território planejado.

> Os planos tradicionais, além de serem compreendidos e trabalhados a partir da construção de peças estanques - como diagnósticos e prognósticos -, também são elaborados “à distância” do *objeto de intervenção*. Esta distância é efetivada a partir de dois atos. O primeiro deles é fruto de uma atitude explicitamente metodológica: o planejador coloca-se à distância do “objeto” de conhecimento e de transformação, não importa qual a sua natureza. Uma falsa distância. Imparcialidade e objetividade: características e atributos arraigados ao pensamento moderno. O segundo deles está associado ao primeiro e é construído a partir de uma atitude também metodológica: planeja-se “de cima para baixo”. Supõe-se a existência de uma “elite pensante”, pronta para conceber o mundo - conhecer e transformar -, independentemente dos que estão “dispensados” do trabalho de concepção. Assim, planeja-se à revelia do “objeto”, que pode ser uma comunidade, um bairro, uma cidade, uma região. Os riscos são evidentes: os planos perdem legitimidade, não sendo construída a relação de identidade entre as estratégias de intervenção e os interessados nas mudanças (HISSA, 1998, p. 34).

A produção do conhecimento e as ações que balizam o Planejamento, e em concomitância a Gestão, têm origens nas referências estabelecidas pela modernidade, dentro de

um ideal de sujeito neutro. A neutralidade da ciência corresponde uma postura política do sujeito – objetividade – diante do objeto que procura conhecer. Tal relação implica na construção de outra importante posição política: a isenção do sujeito diante do mundo conhecido, surgindo assim, a ilusão de um conhecimento dissociado de sua aplicação que acaba por balizar todo o desenvolvimento de um planejamento distante do território em que se projeta. Portanto, como aponta Hissa (1998) buscando diminuir esse distanciamento e reducionismo das práticas do planejar, os planos deveriam ser feitos com e não para o territórioe seus atores, sendo necessário o rompimento com as ideias inseridas na lógica moderna deprogresso. "Produzir conhecimento sem se envolver com o objeto de conhecimento; planejar omundo concreto sem se envolver com o objeto de planejamento: atitudes que refletem paradigmas tradicionais da ciência moderna, questionada" (HISSA, 1998, p. 8).

Conceber uma ciência produtora de informações distante de outra aplicadora, isentando personagens que deveriam se responsabilizar pelas suas ações ou serem reconhecidos dentro das funções e dinâmicas do território, resultou na elaboração de diagnósticos não realísticos, e de aplicações geradoras de expectativas não atendidas. Afinal, não se planeja o futuro tendo o mesmo como referência única. Portanto, planejar deve ser considerado como o processo que passa a ser concebido a partir de atitudes muitas vezes superpostas no tempo: conhecer e agir.

> Admitir uma brecha entre uma ciência pura e uma ciência aplicada é ampliar a rede de fronteiras: entre o teórico/acadêmico e o prático, o conhecimento e sua aplicação, a sala de aula e os gabinetes de pesquisa[18]. Fronteiras ideológicas e corporativistas que, também, justificam o inexplicável: a neutralidade de quem produz a informação diante daqueles que a consomem. 'Aplicar ciência' é produzir informação e acompanhar a sua utilização, o seu consumo. E sublinha-se: 'Acompanhar não é assistir: é interferir, mudar' (FERREIRA, 1988, p. 61).

Considerar apenas uma visão também é um erro. Como afirma Hissa (1998), a explicação do outro é parte da realidade que deve ser considerada. Deve-se buscar o equilíbrio de poder, principalmente, formando partido dos que possuem menos poder em relação à representação nas tomadas de decisão. O Estado não é o único que planeja, pelo contrário, em muitos territórios lacunas de ausência dessa ação estatal é cada vez mais identificado. O Estado não tem só a responsabilidade de planejar, mas sim de promover a participação coletiva na gestão de programas de interesse público, e balizar as necessidades entre estratégicas públicas e privadas que compõem a realidade territorial e sua projeção de futuro.

> Não interessa, neste momento, se acredito que sua explicação é errada, é extremista, é direitista ou é ineficaz. Não interessam os qualificativos que se possa imputar-lhe. O que interessa é que sua explicação é a que o move a ter um plano distinto do meu, e o leva à ação que me obstaculiza. Minha obrigação é entender sua explicação e incluí-la em minha explicação da realidade. A explicação do 'outro' é parte da realidade que devo explicar (MATUS, 1989, p. 114, apud HISSA, 1998, p. 41).

Reforçando o apontado por Matus (1989), Hissa (1998) apresenta as colocações realizadas por Castells & Borja (1996) que reivindicam o envolvimento tanto dos setores públicos quanto dos privados da sociedade nas tomadas de decisão e entendimento das crises da cidade. Tais propostas, materializadas em planos estratégicos de desenvolvimento socioeconômico de caráter urbano, seriam fundamentadas e caracterizadas por pontos básicos: "[...] ampla participação cívica, a descentralização dos governos locais, o andamento de grandes projetos urbanos de iniciativa pública e/ou privada, a cooperação entre ambos os setores [...]" (CASTELLIS & BORJA, 1996, P. 154, apud HISSA, 1998, p.42). Percebe-se, portanto, a proposta de um planejamento já transcendente dos limites do Estado. Entretanto, destaca-se ainda o papel estratégico desse quando se reforça a sua importante função na promoção de proximidade entre os setores privados com as populações, e sua função de garantia de participação das coletividades. O Estado é o agente principal que maximiza contatos e relações imediatas entre as estruturas administrativas, o território e a sociedade.

Planejar, portanto, é construir as condições para a participação coletiva de melhoria nas futuras funções e equipamentos do território; é democratizar a informação, para que o conhecimento e o seu uso possam ser questionados e até mesmo aperfeiçoados. O Planejamento não é destituído de legitimidade social, essa deve ser a premissa para a sua motivação de estratégia, que deverá sempre levar em conta a disponibilidade de aprender com o campo territorial o que deve ser considerado para a sua futura ordem. Entretanto, o discurso oficial propagado de que planos são para todos é contrariado na prática. Como aponta Hissa (1998):

> As concepções tecnocráticas e modernistas, que chamam para si a responsabilidade de moldar os planos em gabinetes fechados, terminam por encontrar o vazio. Os planos são esterilizados em sua concepção, destituídos de legitimidade social. A "consulta" às populações sobre as decisões não pode ser tomada como participação efetiva. O envolvimento coletivo nas decisões é parte de um processo relativamente lento, que pode obter maior ou menor expressividade dadas as especificidades das localidades: demanda uma conscientização política dos habitantes; implica em educação e espírito de parceria e de solidariedade (HISSA, 1998, p. 43).

Além de uma visão única, a origem da necessidade de transformação do território também é questionada quando esta não é reflexo da mobilização de seus habitantes. A falta de autonomia e organização por parte da sociedade para a identificação de mudanças necessárias também é uma errônea ação do Planejamento, que atualmente possui apenas como estimuladores atores de interesses diversos e distantes da realidade atual daquele espaço. Somente com o estímulo de uma organização social que vivencia e reconhece suas principais questões e necessidades que os planos podem cumprir seus papéis e suas promessas: instrumentos pedagógicos de uma transformação tomada como necessária; instrumentos

democráticos das localidades.

> As comunidades que participam dos planos, por mais distantes que se encontram das decisões, devem ser entendidas como a única motivação das estratégias. Os indivíduos construíram entendimentos da realidade que são provenientes de uma prática social concreta. É para eles que os planos devem ser construídos: para que aperfeiçoem sua prática. Para tanto, o planejador deveria ser aquele que, por ser 'porta-voz' da ciência, também ensina a aprender - aprendendo - como se planeja (HISSA, 1998, p. 43).

Segundo Maricato (2000), as desigualdades territoriais condicionadas pelo Planejamento excludente provocam nas cidades uma série de problemas urbanísticos, tanto sociais quanto ambientais. Os planos deveriam estimular a democracia, desde a sua concepção, com toda a complexidade incorporada ao leque de alternativas. Planejar a revelia do objeto, comunidade ou bairro é lançar mão da legitimidade que não é construída pela relação entre identidade das estratégias de intervenção (Planejamento) com os interessados na mudança (sociedade), negligenciando as considerações de suas diferenças e necessidades diversas. As consequências de um Planejamento excludente provocam problemas sociais e desigualdades no território. É necessário realizar políticas alinhadas com a realidade que respeitem as especificações de cada espaço e sua dinâmica com o interno vivido e presenciado.

> Do mesmo modo, o planejador seria aquele a potencializar sensibilidades, reconstruindo a sua própria sensibilidade. O planejador seria aquele que, falando, faz a cidade falar consigo mesma: através da rua e dos bairros, através das pequenas comunidades. [...] Do mesmo modo, e pelo mesmo motivo, o planejador seria também aquele que, ouvindo, faz com que a cidade tenha a oportunidade de construir o seu discurso próprio e compatível com a sua história (HISSA, 1998, p. 43).

Dentro dessa realidade atual do Planejamento e levando em consideração as críticas apontadas, chama-se atenção para inserção da perspectiva do feminismo nesse contexto. Quando o feminismo, a partir do seu objetivo de transformação do estado vigente, leva em consideração as diversas realidades sociais e políticas existentes em um território, ele põe no centro a experiência de todas as mulheres, especialmente daquelas cujas condições sociais estão menos presentes, como tema de estudo e como horizonte das práticas transformadoras dos movimentos políticos. O Planejamento que considera o feminismo e categoria gênero em suas análises, sendo aí evocado todas as diversidades implícitas neste recorte – como sociais, sexuais e raciais –, se torna aquele que realiza levantamentos para além das aparências, aquele que coloca o planejador em uma responsabilidade de se reconhecer dentro do contexto e se aprofundar nas relações e cruzamentos que essas perspectivas demandam.

2.1 A fratura na supremacia do ter acima do ser: rompimentos da ideologia de domínio e patriarcado

Dentro de planos de ordenamento do território, o uso do solo foi disciplinado e regulado na lógica capitalista e patriarcal, marcado pela propriedade privada e por de controle e exploração do território, considerando apenas a circulação no espaço. Nesse contexto, o território é visto como uma resultante da produção da sociedade, entretanto, vinculado à apropriação do espaço em parcelas privadas e passíveis de exploração e opressão. O território vira especulação, objeto de compra e venda que impulsiona a acumulação do capital e seus habitantes alvos de opressão. Diante do exposto, dentro dos planos ficou cada vez mais em destaque os temas voltados para a regularização fundiária e legislações de uso do solo, com ênfase nas perspectivas ambientais, visando ordenar, delimitar e até mesmo direcionar esse desenvolvimento capitalista na cidade. O princípio motriz é a fragmentação do território a partir de temas sugestivos para a produção: industrial; residencial; rural e de preservação.

Nessa lógica, geram-se ações voltadas para uma exploração de ativos ambientais sem uma capacidade de recarga do ambiente. O ter, a partir da acumulação da produção e de parcelas do território, assume uma postura mais relevante nas tomadas de decisões do que diversidade social e todas as suas relações e diferenças – o ser. Com isso, reforça-se a necessidade de intervenção do Estado garantindo o acesso à cidade por todos, sendo o principal responsável pela redução da segregação socioespacial e da prevenção de impactos no âmbitosocioambiental.

É perceptível que o social, suas diferenças, conflitos e relações devem ser considerados nos debates e integrados ao contexto de planejar, já que são capazes de realizar flexibilizações e/ou otimizações das situações de degradação atual, ao passo que também podem reger as tomadas de decisão a favor de um equilíbrio da utilização de seus recursos. Tratar as questões que envolvem o território atualmente é considerar as questões de gênero, raciais, étnicas, culturais, geopolíticas e econômicas, usando dos dispositivos de diversidade socioambiental para romper a supremacia do ter acima do ser.

A busca pela visão holística, integradora e interdisciplinar tão apontada na vasta bibliografia do Planejamento, é derivada de um pensamento de organização das cidades que consideram a incorporação do meio biótico e abiótico ao meio social. As práticas de conservação e/ou preservação dos recursos naturais, e o avanço na Constituição, principalmente nas legislações de licenciamento ambiental, trouxeram para o Planejamento um olhar mais ambiental para ordenar o território.

Dessa forma, as questões ambientais começam a integrar no cenário do Planejamento. Entretanto, o que de início apontaria uma alternativa para o cenário competitivo e especulativo do território, se torna mais uma criação para a perpetuação das diferenças do capitalismo. O que antes era visto como rompimento do planejar para repartir as explorações, se torna mais uma fatia de uso de certas camadas sociais.

> Uma nova geração de jovens planejadores de transporte verdes surgiu, jovens irritados em bicicletas, que estão inflamados com o fundamentalismo ambiental. Eles justificam suas ações em nome da sustentabilidade e, aparentemente, acima dequalquer censura por causa de seu zelo pelo meio ambiente e o respeito com o Planeta.Parece haver pouca compreensão da complexa e essencial natureza dos deslocamentos das pessoas, especialmente das mulheres e o fato de que o transporte público não fornece os trajetos, destinos e horários que homens e mulheres necessitam (GREED, 2012, p. 64).

Nesse contexto, analisar o ambiental sob a ótica apenas do equilíbrio de energia no sistema do ambiente, sem considerar questões políticas e econômicas, que potencializam diferenças socioespaciais e de gênero, é apenas reproduzir sob o véu do sustentável a exploração de qualquer recurso. A forma Eco de planejar, sem a sua responsabilidade social, e o entendimento das ações entre público e privado, não cumpre o papel de um planejamento democrático sobre o território em que se é projetado. Qualquer prática considerada antes como um individual estilo de vida, não é considerado como uma transformação potencial da realidade exploratória e opressora vigente.

Dentre as formas de trazer para o Planejamento o seu perfil mais democrático e realístico de entendimento e determinações de ações está a linha que possui como forma de análise a categoria do gênero. A realidade sexista no território – assim como todas as diferenças de classes, raças e etnias – é derivada de um processo capitalista e patriarcal de ordenamento, que limita direitos de uso e circulação para determinadas camadas da sociedade (mulheres, idosos, crianças, pobres, negros, indígenas etc.). Esse olhar compreende que os riscos físicos-ambientais de um território estão diretamente relacionados com a vulnerabilidade daquela sociedade, e suas diversas diferenças raciais, de gênero e socioeconômicas. Portanto, o intrínseco e holístico talvez esteja mais ao encontro dessa vertente de análise.

Ezquiaga (1997), ao escrever sobre a crise do planejamento, no final dos anos 90, apontou que a crise poderia ser superada se os planos recuperassem a sua legitimidade social e sua dimensão dupla: de instrumento racionalizador das políticas territoriais e expressão de interesse público. Ao explicitar a necessidade de o plano ser a expressão de interesse público, coloca-se como solução, dentre outras, incorporar a perspectiva de gênero, argumentando que esta amplia o questionamento sobre os conceitos de totalidade e interesse geral presentes nos

planos.

A cidade ainda é vista por muitos pesquisadores como sendo habitada por seres sem gênero, assexuados, sem raça, sem etnia que vivenciam só as relações sociais de classe entre si. Ezquiaga (1997, apud Santoro 2007) coloca que, para refundar a legitimidade teórica da disciplina de Planejamento, é preciso partir de novas frentes e, dentre elas, destaca a necessidade de concertação dos interesses plurais presentes na cidade, entendendo por tais interesses, não apenas os atores tradicionais – administração, associações de bairros, proprietários, construtores, promotores etc –, mas também vozes excluídas do discurso urbanístico, em especial a mulher e os segmentos da sociedades mais frágeis ou historicamente excluídos – como crianças, idosos, negros, e outras minorias sociais.

Em sua tese, Calió (1991) traz novas percepções do urbano e de seu planejamento a partir das categorias patriarcado e gênero. Para tratar das questões de gênero na cidade, é importante entender a relação entre patriarcado e capitalismo espacialmente realizada na vida urbana, resultando em opressões sociais, sobretudo na mulher e, portanto, totalmente articulada com a exploração dos recursos naturais.

De acordo com a autora, a instituição da família patriarcal, antes mesmo do surgimento do capitalismo, com a divisão sexual do trabalho e a separação da casa e do trabalho foram fatores determinantes para a atual situação da mulher no contexto urbano. Complementa-se aqui que, além dessas relações mais direcionadas às realidades atuais de certa parcela da sociedade – principalmente classe média e mulheres brancas –, ainda deve ser considerado fatores como o extermínio de populações tradicionais e o período escravocrata brasileiro, considerações históricas que refletem até hoje na percepção quanto às questões étnico-raciais e presença da mulher negra ou indígena em lugares de fala e relevância nos debates sobre território.

Calió (1991) afirma que entender a evolução da sociedade patriarcal, da família e das mudanças ocorridas no trabalho doméstico é essencial para compreender a urbanização moderna. Sendo necessário também levar em conta nesse contexto as realidades de um passado escravocrata racista e que aprofundou diferenças étnicas, a partir da afirmação da superioridade branca. Seguindo com o apresentado por Calió (1991), a autora também faz uma crítica aos estudos sobre o urbano que negligenciam a esfera do privado das atividades domésticas e coletivas pois, dessa forma, eles omitem o papel da família e do patriarcado dominante na cidade, além da opressão social e questões étnico-raciais intrínsecas. Para ela, ocorre uma "invisibilização das mulheres na multidão urbana [...] reconhece-se o papel da mulher no suprimento físico da força de trabalho e mesmo a sua presença no mercado, mas ignora-se o papel da totalidade do seu trabalho para a cidade" (Ibidem, p. 95).

> A produção conceitual que constitui um campo de estudo cria os parâmetros pelos quais a realidade é interpretada e comunicada no cotidiano do fazer científico. A cidade não é 'naturalmente' dicotomizadas entre espaço público e privado. Esta forma de compreender o espaço urbano é uma criação do campo científico que se perpetua, até que se estabeleça como verdade inquestionável. O conceito, através do qual cientistas interpretam a realidade é tomado por si, sem ao menos haver o questionamento da genealogia dessa forma interpretativa da realidade. A repetição institui a tradição epistêmica que cria resistências às diferentes formas de olhar a realidade espacial, como é o caso das relações de gênero na geografia brasileira (SILVA, 2015, p. 191).

É intrínseca a relação entre privado e público, pois esta dicotomia ausenta os papéis sociais dentro de uma sociedade patriarcal e responsabilidades sociais diferentes entre ser mulher e homem. Enquanto a produção e reprodução do privado se manter, o conquistado de equidade pública não sustentará as necessidades da luta feminista. A equidade de gênero pública, que envolve cargos e salários iguais não atende a transformação social necessária que ainda reproduz ser papel da mulher os cuidados da reprodução familiar – âmbito privado, por exemplo.

> Ali Madanipour (2003) argumenta que o desafio em ultrapassar a dicotomia entre público e o privado é fundamental para a luta feminina, já que a dicotomia obscurece a supremacia dos homens sobre as mulheres, gerando uma aparência universal igualitária entre ambos. Madanipour (2003) diz ainda que o problema que isto coloca é que o espaço público tem sido conceituado e discutido como sendo separado do espaço privado e este último acaba sendo negligenciado. Afirma sobretudo que o público e o privado são inter-relacionados e, no mundo do trabalho, eles não podem ser entendidos como separados, sendo que um compõe o outro (SILVA, 2015, p.192).

Complementando esta análise, Bondi (1992) defende que na distribuição funcional da paisagem há uma dominância da perspectiva masculina. Para ela, através de um planejamento funcionalista e racionalista, o território acaba por aprisionar as mulheres em certos lugares, acentuando a divisão do trabalho entre os gêneros, por conta de uma separação das áreas residenciais, comerciais e industriais, que acabam dificultando ou impossibilitando a circulação das mulheres na cidade. Segundo Greed (2005), para reduzir esses isolamentos, é necessário um completo repensar sobre zoneamento, políticas locacionais e de transportes que considerem os diferentes padrões de deslocamentos e uso das mulheres, entendidas aqui como aquelas com diversos contextos sociais e raciais.

Como aponta Santoro (2008), o olhar de gênero no Planejamento Territorial trabalha as demarcações entre a esfera pessoal e doméstica com a esfera política, o território público e o social. Nesse sentido, essa visão acaba-se por advogar pelo reconhecimento da diversidade social e étnico-racial como elemento chave para repensar a planificação. As diferenças entre as questões e vivências sociais e particulares influenciam em uma necessidade de não se pensar um plano apenas em sua totalidade – na maioria dos casos baseados na funcionalidade

capitalista de produção do território – e sim, em estar atento a essa diversidade. Exemplificando esse contexto, Santoro (2008) cita Ezquiaga (1997), que coloca a perspectiva de gênero como crítica em relação à denominação cidade dormitório, pois essa expressão refere-se principalmente aos adultos trabalhadores, mas não significa que são cidades dormitório para as crianças, idosos e para os adultos que trabalham no lugar, principalmente mulheres.

> Esse olhar sobre gênero significaria uma nova sensibilidade urbana que busca incorporar enfoques metodológicos e as vozes dos coletivos antes excluídos [...] é necessário sair do raciocínio generalista, funcional, quantitativo ou em grande escala, e debruçar-se sobre um território em uma escala menor, que permite uma maior aproximação com os grupos sociais (SANTORO, 2008, p. 3).

Analisar numa escala pontual as diferenças sociais e suas particularidades é compreender o olhar diferenciado das mulheres sobre o espaço. Mesmo ainda enxergadas apenas na esfera particular e doméstica e, portanto, descartadas do planejamento, essas dependem fundamentalmente do coletivo, e dos espaços e infraestruturas públicas para realizarem suas atividades e funções. O Planejamento, ao ver o público como um espaço apenas de circulação para funções de produção econômica, descarta os diversos usos essenciais que esse possui na vida individual e diversa do campo social.

É uma das principais pautas dentro do Planejamento e Gênero extrapolar os direitos feministas individuais para os usos dentro do espaço coletivo. A dinâmica do território não pode ser levada apenas na ótica patriarcal e capitalista, ele é também de mulheres, crianças, idosos que circulam e usufruem das mesmas infraestruturas e equipamentos. A mulher leva consigo o espaço doméstico para o público, e nesse sentido é necessário exigir dos dispositivos públicos condições de se participar desse espaço. Isso se traduziria, no caso do Planejamento, em metodologias que garantam essa participação, mas também serviços e equipamentos que possibilitem uma vida doméstica coexistente com a pública.

> As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (por questões de segurança que muitas vezes significam uma ameaça maior a elas do que aos homens); à necessidade de lazer e infraestrutura de serviços para seus filhos; ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo. Se extrapolarmos para o conceito de função social da propriedade, poderia dizer que representam um grupo dos mais sensíveis à sua aplicação (SANTORO, 2007, p. 4).

Entretanto, não só dentro do meio urbano, mas em todo o perfil de uso de um território há a diferenciação de gênero, ou em muitos casos, a homogeneização da sociedade de forma errônea, que trata a análise sobre o público bastante superficial. Esses apontamentos bibliográficos foram realizados dentro de cenários urbanísticos, mas dentro do meio rural e, principalmente, em áreas dentro de Unidades de Conservação onde há comunidades instituídas,

o olhar sobre a mulher é ainda mais negligenciado e excluído. Sendo até contraditório e automutilador, pois muitas vezes, as ações e práticas femininas são as principais atividades de uso sustentável e preservacionista daquele ambiente. Dentro desse contexto, as próprias ações ambientalistas de proteção de ecossistemas, acabam sendo ações machistas e racistas contra as mais diversas sociedades, mulheres, raças e etnias que coabitam espaços de maior concentração de recursos naturais.

Esses diversos trabalhos enfatizam que as mulheres são mais afetadas pelas desigualdades sociais e que a sua presença é frequentemente associada ao âmbito privado e doméstico e, portanto, negligenciada nas estruturas coletivas. Essa desigualdade, que também se dá no campo da vida pública, se expressa na esfera territorial, podendo afirmar, portanto, que as mulheres também são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais. Contudo, diante desse cenário, quando se é trazido para territórios onde Unidades de Conservação são adicionadas sobre espaços já estruturados socialmente, há uma ruptura total sobre a questão do uso dessas camadas sociais e, principalmente, nenhuma consideração da diversidade desse público. Nesses territórios, onde já se há uma não consideração de infraestruturas de uso público por serem consideradas não atuantes dentro da política conservacionista, é que principalmente as práticas femininas são ainda mais impactadas.

> Sanchez Leyva (1999): La pretensión feminista de ocupar el espacio público se no va acompañada de una redefinición de los <<lugares>> nunca podrá ser una pretensión emancipadora. Este es el aspecto fundamental y punto de partida que voy a utilizar para intentar justificar por qué opino que hay que terminar com la dicitomización de los espacios pero sin hacer preponderar uno sobre outro sino creando uma heterogeneidad em la definición de los lugares. Abogo por um espacio que emane de los cuerpos y de las acciones, espacio del movimiento, los desplazamientos y deseo de irse situando y emanando espacio. Por ello, no me sumo sólo a la ocupación de los espacios seno que creo necesaria la redefinición de los lugares. Sólo pretender despazarse a lo público no implicará nunca uma emancipacón para las mujeres (LEYVA, 1999, p. 49 apud MACHADO, 2018, p. 206).

Dentro desse contexto, se o Planejamento Territorial deve ser, principalmente, realizado a partir de uma expressão do interesse público, ele possui o dever de compreensão das participações e decisões das mulheres sobre o território, sendo destacado: como se relacionam com o espaço doméstico e com o público; e como suas reivindicações foram modificando-se ao longo do tempo – de uma luta por equipamentos por uma luta por direitos.

Por fim, ao menos uma conclusão é possível: se precisamos fazer cidades mais justas e igualitárias, para pensar numa cidade mais igual, é preciso formular políticas que visem a colaborar nessa correlação desequilibrada de gênero. Destaca-se que não se defende aqui adaptações dentro do sistema vigente, nesse não se há espaços para uma equilibrada relação social, já que sua atuação é pautada sobre exploração e opressão. O que deve ser considerado

são as considerações apontadas para uma transformação do modo de se planejar e gerir o território. Dessa forma, justifica-se no atual momento o início de políticas exclusivas ou a preocupação com o olhar transversal da categoria gênero sobre as legislações do território, considerando que trabalhar a equidade significa tratar diferentemente os desiguais, trabalhar no campo da diferença para iniciar a transformação.

2.2 **Geografia e Planejamento: funções e representações de transformação**

Conforme aponta Meyer (1995), o feminismo procurou articular modos de resistência aos questionamentos de verdades estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações entre homens e mulheres, de forma hierárquica e desigual. Nesse sentido, a participação das mulheres nos movimentos feministas mostrou que as relações de gênero conduziam relações não igualitárias em casa, no trabalho e na comunidade. Na academia, essa participação possibilitou uma reflexão mais abrangente: as feministas passam para uma crítica radical da cultura e do modo de fazer ciência. Elas questionam a epistemologia e propõem novas abordagens teóricas e metodológicas, segundo Harding (1993), a ciência tem sido distorcida pela visão masculina não só nas teorias, nos conceitos e nos métodos de investigação, mas também na elaboração da problemática e na interpretação dos resultados.

> Paul Cloke e Ron Johnston (2005) argumentam que a modernidade criou a ideia binária de compreensão do mundo, gerando hierarquias entre natureza/cultura, homem/mulher, razão/emoção, público/privado e assim por diante. Acima de tudo, a modernidade criou o referente universal do saber científico branco, masculino, heterossexual. [...] o binarismo não é uma característica inocente da ciência geográfica, mas forte instrumento de dominação e de manutenção de sujeitos hegemônicos (SILVA, 2015, p. 190).

A forma como a ciência moderna foi formulada e perpetua até hoje é baseada na construção de narrativas historiográficas, que se reproduzem pelos currículos acadêmicos e que são repetidamente populadas por personagens históricos heroicos de determinados períodos e localidades, em sua grande maioria homens, brancos e europeus. Essas narrativas históricas são internalizadas e reproduzidas incessantemente, até que, por força da tradição ritualística, a verdade inquestionável é estabelecida. Como completa Silva (2015): “As ênfases de determinados personagens na metanarrativa, constantemente reproduzida na prática científica e pedagógica cotidiana, reforça a difusão e a legitimação de conceitos e formas de interpretação da realidade, criando hegemonias e privilégios epistêmicos” (Ibidem, p. 189).

Portanto, trazer para a arena do debate científico geográfico os saberes produzidos pelos negligenciados ou condenados da ciência (SILVA, 2015), numa forma emancipatória de suas ações, reações, resistências e perspectivas, significa instituir uma razão decolonial do saber científico e das práticas cotidianas que o sustentam.

> Aníbal Quijano (2000) argumenta que o saber científico, tal como conhecemos, é ainda hoje um instrumento imperial da colonização. Ele afirma que embora o colonialismo seja um processo histórico acabado, isso não significou o fim da colonialidade. A colonialidade do saber compõe formas de organização do mundo que permanecem arraigadas na racionalidade da sociedade contemporânea. A ideia da colonialidade do poder, formulada pelo referido autor, considera que a matriz colonial de poder é uma estrutura complexa de eixos entrelaçados que envolve o controle da economia, da autoridade, do poder, da natureza, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Assim, a colonialidade se reproduz, em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser (SILVA, 2015, p.190)

Dessa forma, insere-se nesse exercício decolonial a perspectiva do feminismo, que, independente de seus matizes teóricos, é considerado um projeto comprometido com a mudança social, orientado para conseguir a igualdade humana e transformação radical da sociedade e do *status quo*. E, nesse sentido, explicita as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação e opressão de camadas sociais. Portanto, falar de feminismo, ser feminista ou falar da categoria gênero na Geografia é seguir esse pensamento de transformação e quebra de paradigmas e olhares. É necessário colocar a mulher como protagonista tanto no ato de fazer ciência quanto nos seus objetos de estudo. A atuação dessas nas articulações e ações é ser feminista e descontruir a ciência tradicional.

> A opressão sexista é de importância primordial não apenas porque é a base de todas as outras opressões, mas porque é a prática de dominação que a maior parte das pessoas experimenta, quer no papel de quem discrimina ou é discriminado, de quem explora ou é explorado. É a prática de dominação que a maioria das pessoas aprende a aceitar antes mesmo de saber que existem outras formas ou grupos de opressão. Isso não significa que erradicar a opressão sexista eliminaria outras formas de opressão. Uma vez que todas as formas de opressão estão ligadas em nossa sociedade, um sistema não pode ser erradicado enquanto os outros permanecerem intactos. Desafiar a opressão sexista é um passo crucial na luta pela eliminação de todas as formas de opressão (bell hooks, 2019 [1984], p. 70).

Contudo, vale ressaltar que o feminismo não possui como objetivo o beneficiamento de um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. Defender essa lógica é corroborar com o sistema vigente que produz a partir da exploração e opressão. Dessa forma, é necessário iniciarmos as ações feministas atentos às políticas que potencializem a existência de outras classes, raças e gênero dentro do *status quo* dominante, mas não nos resumirmos a essas conquistas, e sim, enxergá-las como base para a transformação e inserção de novos olhares.

Como aponta Hissa (1998), para a ciência convencional, o processo de conhecimento deve isentar-se da intenção de transformar. A transformação ou a intervenção na realidade, segundo os paradigmas clássicos da modernidade, é uma atitude ideológica. A produção do conhecimento – produção da informação ou organização da informação – sempre esteve conectada aos diversos projetos de transformação do mundo dos quais, inclusive a Geografia, sempre esteve presente em maior ou menor escala: exploração, conquista e incorporação.

Planejar é o processo superposto do conhecimento e da ação. A Geografia como disciplina que considera as ações no espaço x tempo, deveria se responsabilizar mais por essa análise dinâmica que atenda as demandas, interesses e resistências atuais da diversidade social, projetando a partir delas, intenções futuras e ordenamentos eficazes de transformação para o território. Entretanto, seguindo a mesma tendência da produção compartimentada do Planejamento, a Geografia também apresenta uma distância entre a produção e a utilização da informação: como se fossem compartimentos ou processos estanques. Melo (1969, p. 8 apud HISSA 1998, p.5) demarca a fronteira da disciplina e de seus profissionais considerando que a contribuição geográfica é básica no diagnóstico e apenas complementar na terapêutica.

É importante esclarecer que a noção de Geografia trabalhada aqui é de uma ciência social, cujo objeto é o espaço geográfico. Nessa perspectiva, não há diferenças ou divisões dentro ciência, não se busca realizar compartimentações do objeto analisado – de acordo com o meio físico, biótico, econômico, social ou de gênero – nem o tratar de forma desassociada. Entretanto, considera-se que o conhecimento da totalidade desse espaço geográfico passa pela apreensão de uma realidade que se modifica constantemente, e que para conhecê-la é necessário fazer recortes. Os adjetivos colados à Geografia não são "adjetivações" que estudam partes da realidade e se esvaziam em abstrações. Eles são entendidos aqui, como pontos de vista, recortes dessa realidade que nos permitem uma maior compreensão do todo, conforme apontado por Silva (1998). Dessa forma, as Geografias Feministas é mais um enfoque, que não deve perder as outras mediações.

A Geografia como ciência diretamente vinculada as elaborações, interpretações e execuções de planejamentos territoriais, também possui suas responsabilidades dentro desse distanciamento entre o elaborado e aplicado em planos, com o real vivido e necessário do território analisado. Inicialmente, suas principais práticas são vinculadas à descrição de um espaço, para fins de apresentação de diagnósticos que não consideram relações e movimentos, somado à produção de mapas sínteses. Tudo sendo usado como inventário de embasamento dos planejamentos imaginários (HISSA, 1998), e previamente já balizados dentro de interesses econômicos.

> A produção da geografia, desde os primórdios do processo de sistematização do conhecimento geográfico, sempre esteve identificada com os inventários. Inventários locacionais. Uma produção compreendida como base do planejamento. Planejamento: urbano, rural, regional, ambiental. Não é incomum que profissionais da geografia percebam assim a sua disciplina: como fundamento. Não é também infreqüente que profissionais da geografia compreendam que o seu trabalho seja concluído com o mapa. Após o texto descritivo, que muitas vezes assume a pretensão de analítico-explicativo, após o mapa-síntese, não há mais o que realizar. O inventário está concluído, o texto da geografia encerrado (Ibidem, p. 4).

A Geografia espacializa os processos, entretanto, há ainda uma atuação vazia entre a ambígua relação das ações já realizadas, com as ações possíveis de ocorrência. A principal dificuldade está diretamente relacionada na capacidade de articulação entre a política com as outras disciplinas e temas em torno da produção do Planejamento. A Geografia embasa e chama para o diálogo as outras ciências, buscando a visão holística do território, entretanto, a contextualização desse nos cenários políticos e interesses econômicos existentes ainda é um grande entrave. A Geografia ao realizar suas análises e identificações dos problemas, busca ir em sua essência e resolvê-los, entendendo como um todo sua estrutura atual e projetando modificações com o mínimo de impacto. Pensamento esse, que muitas vezes não atende as demandas emergenciais de alteração do uso do solo de um território que busca se refuncionalizar a partir das demandas econômicas.

A partir das considerações expostas, considera-se um importante cruzamento entre as lacunas do Planejamento com as perspectivas das Geografias Feministas – reconhecida como aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos. A incipiente consideração da questão de gênero nos estudos sobre o Espaço Urbano na Geografia reflete o não-aparecimento de discussões sobre as mulheres na construção dos conceitos, como de Planejamento e nas práticas das Políticas Públicas Urbanas e invisibiliza as lutas históricas das mulheres na escala da cidade. Ao excluir, por muito tempo, a categoria gênero de sua análise, além do distanciamento do pensamento da ação, fez com que a Geografia se desdobrasse dentro do Planejamento sem muito protagonismo, servindo apenas como instrumento da prática, conforme crítica realizada por Hissa (1998). Complementando esse entendimento, Reis (2015) afirma:

> No entanto, embora a Geografia incorpore com atraso as abordagens de gênero, sua expansão e aceitação tem sido rápida, porque o conceito de gênero permite compreender as relações sociais, especificamente, como os sexos contribuem para reprodução social. A existência de tais gêneros é reconhecida historicamente como homem e mulher, assim tal construção se dá sobre a base de uma complementaridade na procriação, pois o que é assumido como ser natural é também formado histórico e culturalmente. As relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes à: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras. Como a

> análise dessas relações não se configura em uma dimensão única de vivência e constituição das relações sociais, é preciso articular a categoria gênero com outras dimensões relacionais, principalmente classe e etnia (Ibidem, p. 13).

Portanto, busca-se abordar as relações de gênero enquanto agentes centrais nas relações experienciadas no território, e que a Geografia enquanto uma ciência que analisa a organização e produção do mesmo, pode e deve ampliar suas reflexões sobre a categoria gênero, entendendo-a como parte das práticas que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades. “Hoje mais do que nunca o espaço pode revelar a luta de classe, e a estrutura de poder entre os gêneros, pois como afirma Lefebvre (1999) à luta social no mundo é uma luta pela produção social do espaço” (REIS, 2015, p. 12).

> As mais recentes investigações geográficas na perspectiva do gênero trazem como propósito reconhecer a forma como as relações sociais de gênero constituem um processo da sociedade contemporânea, determinantes nas distribuições espaciais da atividade humana, nas desigualdades regionais, na configuração do espaço social e construção das cidades, no uso dos recursos naturais e nas percepções e experiências espaciais (SHEFLER, 2000, p. 251) [...] Do Feminismo, a Geografia aprende a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais (Ibidem, p. 30).

Dessa forma, considerando analisar o território e as temáticas que envolvem o processo de Planejamento a partir da categoria gênero, a Geografia passa a trabalhar no sentido de instrumentalizar o seu levantamento atendendo as múltiplas aproximações e vivências, e buscando demonstrar a compreensão da vida social refletida sobre os diferentes agentes transformadores do espaço. Dessa maneira, é possível que o planejador, no caso geógrafa(o), perceba as contradições e os conflitos sociais, e avalie as maneiras de apropriação e de organização desses grupos, saindo da sua superficialidade descritiva, ainda exercida dentro do Planejamento. “Sobre este aspecto conclui-se que analisar o espaço geográfico, sobre a perspectiva de gênero, pode viabilizar imenso progresso na diversificação de objetos de estudo da ciência geográfica” (REIS, 2015, p. 32).

2.3 **Temáticas inseridas na Gestão e Planejamento Territorial e respectivos potenciais de interações com a categoria gênero**

A partir deste item, busca-se apresentar uma nova leitura dos instrumentos de Gestão e Planejamento do Território, com base nas perspectivas feministas e categoria gênero. Considerando o arcabouço teórico levantado, apresenta-se a avaliação do potencial de interação

com a categoria gênero dentro dos planos e legislações atuais do território insular. É tendo esse direcionamento, que são realizadas análises, considerações e avaliações desses atuais instrumentos, buscando definir os seus potenciais de interação com a categoria gênero. Também serão identificadas e consideradas as possibilidades atuais de aplicações dos mesmos instrumentos, para além do padrão já diretamente imposto.

Para a realização dessa etapa, foram considerados como instrumentos de análise os seguintes documentos: Plano Diretor do Município de Angra dos Reis; Uso e Ocupação do Solo do Município de Angra dos Reis; Zoneamento Municipal de Angra dos Reis; Código Ambiental do Município de Angra dos Reis; Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande; Termo de Cessão de Uso; e Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande. O Quadro 1 sintetiza as informações quanto ao ano de criação, Lei e esfera de Governo, além da descrição sobre sua função e/ou objetivo contida em cada instrumento.

A partir dele é possível verificar que a maioria dos instrumentos foram criados na primeira década do século XXI, entre os anos de 2006 e 2010, com exceção do Termo de Cessão de Uso (1994). No que tange ao Plano Diretor e legislações voltadas para o Zoneamento Territorial e Uso do Solo, sublinha-se que estes já estão em fase de atualização pelo Governo Municipal, pois já ultrapassaram o período regulamentar de 10 anos de vigência[18]. Contudo, até as atualizações serem publicadas, são esses os documentos vigentes para consulta e análise. Em relação à Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, sublinha-se que todas as suas orientações de desenvolvimentos, como a Lei de Uso e Ocupação, Zoneamento Territorial e demais Planos Municipais – específicos para o Território da Ilha Grande – não foram identificados como elaborados e disponíveis para análise nesta dissertação. No mais, o Quadro 2 apresenta uma síntese das principais informações sobre os recortesde análise e categorias de zoneamento que englobam a Ilha Grande em cada um desses instrumentos. Dessa forma, é possível identificar em quais há recortes que englobam a enseadade Dois Rios, e observar a diversidade de escalas nas quais esse território pode ser analisado.

[18] Conforme determinado pelo Estatuto das Cidades, Art. 39 da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Brasil,2001).

Quadro 1 – Síntese das informações sobre a criação e esfera de Governo dos instrumentos analisados

Instrumentos	Lei de criação	Data da criação	Esfera de Governo	Descrição contida nos instrumentos
Plano Diretor do Município de Angra dos Reis	Lei nº 1.754	21 de dezembro de 2006	Municipal - Município de Angra dos Reis	Art. 1º. O Plano Diretor abrange todas as áreas emersas e imersas do Município de Angra dos Reis incluindo a projeção da plataforma continental correspondente ao Município, regulamentando seu uso e ocupação de acordo com as disposições contidas nos instrumentos de planejamento e gestão que compõem sua estrutura.
Uso e Ocupação do Solo	Lei nº 2.092	23 de janeiro de 2009	Municipal - Município de Angra dos Reis	Art. 1º O Uso e a Ocupação do Solo Urbano no Município de Angra dos Reis, realizado por agentes públicos e privados, é regulado pela presente Lei, observadas, no que couber, a legislação federal, estadual e municipal pertinente.
Zoneamento Municipal de Angra dos Reis	Lei n 2.091	23 de janeiro de 2009	Municipal - Município de Angra dos Reis	Art. 1º Esta Lei tem por objetivo a divisão do Território Municipal em parcelas distintas por suas características físicas, sociais e econômicas, de modo a dar-lhes adequado tratamento urbanístico e ambiental, visando assim melhor cumprir as diretrizes expressas no Plano Diretor Municipal, do qual é instrumento normativo.
Código Ambiental do Município de Angra dos Reis	Lei nº 1.965	24 de junho de 2008	Municipal - Município de Angra dos Reis	Art. 1º Esta Lei, fundamentada no interesse local e respeitadas as competências da União e do Estado, regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.
Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Lei nº 2.088	23 de janeiro de 2009	Municipal - Município de Angra dos Reis	Art. 1º A Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande visa complementar as diretrizes gerais determinadas pela Lei nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006 – Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis, e dispor sobre o uso sustentável de seus recursos ambientais, objetivando o planejamento e a gestão territorial da Ilha Grande, observando os instrumentos legais que dispõem sobre as Unidades de Conservação da Natureza inseridas total ou parcialmente na Ilha.
Termo de Cessão de Uso	Termo de Cessão de Uso nº 21	18 de janeiro de 1994	Estadual - Governo do Estado do Rio de Janeiro	Termo de Cessão de Uso, com encargos, da área e benfeitorias, anteriormente ocupadas pelo Instituto Penal Cândido Mendes situado na Vila de Dois Rios, na Ilha Grande, no município de Angra dos Reis, que entre si fazem: 1) Estado do Rio de Janeiro e 2) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande	Não se aplica	agosto de 2010	Estadual - Governo do Estado do Rio de Janeiro	Este Plano de Manejo fornece informações gerais sobre o Parque; contextualiza o papel e a importância do Parque; avalia a região de influência; analisa os aspectos naturais, culturais e socioeconômicos do Parque e da Zona de Amortecimento; estabelece e descreve, por meio do zoneamento e programas, as ações para implantação, operação e monitoramento.

Fonte: A autora, 2021.

Quadro 2 – Síntese dos instrumentos analisados e recorte espacial no qual se insere a Ilha Grande e Dois Rios (continua)

Instrumentos	Recorte de análise	Categoria referente	Descrição no qual se insere a Ilha Grande	Há inserção de Dois Rios?
Plano Diretor	Unidade Territorial	Território da Ilha Grande	O **Território da Ilha Grande**, em função de suas peculiaridades, será objeto de diretrizes e leis próprias a serem elaboradas em complementação a este Plano Diretor e seus instrumentos normativos, em prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.	Sim
Zoneamento Municipal de Angra dos Reis - Lei Municipal nº 2.091, 23 de janeiro de 2009	Macrozoneamento	III- Macrozona da Ilha Grande (MIG)	Inclui todas **as áreas insulares emersas e imersas da Ilha Grande** e ilhas adjacentes, suas áreas de influência direta, suas **vilas**, florestas, **praias**, **manguezais** e costões rochosos, a biodiversidade em todas as suas formas, o solo, o clima e os ambientes marinhos do entorno, que influem e/ou são indiretamente influenciados por ela e todo os seus **patrimônios culturais**, **ambientais** e **paisagísticos**.	Sim
Zoneamento Municipal de Angra dos Reis - Lei Municipal nº 2.091, 23 de janeiro de 2009 e Uso e Ocupação do Solo - Lei Lei Municipal nº 2.092, 23 de janeiro de 2009	Unidade Territorial	IX-UT-09	Engloba a **Ilha Grande**, do Jorge Grego, Ilhas da Armação, Ilhote do Leste, Ilha dos Meros, Longa, Matariz, Redonda, Comprida, Aroeira, Macacos, Arpoador, Pombas, Japariz, do Abraão, Macedo Maior, Macedo Menor, dos Morcegos, Amolá, do Meio, Pau a Pino, da Aroeira, das Palmas e Guriri.	Sim

Quadro 2 – Síntese dos instrumentos analisados e recorte espacial no qual se insere a Ilha Grande e Dois Rios (Continuação)

Instrumentos	Recorte de análise	Categoria referente	Descrição no qual se insere a Ilha Grande	Há inserção de Dois Rios?
Zoneamento Municipal de Angra dos Reis - Lei Municipal nº 2.091, 23 de janeiro de 2009	Zoneamento	Zonas de Preservação Permanente; Zona de Preservação Congelada; Zonas de Interesse Ecológico	Zonas de Preservação Permanente são as áreas representativas dos ecossistemas regionais, onde não são permitidas quaisquer atividades, modificações da paisagem ou do meio ambiente. As Zonas de Preservação Congelada são as áreas onde já ocorrem ocupações do solo, não sendo permitidas novas edificações ou parcelamento do solo, somente sendo admitidas atividades compatíveis e integradas com a preservação e recuperação do meio ambiente. As Áreas de Interesse Ecológico - AIE, são áreas representativas do ecossistema da **Baía da Ilha Grande**, que por seu relevante interesse ecológico, ambiental e turístico deverão ser preservadas.	Não
Zoneamento Municipal de Angra dos Reis - Lei Municipal nº 2.091, 23 de janeiro de 2009	Microzoneamento	II- Ilha Grande	Adensamentos urbanos na **Ilha Grande**: a) Vila do Abraão; b) Praia Grande de Araçatiba; c) Praia Vermelha; d) Praia do Provetá.	Não
Código Ambiental - Lei Municipal nº 1.965, de 24 de junho de 2008	Planejamento Ambiental	IX- RAM 9	Região Ambiental da Baia da **Ilha Grande** e Ilhas Menores	Sim
Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Unidade Territorial	Ilha Grande	Não descrita. O documento já se refere diretamente ao território insular se dispondo sobre o uso sustentável de seus recursos ambientais, objetivando o planejamento e a gestão territorial da **Ilha Grande,** observando os instrumentos legais que dispõem sobre as Unidades de Conservação da Natureza inseridas total ou parcialmente na Ilha.	Sim

Quadro 2 – Síntese dos instrumentos analisados e recorte espacial no qual se insere a Ilha Grande e Dois Rios (conclusão)

Instrumentos	Recorte de análise	Categoria referente	Descrição no qual se insere a Ilha Grande	Há inserção de Dois Rios?
Termo de Cessão de Uso	Localização no território	Ilha Grande e Vila de Dois Rios	Termo de Cessão de Uso, com encargos, da área e benfeitorias, anteriormente ocupadas pelo Instituto Penal Candido Mendes situado na Vila de Dois Rios, na **Ilha Grande**, no município de Angra dos Reis, que entre si fazem: 1) Estado do Rio de Janeiro e 2) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	Sim
Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande	Núcleos do PEIG	Setor III- Dois Rios - Parnaioca	Compreende as comunidades de **Dois Rios** e Parnaioca.	Sim
Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande	Zona Histórico-Cultural	ZHC Dois Rios	Compreende a área da **Vila Dois Rios**, incluindo ruas, edificações, casas, ruínas do Presídio, baixo curso dos dois córregos, cemitério, CEADS e a praia de Dois Rios.	Sim

Fonte: A autora, 2021.

A metodologia de avaliação baseia-se na leitura desses documentos, de forma a considerar: onde as questões de gênero são diretamente tratadas; em quais momentos são apontadas teoricamente, mesmo que não citadas diretamente; quando são indiretamente afetadas; e em quais situações são completamente não consideradas, mas que deveriam ser a principal pauta dentro da produção do Planejamento e na forma de executar a Gestão. Para realizar uma classificação qualitativa da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero, aponta-se que foi considerado a seguinte escala: alta; média; e baixa. Para categorizar as temáticas consideradas relevantes nesse exercício, foram definidos os seguintes temas-chaves: Função Social; Infraestruturas e Equipamento de Serviço; e Transporte e Mobilidade.

Dessa forma, compreende-se que, com base nas considerações realizadas e do que é apontado em cada instrumento, pode-se chegar a uma conclusão direta e escalonada de até onde há potencial de interação, facilitando assim futuras análises e aplicações deste estudo. Como resultado, é apresentado um quadro-síntese no qual são elencados os itens analisados dentro de cada tema-chave, com suas respectivas avaliações sobre seu potencial de interação com a categoria gênero.

2.3.1 Função Social

De acordo com o Estatuto da Cidade (lei no 10.257, de 10 de julho de 2001), a Função Social corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade e acessibilidade, ao emprego, trabalho e renda, à assistência social, bem como os espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural do Município.

No que tange à garantia da função social, também há a consideração do cumprimento das propriedades imobiliárias com esse direito à cidade. Dessa forma, entende-se por analisar como a função social da propriedade imobiliária cumpre essa obrigação, fornecendo-se como suporte para as atividades ou usos de interesse do Município, de acordo com o estabelecido no Plano Diretor.

Para o Plano Diretor de Angra dos Reis, entende-se como função social a propriedade que insere critérios de sustentabilidade, tendo entre seus principais atores: habitação, especialmente habitação de interesse social; atividades econômicas geradoras de emprego,

trabalho e renda e que contribuam para o financiamento da cidade; o cidadão como principal ator na preservação do meio ambiente; e preservação do patrimônio cultural. Em uma forma de garantir a função social da propriedade urbana, o uso e a ocupação do solo deverão ser compatíveis com a oferta de infraestrutura, saneamento e serviços públicos e comunitários, e levar em conta o respeito ao direito de vizinhança, a segurança do patrimônio público e privado e a preservação e recuperação do ambiente natural e construído.

A partir do entendimento dessa temática, para o Plano Diretor foram analisadas as formas como os instrumentos de Gestão e Planejamento apresentam suas ações voltadas para a Função Social. Destaca-se que, por ser uma enseada que possui como linhas dedesenvolvimento territorial a produção científica, a conservação ambiental e a atividadeturística, Dois Rios possui exigências dentro da Função Social que devem envolver esses eixostemáticos que possuem em comum a abordagem da sustentabilidade e que consideram a Educação Ambiental como um processo fundamental de prática a ser desenvolvido. Dessa forma, a análise realizada busca compreender até onde são considerados nesses instrumentos as ações que assegurem à sociedade o seu direito de acesso e participação nesse perfil de desenvolvimento do território e, principalmente, qual o potencial de interação com a categoriagênero.

Considerando os apontamentos supracitados e buscando subsidiar a matriz apresentada no capítulo 3, cada item analisado será classificado em subtemas desenvolvidos dentro desse contexto da Função Social, sendo eles: usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da comunidade local; desenvolvimento de pesquisas e projetos com a comunidade; educação ambiental; e garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão. O resultado das considerações e avaliações para cada item dentro da Função Social é apresentado no Quadro 3. Sublinha-se que dentro desta temática não foram encontradas amostras de análises que atendessem às características de uma demanda por Função Social e que pudessem ter potencial de interação com a categoria gênero dentro dos seguintes instrumentos: Termo de Cessão de Uso e Zoneamento Municipal de Angra dos Reis.

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continua)

Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Uso do Solo - Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009	Seção IV - Zonas de Interesse Social: III- adequar a propriedade do solo urbano a sua função social.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local.	Não foi identificada determinações de atividades que possam ter relação específica e direta com a temática de gênero. Contudo, a temática, de forma geral, é fundamental para a aplicação de uma abordagem de gênero como categoria possível de adequação do solo urbano à Função Social.	Baixo
Municipal	Uso do Solo - Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009	Capítulo VII- Disposições Finais e Transitórias: Art. 57 Atendendo ao objetivo de garantir a função social da cidade e da propriedade, a lei específica poderá estabelecer a incidência do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios sobre os imóveis que configurarem especulação imobiliária em solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local.	Não foi identificada determinações de atividades que possam ter relação específica e direta com a temática de gênero. Apesar do item ser fundamental para a aplicação de uma abordagem de gênero sobre as características das atividades a serem consideradas como de Função Social nesses imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados. Além de também ser sensível à consideração do município sobre o que seriam imóveis sem uso, e quais interesses sobre estes espaços mobilizam as reconsiderações para a definição de seu parcelamento e edificação.	Baixo

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Plano Diretor - Lei nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art. 6º XII – Criar condições para o investimento em estudos e pesquisas que propiciem o conhecimento e o controle permanente da estrutura urbana e fundiária do Município, bem como de suas tendências de desenvolvimento, visando dar suporte ao planejamento territorial do Município e à utilização dos instrumentos previstos na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, especialmente aqueles que mais favoreçam a implementação de políticas de inclusão social, programas de moradias e redução de déficit habitacional.	Desenvolvimento de pesquisas e projetos com a comunidade.	O estímulo a estudos e pesquisas pode gerar uma abertura de novas análises e metodologias de elaboração e aplicação de legislações que regem o Planejamento Territorial. Dentre os diversos temas e categorias que podem auxiliar novas formas de planejar e ordenar, encontram-se as pesquisas de gênero. Destaca-se que aqui o entendimento não é apenas de analisar sobre o recorte homem x mulher, e sim considerar a vivência e práticas existentes, que possam colaborar para uma proposta de planejamento mais adequada, visando o equilíbrio dos usos.	Alto
Municipal	Plano Diretor - Lei nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art. 9º I - Estabelecer normas específicas, compatíveis com o direito ambiental e o direito urbanístico que possam preservar as funções sociais da cidade e da propriedade no que concerne à sustentabilidade das atividades relacionadas ao uso e ocupação do território no Município.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local.	As mulheres, em muitos casos, estão diretamente envolvidas com práticas sustentáveis e de equilíbrio no ambiente em que vivem. O respeito às funções sociais é um respeito às práticas vividas pelas mulheres no território e uma forma de aprender com estas ações os ensinamentos que fomentem as normas específicas. Contudo, este item ainda está com uma abordagem genérica demais, e apesar da temática ser relevante para a categoria gênero, os usos e ocupação do território não estão bem definidos para afirmar uma interação alta.	Médio

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Plano Diretor - Lei nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art. 9º V - Promover a efetiva proteção com o estabelecimento de critérios de utilização de porções do território que abriguem recursos naturais, recursos culturais e ou paisagísticos, necessários à garantia do meio ambiente equilibrado, à sadia qualidade de vida e ao desenvolvimento socioeconômico.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local.	As mulheres, em muitos casos, estão diretamente envolvidas com práticas sustentáveis, coletivas e de equilíbrio no ambiente em que vivem. A garantia do meio ambiente equilibrado é um respeito às práticas vividas pelas mulheres no território e uma forma de aprender com estas ações e ensinamentos que favoreçam uma sadia qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico	Alto
Municipal	Código Ambiental - Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008	Capítulo I- Princípios: XIII - Garantir o acesso dos interessados às informações sobre as fontes e causas da degradação ambiental; XIV - Informar sistematicamente à população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde na água potável e nos alimentos.	Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão.	A garantia de informação sobre a dinâmica ambiental monitorada pelo Código Ambiental interfere nas práticas vivenciadas pelas mulheres no território e nos seus níveis de exposição aos danos que podem sofrer.	Alto
Municipal	Código Ambiental - Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008	Capítulo I- Princípios: XXII – Criar e manter conselho municipal de política setorial ambiental de composição paritária, no qual participarão os Poderes Executivo e Legislativo, comunidades científicas e associações civis, na forma da Lei.	Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão.	A manutenção de conselhos municipais de composição paritária, considerando participação da sociedade civil, já se considera uma proposta em que se dá uma abertura para que representações de mulheres e feministas façam parte das políticas setoriais em relação ao ambiente em que se encontram.	Alto

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Código Ambiental - Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008	Capítulo X- Educação Ambiental Art. 93 Entende-se por educação ambiental os processos através dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes, habilidades, interesse ativo e competência voltada para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.	Educação ambiental.	Neste cenário, a Educação Ambiental tem como principal campo de atuação as escolas públicas municipais e possui um caráter integrado e contínuo. Os temas abordados, dentro da perspectiva de vivência equilibrada e sustentável com o meio ambiente, podem abordar diversas práticas inclusivas que apresentem as mais variadas formas de viver/estar/utilizar o ambiente, considerando principalmente, práticas e saberes das mulheres e seus benefícios coletivos. Ao apontar integração entre universidades, redes estadual ou particular de ensino, ONGs e sociedade civil também reforça a possibilidade de temáticas dentro desta Educação Ambiental que desconstroem ações ainda estruturais, não coletivas, racistas e machistas quanto à exploração dos recursos naturais e vivência no território. Entretanto, ainda é difícil assegurar estes desenvolvimentos, muito por conta da possibilidade de se tornar uma educação unilateral de informação sobre a dinâmica da natureza, que acabam por condenar e doutrinar as práticas do homem para ações individuais e privadas.	Alto

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo II- Dos Objetivos Art. 4º I - incentivar, fomentar e regular ouso e ocupação do território de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, socialmente justas e ambientalmente equilibradas; IV - criar e manter o Sistema de Planejamento e Gestão Territorial da Ilha Grande através de um processo democrático, contínuo e participativo; V - atender ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, em especial o disposto no seu art. 2º, inciso II, promovendo o exercício da cidadania através de uma gestão democrática por meioda participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade ilhéu na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local.	A proposta de ações voltadas para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento que considerem a perspectiva sustentável, democrática e participativa dão abertura para a participação de mulheres e feministas nos espaços de tomada de decisão. O pensamento coletivo e o olhar para além da singularidade do teu corpo, tornam as perspectivas dasmulheres e feministas essenciais para a garantia de atividades socialmente justas e sustentáveis. Contudo, não está dada nenhuma garantia de que essas representações mencionadas sejam de mulheres, ou que precisam ter alguma parcela de mulheres em sua composição. Há uma linha tênue no discurso democrático e participativo com ações ainda sexistas eque excluem as mulheres dos espaços deliberativos.	Alto
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo I- Dos Instrumentos de GestãoArt. 6º V - permitir a população ilhéu oacesso à terra e à moradia.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local.	A regularização fundiária, o direito à terra, à posse legal de um terreno ou casa constitui um dos direitos básicos à cidade, chave para o desenvolvimento econômico, social e político das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, especialmente, as mulheres. Ainda há uma diferença enorme na presença de mulheres envolvidas em lutas e processosde dominação e uso de um território, com aquelas quede fato possuem garantido por lei o direito àquela propriedade. A exposição das mulheres no mercadode trabalho e nas relações sociais de hoje se	Médio

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
				somatizam com a dificuldade de conquistarem sua casa própria e tomarem posse legais das propriedades em que moram[19].	
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo IV- Do Turismo Art. 17 I - gestão democrática do turismo permitindo a participação das comunidades; II - valorização da identidade cultural local; IV - sustentabilidade socioambiental da atividade turística.	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local;	A participação das comunidades da Ilha Grande no turismo é de fundamental importância para a garantia de sua permanência no território através de práticas sustentáveis e que possuam uma relação de pertencimento com os moradores. Em específico para as mulheres, é importante seu envolvimento para possuírem uma forma de renda e garantir que suas percepções estarão expressas nessa atividade econômica, hoje considerada como dominante na Ilha. Contudo, o discurso do Ecoturismo presente as medidas atualmente realizadas dentro desta prática turística estão bastante distantes do cenário ideal voltado para a igualdade de gênero e de justiça social.	Alto
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo III_ Do Uso e Ocupação do Solo Art. 29. Deverão ser estabelecidas políticas que garantam a disseminação do conhecimento quanto aos critérios de uso e ocupação do solo e acesso ao licenciamento de moradias e atividades econômicas geradoras de trabalho e renda, compatíveis com a sustentabilidade ambiental local, visando favorecer a permanência das comunidades locais nos Núcleos Populacionais.	Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão.	A garantia de informação quanto ao parcelamento do Uso do Solo e das atividades econômicas que podem ser desenvolvidas e que prezam a sustentabilidade, visando favorecer a permanência da população nas vilas, já são ações que interferem nas práticas das mulheres no território. Contudo, não há garantias específicas de suas participações nas tomadas de decisões quanto a esses parcelamentos e determinações de atividades que de fato sejam sustentáveis e compatíveis com seus modos de vida e percepção do ambiente. Para além da propagação da informação, é necessária a coparticipação sobre o uso e ocupação do território.	Baixo

[19] Para se aprofundar mais nessa questão, indica-se iniciar a leitura pelo artigo ZARIAS, A.; FERREIRA, S.; QUEIROZ, F. *Mulheres e o direito à moradia: a função socialda propriedade na perspectiva de gênero*. Suelo Urbano. 2001. p. 17.

Quadro 3 – Quadro-síntese da avaliação da Função Social considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Conclusão)

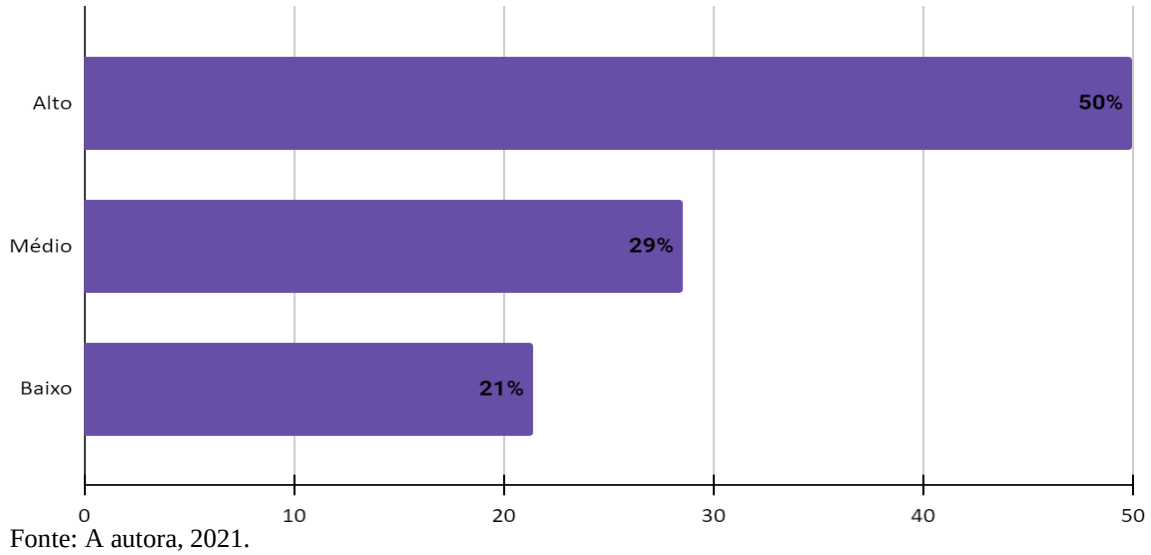
Função Social					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Estadual	Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande	6. Ampliação de parcerias com instituições de pesquisa: Estabelecer termos de cooperação técnica com a UERJ, UFF, UFRJ, UNIRIO e outras entidades de pesquisa, tendo como base as prioridades estabelecidas no Programas de Conhecimento e de Interpretação e Educação Ambiental.	Desenvolvimento de pesquisas e projetos com a comunidade.	O estímulo à pesquisas e parcerias com instituições pode gerar abertura às novas metodologias e técnicas para a implantação de Educação Ambiental e Interpretação Ambiental. Dentre os diversos temas que podem ser abordados dentro da perspectiva da consciência ambiental e pensamento crítico sobre o ambiente em que se vive, há as discussões de gênero e suas dinâmicas diferentes no ambiente. Considerar práticas e vivências femininas, tornando-as protagonistas nas ações e implantações das atividades já são atitudes que fortalecem a sua permanência no território e garantem autonomia.	Médio
Estadual	Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande	5.5.3.2 - Programa de Educação Ambiental: Desenvolver ações e práticas educativas não-formais voltadas à sensibilização da comunidade do entorno sobre as questões ambientais, para melhorar a compreensão das relações entre sociedade e natureza e a sua organização na defesa da qualidade do meio ambiente.	Educação Ambiental.	Dentro das relações entre sociedade e natureza, pode-se levar em consideração práticas e saberes femininos e seus benefícios coletivos. Entretanto, o objetivo de sensibilização pode traçar atividades unilaterais que não potencializam a temática de gênero, nem dão autonomia para a sociedade, em especial para as mulheres se reconhecerem como agentes atuantes no processo de proteção do meio em que vivem. Apenas apresentar o viés da dinâmica da natureza como forma de entendimento para a comunidade que nela vive, dentro da perspectiva de gênero, não é funcional.	Médio

Fonte: A autora, 2021.

Com base no supracitado, em comunhão com exposto no Gráfico 1, ficou compreendido que: 50% das análises de avaliações realizadas são de interação alta com a categoria gênero; 29% possuem média interação; 21% baixa interação. De forma geral, o resultado apresenta potencial positivo para a interação com a categoria, contudo, os apontamentos analisados estão sempre vinculados de forma indireta. Não foi identificado em nenhum instrumento colocações que de fato apontem a consideração do gênero como abordagem ou referência metodológica em suas aplicabilidades.

No mais, de forma conclusiva e que busca subsidiar a Matriz de Interação com a Categoria Gênero de cada instrumento de Gestão e Planejamento do Território, no Quadro 4 são sintetizados os resultados da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema da Função Social, em seus respectivos instrumentos.

Gráfico 1 – Percentual da avaliação sobre o potencial de interação dos instrumentos sobre Função Social com a categoria gênero



Fonte: A autora, 2021.

Quadro 4 – Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema da Função Social em seus respectivosinstrumentos

Subtemas	Instrumentos	Quantitativo de itens por subtema	Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero
Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local	Uso do Solo	02 itens classificados com baixo potencial	Baixo
	Plano Diretor	01 de médio potencial, apesar da temática bastante interessante para a categoria gênero, e 01 alto potencial	Alto
	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	01 de médio potencial e 02 de alto potencial	Alto
Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com a comunidade	Plano Diretor	01 de alto potencial	Alto
	Plano de Manejo	01 de médio potencial	Médio
Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão.	Código Ambiental	02 de alto potencial	Alto
	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	01 de baixo potencial	Baixo
Educação Ambiental	Código Ambiental	01 de alto potencial	Alto
	Plano de Manejo	01 de médio potencial	Médio

Fonte: A autora, 2021.

2.3.2 Infraestruturas e Equipamentos de Serviços

A invisibilização da mulher nas discussões sobre o Uso e Ocupação resulta em territórios que não dialogam com suas necessidades específicas. Essa abordagem generalizada dos perfis de uso do território também faz com que se tenha a sensação de igualdade de uso, de acessibilidade aos espaços públicos e mobilidade. Calió (1992) afirma que são novas as discussões e releituras do território que estão levantando a revisão de políticas a partir da perspectiva de gênero, e que o Planejamento no país tem tido dificuldades em se adequar, em relação aos seus procedimentos técnicos, a essa nova leitura do território, tornando necessário a incorporação da crescente presença das mulheres nas lutas pela apropriação do espaço.

A presença da mulher e seu uso no território evocam certas infraestruturas e serviços que são para além da lógica vinculada ao fornecimento de insumos para a mão de obra e sua produção. A categoria gênero traz a presença de múltiplos públicos que demandam necessidades diversas de um território que é pensado, em muitas vezes, apenas dentro do viés econômico. No caso de Dois Rios, pelo seu maior potencial está voltado para temas relacionados à conservação, desenvolvimento científico e turismo, pouco são consideradas as necessidades diárias dos moradores, como infraestruturas básicas de comércio, escolas, posto de saúde, áreas de lazer, fornecimento de saneamento básico e manutenção de suas instalações públicas.

Dessa forma, para fins de categorizar cada um dos itens analisados nos instrumentos e subsidiar a matriz apresentada no capítulo 3, foram identificados os seguintes subtemas desenvolvidos dentro desse contexto de Infraestrutura e Equipamentos de Serviços: garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura; fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada; qualidade de vida e sustentabilidade. O resultado dessas considerações e avaliações é apresentado no Quadro 5. Sublinha-se que dentro desta temática, não foram encontradas amostras de análises que atendessem às características de uma demanda por infraestrutura que pudessem ter potencial de interação com a categoria gênero dentro do instrumento Zoneamento Municipal de Angra dos Reis.

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continua)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Uso do Solo - Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009	Capítulo I- Disposições Preliminares(Art. 4º Objetivo): III- Condicionar a densidade populacional com a correspondente e adequada capacidade de atendimento dainfra-estrutura urbana.	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura.	Dependendo do método adotado para essa análise de condicionamento, há possibilidades de envolver medições de atendimento da demanda por gênero populacional.	Médio
Municipal	Uso do Solo - Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009	Capítulo I- Disposições Preliminares(Art. 4º Objetivo): VII - Garantir à população o acesso fácilaos equipamentos urbanos e comunitários, às praias e demais bens deuso comum do povo para assegurar-lhe condições dignas de habitação, trabalho,lazer e circulação no espaço urbano.	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura.	Os objetivos descritos envolvem um pensamento amplo para além de uma circulação de casa x trabalho, incluindo pensamentos de múltiplospúblicos. Dentro da categoria gênero, pensar as ações de mulheresé pensar no coletivo e nas diversas formas de circulação em um território.	Alto
Municipal	Uso do Solo - Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009	Capítulo II - Classificação dos Usos:III- Uso de Prestação de Serviços IV- Atividade Comercial V- Atividade InstitucionalVII- Uso da Saúde VIII- Atividade EducacionalXIV- Atividade Turística X- Atividade Recreacional	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada.	Dentro dessas categorias existem usos que possuem vínculo direto com a questão de gênero e a sua ideia de coletivo e atendimento dedemandas, que vão para além da lógica de mão de obra e produção.Possuem atividades identificadas como necessárias para o lazer, entretenimento, bem-estar e cuidados da população, principalmente de mulheres, crianças e idosos. Considera-se também o papel da mulher como protagonista, e muitas vezes, propretária destes estabelecimentos, formando uma rede econômica	Médio

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Uso do Solo - Lei nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009	Capítulo VI- Disposições Gerais: Art. 50. Serão permitidas edificações excepcionais nas áreas de orla não edificante mencionadas no art. 49, incisos VI, VII, VIII e IX desta Lei. § 1º. Considera-se edificações excepcionais para o efeito deste artigo: **I - banheiros públicos;** II - marinas; III - cais, pontes, piers, atracadouros; IV - decks sobre área costeira; **V - quiosques;** **VI** - rampas para barcos; VII - estaleiros; **VIII - equipamentos de socorro e emergência;** **IX - equipamentos urbanos públicos de infra-estrutura básica e lazer.**	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada.	Os aspectos destacados são de relevância dentro da análise da categoria gênero e sua relação com o uso coletivo, demandando infraestruturas de suporte e entretenimento que possibilitam serviços e favorecimento da circulação feminina pelo espaço.	Alto
Municipal	Plano Diretor - Lei nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 6º I- d) Promover a justa e racional distribuição da infra-estrutura de cultura, lazer, educação, saúde, saneamento e demais serviços públicos de modo a minimizar o desequilíbrio social e dar maior autonomia aos adensamentos urbanos localizados ao longo do territóriomunicipal.	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura.	Item que conversa com temáticas em torno do gênero e coletivo. Destaque para a distribuição racional e justa, com enfoque na minimização do desequilíbrio social e maior autonomia aos adensamentos urbanos. Mais disponibilização de serviços em todo território, facilitando os acessos e circulação, interferindo em um favorecimento da dinâmica da mulher e seus dependentes.	Alto

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Plano Diretor - Lei nº1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 6º I- d) Promover a justa e racional distribuição da infra-estrutura de cultura, lazer, educação, saúde, saneamento e demais serviços públicos de modo a minimizar o desequilíbrio social e dar maior autonomia aos adensamentos urbanos localizados ao longo do território municipal.	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura.	Item que conversa com temáticasem torno do gênero e coletivo. Destaque para a distribuição racional e justa, com enfoque na minimização do desequilíbrio sociale maior autonomia aos adensamentos urbanos. Mais disponibilização de serviços em todo território, facilitando os acessos e circulação, interferindo em um favorecimento da dinâmica da mulher e seus dependentes.	Alto
Municipal	Plano Diretor - Lei nº1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 7º III- Implantar infra-estrutura de utilização pública, em áreas costeiras e outros atrativos turísticos, de forma a atender as necessidades da comunidade e potencializar o turismo; IV - Criar condições de saúde, segurança pública e educação de acordo com as necessidades que a atividade do turismo impõe, melhorando, com isso, a disponibilidade desses aspectos para a população como um todo.	Qualidade de vida e sustentabilidade.	Investimentos em áreas de utilização pública, turísticas e em condições de saúde, segurança e educação também influenciam na dinâmica da mulher no território, principalmente quando o foco da diretriz é potencializar a comunidade. As mulheres também conseguem colaborar nessas diretrizes propondo ideias de manutenção dos atrativos turísticos,elaboração de artesanatos, estabelecimento da rede de comércio local, atividades nos espaços públicos, entre outros.	Alto

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Código Ambiental - Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008	Capítulo I- Princípios: XXI - Implementar política setorial visando a coleta seletiva, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, hospitalares e industriais, com ênfase nos processos que envolvam sua reciclagem.	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada.	Há uma considerável participação feminina dentro da temática de resíduos sólidos e sustentabilidade urbana, principalmente em sedes municipais. Políticas voltadas para a coleta seletiva, tratamento e processos de reciclagem, indiretamente estão vinculadas à questões de gênero, desvalorização, subempregos e condições de trabalho.	Baixo
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo II- Dos Objetivos Art. 4º II - contribuir para a melhoria das condições de vida da população ilhéu, promovendo a regularização fundiária, a ampliação da estrutura de saneamento básico e de serviços públicos em geral.	Qualidade de vida e sustentabilidade.	Conversando com a questão fundiária já apresentada na Função Social, este item possui uma relação com a questão de gênero no que tange à diminuição da exposição à vulnerabilidade que a mulher pode sofrer em seu território. O aumento da infraestrutura e a segurança da regularização fundiária potencializam a presença da mulher e suas dinâmicas. Contudo, neste momento não há uma relação tão direta que garanta esse desenvolvimento da mulher e feminista no território.	Baixo

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo I- Dos Instrumentos de GestãoArt. 6º IV - promover a justa e racional distribuição da infraestrutura de cultura,lazer, educação, saúde, saneamento e demais serviços públicos de modo a minimizar a degradação ambiental e o desequilíbrio social.	Qualidade de vida esustentabilidade.	A garantia de infraestruturas baseada em uma promoção justa que visa minimizar a degradação ambiental e o desequilíbrio social são diretrizes que implicitamente consideram a diversidade da população, suas relações com as vilas e enseadas da Ilha, e devem, minimamente, respeitar suas dinâmicas singulares. O que chama atenção também são as infraestruturas de cultura e lazer que podem envolver diretamente as mulheres em suas produções, quanto também serem espaços para trocas de experiências e entretenimento das mulheres e seus dependentes, além de dinamizar as práticas feministas.	Médio
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Capítulo IV- Da Infraestrutura VIII - implantar a gestão integrada de resíduos com programas permanentes, dentre outros: para a redução, a reciclagem e o reuso de matérias primas e/ou embalagens; para o estímulo à coleta seletiva de bens recicláveis, com a segregação e a compostagem de lixo verde e demais frações orgânicas realizadas ao nível do ente gerador; para a separação adequada dos Resíduos dos Sistemas de Saúde (RSS) e, para o estímulo ao transporte voluntário do material reciclável para o continente por barqueiros e operadores de turismo náutico.	Qualidade de vida esustentabilidade.	Assim como mencionado no Código Ambiental, há uma considerável participação feminina dentro da temática de resíduos sólidos e sustentabilidade urbana, principalmente em sedes municipais. Políticas voltadas para a coleta seletiva, tratamento e processos de reciclagem, indiretamente estão vinculadas à questões de gênero, desvalorização, sub-empregos e condições de trabalho.	Baixo

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Estadual	Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande	Revitalizar a praça central de Dois Rios, respeitando projeto urbanístico de uso e ocupação futura das edificações.	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada.	Investimentos em áreas de utilização pública e turísticas influenciam na dinâmica da mulher no território, principalmente quando o foco da diretriz é potencializar a comunidade. As mulheres também conseguem colaborar nessas diretrizes propondo ideias de manutenção dos atrativos turísticos, elaboração de artesanatos e rede de comércio local, atividades nos espaços públicos, entre outros.	Médio
Estadual	Termo de Cessão de Uso, outubro de 1994.	Cláusula Quinta: 1- Responsabilizar-se pela manutenção de infra-estrutura material em Vila Dois Rios que possibilite a sobrevivência digna dos moradores da localidade tendo como parâmetro as condições existentes por ocasião da desativação do IPCM, inclusive quanto a estrada que liga a Vila Dois Rios à Vila Abraão, ao transporte nessa estrada e abastecimento.	Qualidade de vida e sustentabilidade.	Este item apesar de focar na infraestrutura do território, apresenta temas que se encaixam também na função social e na mobilidade. A sinalização de interesse na sobrevivência digna dos moradores, visando condições adequadas de infraestruturas e serviços, além de transporte, apresentam um olhar mais múltiplo sobre as necessidades da população que ali habita e suas demandas. Entretanto, a temática do gênero ainda não é totalmente assegurada, principalmente pelo parâmetro apresentado ser as condições existentes da desativação.	Médio

Quadro 5 – Quadro-síntese da avaliação da Infraestrutura e Equipamentos de Serviços considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Conclusão)

Infraestrutura e Equipamentos de Serviços					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Estadual	Termo de Cessão de Uso, outubro de 1994.	Cláusula Terceira, parágrafo segundo: Deverá manter o atual traçado das "vias" de circulação interna, "jardins", "praças" e outros "logadouros públicos" existentes em Vila Dois Rios e respeitar a sua atual destinação, de uso comum, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão dessas áreas dentro dos limites estabelecidos neste Termo.	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada.	Investimentos em áreas de utilização pública influenciam na dinâmica da mulher no território, principalmente quando o foco da diretriz é potencializar a comunidade e os seus usos comuns. As mulheres também conseguem colaborar nessas diretrizes propondo ideias de manutenção dos lugares, elaboração de artesanatos e rede de comércio local, atividades nos espaços públicos, entre outros.	Médio

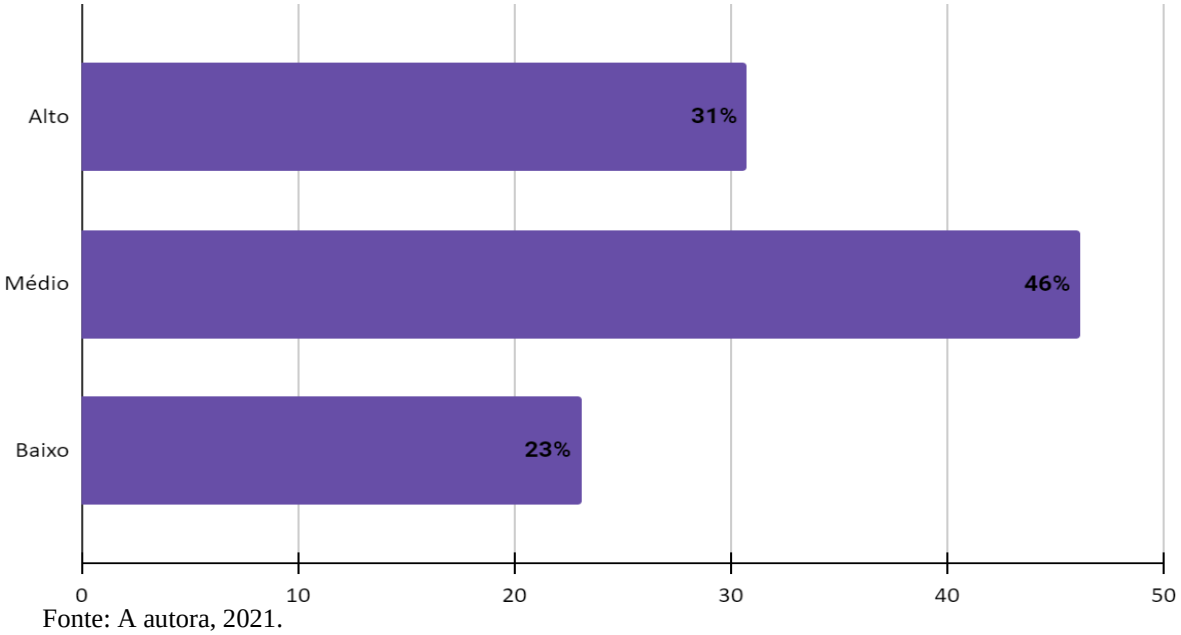
Fonte: A autora, 2021.

A partir do avaliado e apresentado no Gráfico 2, conclui-se que: 31% das análises de avaliações realizadas são de interação alta com a categoria gênero; 46% possuem média interação; e 23% baixa interação. Resultado que apresenta certo potencial para os instrumentos analisados quanto às suas possíveis aplicações considerando essa categoria, apesar de nenhum deles apontar de forma direta o gênero como uma referência de análise ou abordagem. Entretanto, diferente da Função Social, ao considerarem atuações mais coletivas e que atendam demandas advindas da população, os instrumentos na temática de Infraestruturas e Equipamentos de Serviços já se aproximam de uma realidade que coloca as mulheres e suas reivindicações em um status de maior protagonismo e atuação.

Aproveita-se o apontamento supracitado para ressaltar que ao analisar os instrumentos de gestão em vigência consegue-se de alguma forma já considerar a categoria gênero dentro dessa vertente operacional da enseada e que pode potencializar a vivência dos moradores. Para além da crítica voltada à falta de consideração, por parte dos gestores, sobre as demandas básicas de quem vive no território, é necessário também que sejam apontadas as ações que incluem nessas operações de Planejamento e Gestão a presença dos moradores. O Planejamento não pode mais ser reconhecido como feito para algo, e com isso ser alvo de críticas quanto às suas intenções, como se fosse uma marionete do *status quo*. Ele deve ser transformado em um instrumento político de mobilização de quem vivencia aquele território, reconhece suas lacunas e deficiências e possui autonomia para reivindicar. É necessário estar atento em quem faz o Planejamento, em quem solicita sua revisão, em quem se responsabiliza pelo seu levantamento e como faz isso, e prestar atenção nas formas em como são lidos e compreendidos seus instrumentos. Garantir um olhar que junto à crítica voltada para a falta, potencialize atividades já apontadas nos documentos existentes é também uma forma de se apropriar da ferramenta. O direcionamento deve-se voltar para os agentes e garantir a participação de quem mais é influenciado pela sua realidade e sentirá as alterações propostas.

No mais, de forma conclusiva e que busca subsidiar a Matriz de Interação com a Categoria Gênero de cada instrumento de Gestão e Planejamento do Território, no Quadro 6 são sintetizados os resultados da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema da Função Social, em seus respectivos instrumentos.

Gráfico 2 – Percentual da avaliação sobre o potencial de interação dos instrumentos de Infraestruturas e Equipamentos de Serviços com a categoria gênero



Fonte: A autora, 2021.

Quadro 6 – Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema de Infraestrutura e Equipamentos deServiços em seus respectivos instrumentos

Subtemas	Instrumentos	Quantitativo de itens por subtema	Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero
Garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura	Uso do Solo	01 de médio potencial com possibilidade de interação alta, e 01 de alto potencial	Alto
	Plano Diretor	01 de alto potencial	Alto
Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada	Uso do Solo	01 de médio potencial com possibilidade de interação alta, e 01 de alto potencial	Alto
	Código Ambiental	01 de baixo potencial	Baixo
	Plano de Manejo	01 de médio potencial	Médio
	Termo de Cessão de Uso	01 de médio potencial	Médio
Qualidade de vida e sustentabilidade	Plano Diretor	01 de alto potencial	Alto
	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	02 baixo potencial e 01 de médio potencial	Baixo
	Termo de Cessão de Uso	01 de médio potencial	Médio

Fonte: A autora, 2021.

2.3.3 Transporte e Mobilidade

A capacidade das pessoas circularem pelo território e o seu nível de acesso às infraestruturas, instalações locais e até mesmo empregos dependem da sua mobilidade, a partir das opções ofertadas pelo sistema de transporte. Os diferentes papéis e responsabilidades dos agentes quando analisados na categoria gênero geram desiguais padrões de deslocamentos entre eles e, portanto, necessidades singulares. Quando se considera os diversos tipos de uso, se aprofundando mais nas classes sociais ou raça, é possível evidenciar as diferentes necessidades de circulação, que vão para além do padrão demandado pelo trabalhador do gênero masculino. Apenas no início dos anos 2000 que os legisladores em países em desenvolvimento reconheceram as diferenças de gênero na maneira como homens e mulheres se locomovem (UN-Habitat, 2012). Dessa forma, estudos pelo mundo mostram que o gênero determina qual forma de transporte é usada e a maneira como o transporte é encarada. Como complementa Greed (2012):

> As mulheres gastam muito do seu tempo esperando ônibus e trens, como já validados por uma extensa gama de pesquisas qualitativas e quantitativas (DFT, 2000; HAMILTON, et al, 2005; UTENG e CRESSWELL, 2008; JARVIS, et al, 2009; ROBERTS e ELDRIDGE, 2009). As mulheres têm sido mal servidas por políticas de planejamento, que fazem pouco para reconhecer as 'diferentes' necessidades e padrões de deslocamento entre homens e mulheres, no desenvolvimento da política de uso da terra (DARKE, et al, 2000; REEVES, 2005). O cuidado com os filhos é de responsabilidade predominantemente feminina, bem como o trabalho doméstico e a realização de compras para abastecer a casa, embora ainda a maioria das mulheres também trabalhe fora de casa (BOOTH, et al, 1996; REEVES, 2005; FINCHER e IVESON, 2008; UTENG e CRESSWELL, 2008; ESRC, 2011) (GREED, 2012, p. 63).

A circulação da mulher no território ultrapassa a sua função como trabalhadora dentro do sistema capitalista. A sociedade ainda associa como papel da mulher múltiplas tarefas que não são reconhecidas dentro do Planejamento, como atividades relacionadas à reprodução familiar e manutenção da casa, as tornando assim multiusuárias de um sistema de transporte que não atende suas demandas. O distanciamento entre o público e o privado, não considera em suas políticas a extensão de usos no público que estruturam todas as atividades exercidas no privado, como deslocamentos para escolas, mercados, médicos entre outros. Dessa forma, além de ainda ser vinculado à mulher apenas os espaços privados, desconsidera-se toda a sua circulação, até mesmo para atender esse seu papel dentro de uma sociedade patriarcal. A invisibilidade começa já com a não consideração e reconhecimento que o privado demanda de estruturas do público que ultrapassam a dinâmica entre trabalho e casa.

A sua cadeia complexa de circulação e a realização de multitarefas são as principais características de deslocamento da mulher, sendo essa um resultado inevitável de tentar conciliar seu ainda dever doméstico com o trabalho fora de casa. As jornadas de deslocamento das mulheres são mal atendidas pelos sistemas de transporte público, pois esses foram projetados de forma a atender o fluxo de trabalhadores durante os horários de pico, principalmente entre centro e periferia, ou a partir de usos da terra como áreas industriais, áreas comerciais e áreas residenciais.

> [...] Por exemplo, a cadeia de deslocamento de uma mulher pode ser a seguinte: uma mulher pode sair de casa, passar pela creche, escola ou babá para então ir ao trabalho. Na volta, sai do local de trabalho, passa na escola, creche ou babá e volta para casa, resultando em uma complexa cadeia de deslocamento. Este itinerário diário é difícil de conseguir quando as áreas de empregos e residências foram separadas pelo tradicional zoneamento de uso da terra, baseadas em percepções masculinas de funcionalidade espacial (HANSON e PRATT, 1995; UTENG e CRESSWELL, 2008) (GREED, 2012, p. 64).

Além das múltiplas tarefas e múltiplos usos, nessa perspectiva também é importante destacar que para as mulheres uma série de fatores entra em jogo em seu deslocamento pelo território, tais como: segurança pessoal; vulnerabilidade a ser vítimas de assalto e estupro; iluminação pública; e condições das calçadas para acessibilidade e praticidade, pois muitas vezes estão acompanhadas de idosos ou crianças pequenas. Nesse sentido, o Planejamento deve não apenas identificar, mas atender as necessidades específicas de cada gênero, e fazer distinções entre as demandas das diferentes faixas etárias.

Dessa forma, considerando os apontamentos realizados, para fins de categorização de cada um dos itens analisados nos instrumentos e subsidiar a matriz apresentada no capítulo 3, foram identificados os seguintes subtemas desenvolvidos dentro desse contexto de Transporte e Mobilidade: melhorias nas condições de infraestrutura de transporte; específica divulgação de informações e sinalização nas infraestruturas de transporte; garantia de uma melhor circulação pelo território.

Dentro dessa perspectiva, no Quadro 7 são apresentadas as análises feitas nos instrumentos de Gestão e Planejamento do Território do qual se insere a enseada de Dois Rios para o tema-chave de Transporte e Mobilidade. Destaca-se que a temática de Mobilidade não engloba apenas a disponibilidade de meios de transporte, mas também reivindica manutenção e conservação das vias, além de sinalização e divulgação de informações. No mais,sublinha-se que não foram identificadas determinações de atividades que possam ter relação específica com dessas temáticas e gênero nos instrumentos do Uso do Solo, Código Ambiental, Zoneamento Territorial Municipal e Termo de Cessão de Uso.

Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação do Transporte e Mobilidade considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continua)

Transporte e Mobilidade					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das GeografiasFeministas**	**Avaliação do potencial deinteração com a categoriagênero**
Municipal	Plano Diretor - Leinº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 11º I- a) garantir e melhorar a circulaçãodo transporte proporcionando deslocamentosurbanos e interurbanos que atendam as necessidades da população; b) priorizar a circulação do transporte coletivo sobre o transporte individual na ordenação do sistema viário especialmente nas áreas de urbanização incompleta e baixarenda, visando a sua estruturação e ligação interbairros; c) adequar a oferta de transporte à demanda, compatibilizando seus efeitos indutores com os objetivos e diretrizes de uso e ocupação dosolo, contribuindo em especial para a requalificação dos espaços urbanos e o fortalecimento dos centros dos bairros; d) promover estudos que viabilizem a concessão de linhas de transporte coletivo marítimo, criando instrumentos que o subsidiem, financiam e antecipem sua disponibilidade para a comunidade; f) oferecer transporte coletivo que atenda as necessidades das pessoas com dificuldade de mobilidade.	Garantia de uma melhor circulaçãopelo território.	O foco em transportes coletivos de qualidade e adaptados, somado ao interesse em adequar a oferta à demanda diretamente relacionada ao uso do solo, possibilita a circulação da mulher e dependentes no território. Isso potencializa a dinâmica da mulher e seus deslocamentos onde, em muitos casos, encontram-se barreiras de ofertade linhas de ônibus e trajetos que não atendem suas necessidades consideradas como horizontais de movimentos, que não correspondem à dinâmica vertical da periferia para o centro.	Alto
Municipal	Plano Diretor - Leinº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 11º II - Implantar obras viárias de atendimento ao sistema de transporte coletivoe de complementação ao sistema viário municipal.	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte.	Potencializar o sistema viário com o foco no transporte coletivo interfere em ampliar as possibilidades de circulação dentro da categoriagênero.	Médio

Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação do Transporte e Mobilidade considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Transporte e Mobilidade					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial deinteração com a categoria gênero**
Municipal	Plano Diretor - Leinº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 11º IV - Ampliar e melhorar as condiçõesde circulação de pedestres, visando especialmente os idosos, portadores de deficiências físicas e crianças.	Garantia de uma melhor circulação pelo território.	Com uma perspectiva coletiva, as considerações da categoria gênero e da dinâmica feminina no território traz como uma das pautas os benefícios para seus dependentes, idosos e crianças. Qualquer beneficiamento a estas parcelas da população, também interferem na dinâmica da mulher.	Alto
Municipal	Plano Diretor - Leinº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 11º VII - Implantar a sinalização nas estradas, vias de acesso e logradouros, facilitando a identificação, localização, deslocamento e acesso às praias, locais deinteresse turístico, serviços, entre outros.	Específica divulgação de informações e sinalização na infraestrutura de transporte.	Apesar de estar mais voltado às práticas turísticas, sinalização de locais de suporte aos deslocamentos ou identificação de destinos são interessantes dentro da dinâmica da mulher no território.	Médio
Municipal	Plano Diretor - Leinº 1.754, de 21 de dezembro de 2006	Capítulo III- Diretrizes: Art 11º XV – Viabilizar, nos núcleos urbanosde maior densidade populacional, a circulação segura de ciclistas nos deslocamentos intra-bairro.	Garantia de uma melhor circulação pelo território.	Uma das principais pautas dentro da circulação de pessoas é justamente intra-bairros, com oferta pequena de coletivos e condições viárias. Mobilizar uma circulação individual, mesmo que ainda com segurança e qualidade, não é levar em conta a necessidade da mulher de um deslocamento mais em grupo dentro do bairro, onde em muitos casos, exige uma atenção especial e adaptação de transporte, por conta da utilização de um público de crianças e idosos. Entretanto, a potencialização de ciclovias ainda é uma alternativa positiva, mas não pode ser considerada como única.	Baixo

Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação do Transporte e Mobilidade considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Continuação)

Transporte e Mobilidade					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das Geografias Feministas**	**Avaliação do potencial deinteração com a categoria gênero**
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para aIlha Grande	Capítulo V- Da Mobilidade e TransportesArt. 39º II - estabelecer critérios para a sinalização das trilhas que deverá indicar: a) a discriminação dos destinos e os locais deacesso definidos conforme projeto de unificação e padronização das toponímias a ser elaborado pelo Poder Público; b) as características do trecho a serpercorrido; c) mensagens de educação ambiental.	Específica divulgaçãode informações e sinalização na infraestrutura de transporte.	Assim como identificado no Plano Diretor, apesar destas atividades serem mais voltadas às práticas turísticas, sinalização de locais de suporte aos deslocamentos ou identificação de destinos são interessantes dentro da dinâmica da mulher no território. No mais, a relação de mensagens de Educação Ambiental, seguindo o que foi apresentado no item de Função Social, podem ser interessantes para ressaltar temáticas relevantes para as mulheres do território e sobre o feminismo. No entanto, se as mensagens estiverem vinculadas a uma Educação Ambiental ainda individualista, sem ressaltar o pensamento crítico e coletivo, essas propostas não atendem o considerado nesta Pesquisa.	Médio
Municipal	Lei de Diretrizes Territoriais para aIlha Grande	§1º Recomenda-se que as trilhas existentes dentro das Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral, conforme os respectivos Planos de Manejo, contemplem ointeresse das comunidades cujas trilhas sejamessenciais às suas necessidades de circulação.	Garantia de uma melhor circulaçãopelo território.	Considera-se esta determinação como uma das mais relevantes dentro da temática de Transporte e Mobilidade. Ela traz um entendimento mais favorável à permanência da população em Vilas que são inseridas em áreas de Proteção Integral e que por isso já possuem limitações e ações restritivas quanto ao seu uso e ocupação. Trazer como principal direcionamento para os usos dessas trilhas os interesses da comunidade abre para que os múltiplos fins de circulação sejam apresentados e considerados. Entende-se, assim, que a circulação da mulher e seus dependentes também devam ser contemplados, e somados aos outros usos, principalmente ao turístico.	Alto

Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação do Transporte e Mobilidade considerando seu potencial de interação com a categoria gênero (Conclusão)

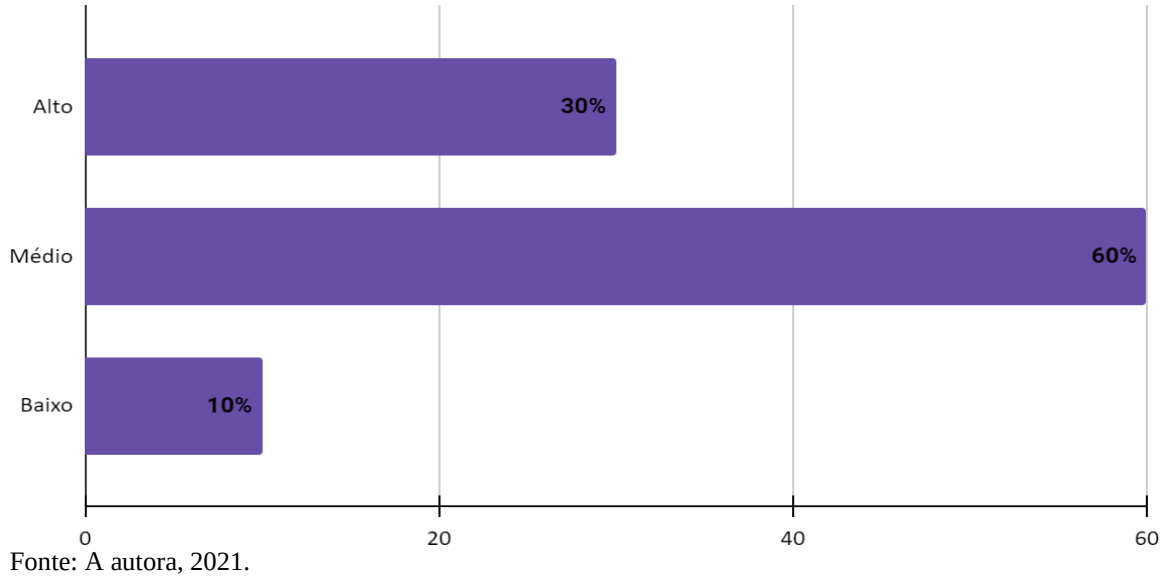
Transporte e Mobilidade					
Esferas	**Instrumentos**	**Item destacado**	**Subtemas desenvolvidos**	**Considerações a partir das GeografiasFeministas**	**Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero**
Estadual	Plano de Manejodo Parque Estadual da Ilha Grande	Quadro 4-54- Estimativa prevista de alocaçãode recursos para o Programa de Fortalecimento do PEIG (2009-2013): Prodetur- Calçamento da estrada Dois Rios- Abraão.	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte.	Investimento no calçamento da estrada que liga aenseada até Abrãao, principal centro de fornecimento de infraestrutura de saúde, educação, compras, entre outras. A melhoria na estrada aumenta o acesso aos recursos ofertados.	Médio
Estadual	Plano de Manejodo Parque Estadual da Ilha Grande	Melhoramento da estrada Abraão – Dois Rios - autorização para utilizar material existenteno local.	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte.	Investimento na estrada que liga a enseada até Abrãao, principal centro de fornecimento de infraestrutura de saúde, educação, compras, entreoutras. A melhoria na estrada aumenta o acesso aos recursos ofertados.	Médio
Estadual	Plano de Manejodo Parque Estadual da Ilha Grande	Preparar folhetos bilíngues específicos para cada área do PEIG (Circuito Abraão, Estradada Colônia, Lopes Mendes, Dois Rios e Caxadaço, Parnaioca) e para cada trecho de trilhas informando sobre distâncias, tempo de caminhada, graus de risco e dificuldades, locais de acomodação no caminho, roupas e calçados adequados e procedimentos em casode emergência.	Específica divulgaçãode informações e sinalização na infraestrutura de transporte.	Em específico neste item, além de ser um investimento nas placas e sinalizações da estrada considerada como um meio de circulação para chegar na enseada que oferta infraestruturas e serviços, os materiais propostos podem ser confeccionados pela comunidade. A participação dos moradores da enseada pode estar tanto voltada para um debate de temas a serem abordados, quanto também na própria confecção dos produtos, a partir da organização de oficinas ereaproveitamento de materiais.	Médio

Fonte: A autora, 2021.

Diante do avaliado, em conjunto como exposto no Gráfico 3, conclui-se que: 6% das análises de avaliações realizadas são de interação média com a categoria gênero; 30% possuem alta interação; e 10% baixa interação. Esse resultado aponta a sensibilidade dos instrumentos voltados para esse tema-chave, principalmente no que tange a mobilidade das mulheres moradoras e de visitantes no território. Soma-se a isso também o fato de dentre os 60% considerados como de média interação com a categoria gênero, nenhum deles apresentar de forma direta a consideração dessa categoria como forma de referência ou abordagem para a aplicação de suas ações.

No mais, de forma conclusiva e que busca subsidiar a Matriz de Interação com a Categoria Gênero de cada instrumento de Gestão e Planejamento do Território, no Quadro 8 são sintetizados os resultados da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema da Função Social, em seus respectivos instrumentos.

Gráfico 3 – Percentual da avaliação sobre a interação dos instrumentos de Transporte e Mobilidade com a categoria gênero



Fonte: A autora, 2021.

Quadro 8 – Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero para cada subtema de Transporte e Mobilidade de Serviçosem seus respectivos instrumentos

Subtemas	Instrumentos	Quantitativo de itens por subtema	Resultado da avaliação do potencial de interação com a categoria gênero
Melhorias nas condições de infraestrutura de transporte	Plano Diretor	01 de médio potencial	Médio
	Plano de Manejo	02 de médio potencial	Médio
Específica divulgação de informações e sinalização na infraestrutura de transporte	Plano Diretor	01 de médio potencial	Médio
	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	01 de médio potencial	Médio
	Plano de Manejo	01 de médio potencial	Médio
Garantia de uma melhor circulação pelo território	Plano Diretor	02 de alto potencial e 01 de baixo potencial	Alto
	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	01 de alto potencial	Alto

Fonte: A autora, 2021

3 MULHERES NA ENSEADA: PERCEPÇÕES E GRAUS DE INTERAÇÃO COM A CATEGORIA GÊNERO EM DOISRIOS

Este capítulo é resultado do levantamento feito em campo, a partir de entrevistas com mulheres da enseada de Dois Rios. As análises foram realizadas cruzando as vivências expressadas pelas moradoras com o que foi analisado nos instrumentos de Gestão, apresentados no capítulo 2. O contexto de pandemia da COVID-19 acabou anulando a possibilidade de realizar análises mais profundas e em conjunto com as mulheres entrevistadas, tornando a pesquisa mais restrita aos materiais coletados previamente ao cenário instaurado pela doença. Contudo, o conteúdo resultante deste capítulo buscou ser uma resistência da proposta iniciada, alinhado ao respeito pela integridade física, saúde e vida de todas as moradoras, moradores e demais agentes presentes no possível deslocamento à Ilha Grande, nesse período de pandemia.

Em abril de 2019, quando se realizou o campo para o início das atividades do mestrado em Geografia, foi aplicado em Dois Rios um questionário semiestruturado que buscava identificar as principais infraestruturas da enseada, as percepções de mudanças sentidas pelos moradores e suas atuais compreensões sobre o território em que vivem. Para realizar a aplicação do questionário foram feitas duas caminhadas pela enseada, em dois dias seguidos[20], nas quais, de forma respeitosa e educada, aconteceram as abordagens individuais aos moradores. Antes de começar as perguntas, ocorria uma apresentação da pesquisadora e breve exposição sobre a proposta da entrevista. Como resultado, identificou-se que dos moradores de Dois Rios abordados, quem apenas se mostrou confortável para atender a pesquisadora e responder as questões foram as mulheres, moradoras da vila.

O processo de aplicação dos questionários desencadeou, como esperado, conversas que ultrapassaram os limites das perguntas semiestruturadas e resultaram em relatos de vida, resgate das histórias e experiências, além da percepção atual do território. Tudo isso envolvido por um ambiente acolhedor e bastante atencioso, no qual tanto a pesquisadora quanto as moradoras se sentavam em um local confortável e trocavam sobre assuntos pré-definidos, mas que não restringiram a possibilidade de falar e escutar sobre outras temáticas presentes no território. Ao todo foram entrevistadas cinco moradoras, que por uma questão de ética, não ter conseguido retornar para aprofundar mais determinados assuntos nem pedir autorização do uso da imagem, terão suas identidades preservadas.

[20] Trabalho de campo de quatro dias, considerando os deslocamentos para a Ilha Grande. Realizado entre os dias 26 e 29 de abril de 2019, com todo o suporte do NEPPT e CEADS.

Diante deste cenário, ao analisar o retorno dos questionários aplicados à essas mulheres, foi possível identificar particularidades antes não vista na bibliografia que trata os moradores da enseada e suas percepções[21]. Alguns depoimentos eram carregados do olhar da mulher e seu caráter coletivo para o território, que tinha como uma extensão do seu corpo a preocupação com o bem-estar dos filhos, marido e demais componentes da vila. A partir dessa percepção sobre os materiais resultantes do campo, somado ao interesse particular da pesquisadora pela temática das Geografias Feministas, foi definido como norte para o desenvolvimento de análises e apresentação de resultados o olhar das mulheres e do feminismo sobre este singular território.

Esta pesquisa está dentro de uma proposta de fazer ciência que estimula um olhar aberto e atento ao recorte espacial de análise, sendo possível definir o que deve ser analisado a partir do que se apresenta ao entrar em contato com a pesquisadora. Dessa forma, o retratado aqui é o que foi despertado em uma vivência de campo, sem antes ter sido construído um olhar dentro desta perspectiva. As mulheres de Dois Rios, a partir de suas respostas, guiaram os caminhos desta dissertação e são apresentados a seguir.

No mais, ainda vale ser sinalizado que há total compreensão de que o resultado obtido está centrado nas percepções da autora sobre o exposto pelas moradoras de Dois Rios. Como já mencionado, o contexto de pandemia acabou distanciando a possibilidade de uma metodologia que tornasse essas mulheres mais presentes e atuantes nas análises dessa temática. Todo o considerado e apresentado aqui, passou pelo olhar da pesquisadora, que com respeito e ciência dos insumos que tinha à disposição, ainda insistiu em trazer os apontamentos e falas dessas mulheres para a pesquisa. Nessa perspectiva, corrobora-se com o desenvolvimento da reflexibilidade e da posicionalidade, em se assumir que há neste estudo a presença do próprio corpo da pesquisadora e sua qualidade perceptiva, compondo assim, a gama das ferramentas de pesquisa geográfica utilizadas nesta dissertação.

Mesmo optando por não revelar suas identidades, é necessário colocar que quando se reporta a mulheres de Dois Rios nesta dissertação, está sendo referenciado o olhar de cinco moradoras da enseada, que possuem em comum o passado com o presídio, de forma direta ou indireta. De forma geral, as mulheres que moram hoje em Dois Rios são esposas, viúvas, filhas ou demais parentes de funcionários ou ex-detentos do IPCM. No entanto, há também aquelas que vieram morar na vila a partir de parentes próximos já residentes – como o caso de uma das entrevistadas, que foi morar junto à prima, enfermeira na época do presídio – ou até mesmo existem aquelas que trabalhavam na instituição carcerária.

[21] Como exemplo, os capítulos de Gomes, Prado e Santos In. Prado (2006). Ilha Grande: do sambaqui aoturismo.

Apesar desse passado em comum ligado ao cárcere, cada uma teve sua vivência e experiência única com esse contexto, apontando de forma bastante singular suas particularidades na entrevista. Essas colocações romperam com o entendimento de que as mulheres na enseada não teriam uma participação atuante no território, visto que quando estudos apresentam apontamentos sobre o IPCM, em sua maioria, são descritas apenas as funções e ações dos homens, sejam eles funcionários ou detentos. Dessa forma, a partir desses relatos, foi possível identificar algumas atuações das mulheres nesse período e suas dinâmicas, que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

Vale destacar também que, em suas colocações, foi identificado que há uma influência direta do que foi experienciado na época do IPCM nas percepções quanto às infraestruturas de serviços, mobilidade e função social hoje existentes. Quando é identificado que a mulher viveu de forma mais direta, e por muito tempo, os benefícios fornecidos pela instituição carcerária, é maior o seu sentimento de perda da qualidade dos serviços, e maiores são o saudosismo da época passada e a dependência da presença do Estado para cumprir com o fornecimento da infraestrutura necessária para sua permanência na enseada. Já quanto menos contato a moradora teve com esses benefícios do IPCM, seja pela idade na época ou por ter vivido pouco tempo a realidade do presídio, as suas percepções são mais voltadas para as infraestruturas experienciadas hoje e com críticas direcionadas para os agentes atuais, como CEADS e INEA, sem muita comparação com o período anterior, apesar das queixas quanto às infraestruturas serem as mesmas.

Considerando a não revelação de seus nomes e o exposto acima, para fins de caracterização das falas apresentadas no decorrer deste capítulo – usadas na forma de exemplificação e complementação das análises realizadas –, é colocado junto às citações o tempo em que essas mulheres estão morando na enseada de Dois Rios. São eles: mais de 30; mais de 35 anos; mais de 40 anos; mais de 45 anos; mais de 50 anos. Conforme já identificado, esse tempo interfere bastante nas percepções e na forma como a realidade atual é apresentada: se ela é colocada de forma relativa ao passado – muito exposto por mulheres com mais de 40 ou 50 anos vivendo na enseada; ou se ela é mais criticada pelos agentes do território atualmente – análise mais realizada por aquelas com tempo de moradia na enseada de cerca de 30 anos.

Como resultado do que se busca apresentar neste capítulo, está a análise sobre os apontamentos das moradoras da enseada em relação aos temas analisados nos instrumentos de Gestão no capítulo 2, a saber: função social; infraestrutura e equipamentos de serviços; e transporte e mobilidade. Essa apresentação é realizada a partir das descrições de seus relatos levantados no campo em abril de 2019, com a finalidade de fornecer subsídios para qualificar

o quanto as temáticas dos instrumentos são executáveis e percebidas por estas mulheres. Dessa forma é possível atender ao objetivo de analisar a interpretação e a percepção das moradoras do território de Dois Rios sobre as infraestruturas disponíveis e ações exercidas na enseada.

Após essa primeira exposição, segue-se com o objetivo de realizar cruzamentos entre o avaliado no plano teórico, sobre o potencial de interação com a categoria gênero, com o vivido e experienciado pelas mulheres no território insular. Essa atividade resulta em matrizes chamadas de Matriz de Interação com a Categoria Gênero, que apontam os graus de consideração com essa categoria em cada um dos instrumentos analisados, considerando como pesos em suas análises as seguintes classificações: avaliação do potencial de interação com a categoria gênero; e o grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios.

3.1 **A mulher e a Função Social**

A partir do exposto no capítulo 2, é possível considerar as mulheres como um ator relevante para fazer com que a propriedade e determinados agentes cumpram a Função Social, ou ao menos, elas sejam reforçadoras do combate à noção antiga e ultrapassada de direito de propriedade absoluto ou de funções generalistas de um território. A categoria gênero se torna trivial tanto para ser considerada como um eixo temático a ser atendido dentro da Função Social, quanto para ser uma referência na análise, buscando, assim, compreender até que ponto há formas de opressão que impedem o atendimento de demandas da função social, mascarando e reproduzindo as desigualdades do território.

> O direito de adquirir uma casa é uma parte dos direitos humanos das mulheres. Os problemas e barreiras da habitação são vividos de maneira diferente entre os gêneros, especialmente no que se trata dos custos e acessos, localização, qualidade e forma, falta de moradia, moradia emergencial e despejo. A falta de moradia adequada e a segurança da posse têm sido responsáveis por tornar a mulher mais vulnerável a violência. Segundo a UN-Habitat (2012), a moradia está inexplicavelmente relacionada à segurança. Aumentar o acesso das mulheres ao direito à habitação e abordar as limitações financeiras são ferramentas-chave para combater a pobreza e melhorar o acesso das mesmas à moradia (UN-Habitat, 2012, p.6).

Estes apontamentos são ainda mais corroborados quando são analisadas as considerações feitas pelas moradoras sobre estas temáticas na enseada de Dois Rios. O que as mulheres falam sobre função social, participação e garantia de direitos?

Nessa temática, os principais apontamentos são voltados para a refuncionalização de espaços e edificações da enseada. A identificação de reviver ambientes, que na época do

presídio eram voltados para lazer e práticas culturais, e atualmente estão em estado de abandono e deterioração, são bastante presentes nas falas das moradoras, principalmente no que tange à espaços públicos voltados para o entretenimento e realizações de atividades coletivas que aumentam a união e o vínculo da comunidade. Conforme identificado na enseada, atualmente, há quatro espaços refuncionalizados voltados para uso coletivo e que promovem atividades de lazer e cultura, são eles: Museu do Cárcere; Biblioteca Comunitária de Vila Dois Rios; centro de convivência e atividades (sinuca); e o Museu do Meio Ambiente.

> "Aqui, na época do presídio, tinha tanto espaço para a gente se entreter, tinha até cinema!! Hoje sobrou pouco das infraestruturas que eram voltadas para isso, quase tudo foi implodido. Mas ainda tem espaços que podem ser aproveitados, tem as praças também. Cada praça dessa tem uma história, poderia ser tudo revitalizado e usado como forma de contar a história e trazer lazer para nós" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 50 anos vivendo na enseada).

> "Eu sei que não vai voltar ao que era, mas tem tanta casa vazia e abandonada, podia tudo virar espaço para trocas, cursos, igual a Biblioteca com os livros e o artesanato e o Museu do Cárcere com a exposição do presídio. Agora também reformaram o espaço da sinuca, muito legal!" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 45 anos vivendo na enseada).

> "Fico bastante na Biblioteca, gosto de fazer artesanato. Fora de casa, é o lugar onde mais me sinto segura, encontrar outras pessoas. Às vezes aparece um turista interessado ou um estudante e a gente conversa, fala sobre as experiências. Gostaria que cada casa abandonada virasse um espaço coletivo como aquele" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

O Museu do Cárcere é um dos prédios que fazem parte do projeto de pesquisa do Ecomuseu[22], voltado para a preservação e difusão de questões relacionadas ao meio ambiente, a história e a vida sociocultural do território insular. Em específico, esse museu possui como objetivo apresentar os principais registros da história e memória do sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro, em especial da Ilha Grande. Nele também há um espaço voltado para atividades artesanais e venda dos materiais confeccionados pelas moradoras e moradores da enseada. As moradoras têm uma visão bastante positiva sobre esse museu. Além de ser um dos poucos prédios não implodidos ligados diretamente ao presídio, elas sentem um vínculo afetivo pela preservação da memória de seu passado e da possibilidade de outras pessoas saberem de sua história, principalmente as crianças e visitantes. A sensação de abandono é bem presente em seus apontamentos, contudo, acreditam que esses espaços podem potencializar os sentimentos e relações dos moradores com a enseada.

[22] Programa de extensão vinculado ao Departamento Cultural da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

> "A proposta do museu é muito boa. Faz parte da minha história o que está lá. Eu vivi o que falam lá. Acho importante para as crianças conhecerem e também para os visitantes entenderem o que aqui já foi, como já tivemos infraestrutura. Agora está tudo abandonado, mas a gente já teve importância" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 50 anos vivendo na enseada).

> "Eu gosto muito do museu e do pessoal de lá. Podíamos ter mais trocas ainda, pois é bom quando fazemos alguma atividade em conjunto. Me sinto presente e ativa na enseada de novo. Adoramos escutar os mais antigos para saber das histórias, também gostamos de ir lá às vezes para refrescar a memória e lembrar como era" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 45 anos vivendo na enseada).

Outra infraestrutura identificada é a Biblioteca Comunitária da Vila de Dois Rios instalada em um prédio que no período da Colônia Agrícola do Distrito Federal serviu como residência do diretor Nestor Veríssimo. Logo depois, em 1958, nela foi instalada a nova escola da Vila de Dois Rios, nomeada como Escola Estadual Padre Júlio Maria, onde se destacou a atuação da diretora e professora Marilza e das professoras Edonée Esteves Demutti e Elcy Teresinha Couto. Nesse espaço, além da biblioteca comunitária – que conta com sala para leituras, um espaço cultural e um espaço de artesanato – também funciona a sede administrativa do Ecomuseu. A partir do apontado, é nesse espaço onde elas mais identificam atividades que acolhem as mulheres e atendem as demandas de entretenimento das crianças.

> "Eu gosto muito daquele espaço da Biblioteca. Adoro aqueles artesanatos, já fiz oficinas, dá para passar tempo lá. Gosto também de levar meu filho, mesmo um pouco abandonada, não tendo muitas atividades para entreter as crianças, ele sempre escolhe um livro e brincar por lá. É como ainda sentir que tem vida nessas casas. Os homens frequentam mais os bares mas as mulheres ficam muito presas em casa, lá eu sinto que temos um acolhimento" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Até o momento das entrevistas, em abril de 2019, a reforma mais recente que tinha sido feita em uma instalação da vila foi o centro de convivência. A área já era um espaço coletivo na época do presídio, onde funcionava uma sinuca. Atualmente, foi reformada para continuar sendo uma área de convivência, onde festividades e encontros dos moradores podem ser realizados. Ao lado, tem uma quadra de esportes que ainda precisa de reparos. Por ter sido muito recente, ainda não tinha sido realizado nada no espaço, mas algumas referências voltadas para a satisfação em ver o local reformado foram feitas, como "agora o Ecomuseu reformou a sinuca! Agora sim podemos fazer festas para as crianças melhor" (relato coletado no campo de 2019 da moradora de Dois Rios, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Somado a essa lista, também é possível citar o Museu do Meio Ambiente, elaborado para ser um espaço de exposição e de outras atividades sócio-educacionais, com o objetivo de divulgar as pesquisas científicas desenvolvidas sobre a Ilha Grande e apresentar as práticas sustentáveis entre homem e natureza. Sublinha-se que esse museu está instalado em uma

construção de 1830, que integrava a Fazenda Dois Rios, e que no período em que a enseada era uma Colônia Correcional serviu como instalação para o presídio feminino. Depois que se tornou um Instituto Penal, essa instalação teve diferentes usos como intendência, almoxarifado e barbearia. Sobre essa presença feminina, pouco se tem informação no museu, tendo apenas uma placa em sua entrada identificando esse uso passado.

No mais, de maneira geral, quanto a estes espaços refuncionalizados, as moradoras sinalizam uma boa iniciativa por parte da UERJ e do Ecomuseu, mas acreditam que as atividades poderiam ser mais regulares e terem mais incentivos. Também afirmam compreender não ser apenas de responsabilidade da UERJ o fornecimento de ações voltadas para a Educação Ambiental, nem as garantias que seus direitos e demandas sejam atendidos. Apontam pouca participação do INEA para as atividades ambientais, e retorno bem pontual da Prefeitura e Governo do Estado quanto à garantia de direitos e demandas atendidas. Em suas colocações, as moradoras identificam uma maior necessidade do desenvolvimento de atividades com as crianças, principalmente por parte do CEADS e INEA. Pelas suas descrições, apontam que seriam importantes ações dentro da Educação Ambiental. Como colocado por elas, a vila não tem mais o mesmo funcionamento, entretanto, suas vidas ainda estão presentes ali, e assim como aprenderam a se readaptar, as funções e estruturas do território deveriam ter se modificado e acompanhado suas demandas sociais.

Somado a essas percepções das moradoras sobre a necessidade de se realizar funções sociais nas edificações que salvaguardam a memória e história do cárcere na enseada, ao passo que também possam ser infraestruturas de lazer e de maior vínculo com a comunidade, nota-se que pouco se é apresentado sobre as mulheres e suas funções nesse período. Mesmo a história do presídio ter no Ecomuseu um acervo expressivo sobre a ocupação carcerária na enseada, este é voltado para as presenças masculinas e suas dinâmicas. Nenhuma menção à presença feminina é colocada nesses espaços, principalmente em lugar de protagonismos ou de agentes importantes no processo de ocupação e manutenção da enseada. Em todo o trabalho de campo, apenas se identifica a presença da mulher a partir da fala das moradas da enseada ou em pontuais placas que apresentam um pouco da história e uso do espaço pretérito, como foi o caso do reconhecimento da atuação das professoras na antiga escola, a partir de um breve relato em frente a Biblioteca Comunitária.

Conforme apontado de forma mais geral por elas, na enseada havia presídio feminino, a presença das feiras responsáveis pelos atendimentos de saúde, as professoras e demais funcionárias da escola, além de suas próprias vidas e atuações na enseada, voltadas para a manutenção da dinâmica das casas e da família, circulação para os acessos aos serviços

ofertados como os de lazer e cultura e organização das festas. Essas e outras atividades são negligenciadas pelo discurso dominante da atividade carcerária, que tem enfoque na atuação de quem trabalhava no presídio diretamente como policial ou agente carcerário, e nos presos, principalmente aqueles mais conhecidos. Apesar de elas já terem um vínculo com o museu por esse preservar de forma geral o histórico do IPCM, seria extremamente relevante o envolvimento dessas moradoras em um processo de resgate da presença feminina e sua atuação nessa época. Portanto, de forma a colaborar com uma indicação que potencialize essa maior interação entre comunidade e essas infraestruturas, deixa-se esse apontamento.

Com a presença da UERJ e atividades do Ecomuseu, minimamente se manteve o desenvolvimento de pesquisas, práticas e ações voltadas para a Educação Ambiental, biodiversidade e sustentabilidade. Entretanto, ainda se identifica a necessidade de um trabalho maior voltado para o engajamento da população quanto à defesa de direitos e pertencimento do território, além de atividades que podem fornecer uma sadia qualidade de vida, lazer e acesso às informações e pesquisas desenvolvidas. Contudo, é hercúleo o trabalho realizado pela universidade na enseada, apesar do sucateamento e investimento limitado para a produção científica, não apenas a nível local de CEADS, mas de forma nacional no país.

> "A UERJ faz o que consegue. Os professores são bem legais mas também não recebem muito. Todas as atividades que já participei com eles são boas, até mesmo esta que você está fazendo. É bom saber que tem gente ali que está conseguindo ver a gente aqui. Somos bem invisibilizados. Visitantes passam aqui e nem parecem olhar pra gente. Outras instituições também fingem que a gente não existe. A UERJ ainda faz coisas por nós" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

> "Tem coisas que eu sei que a UERJ faz, mas não sei tudo o que vocês vêm fazer aqui. Vejo gente se enfiando no mato, no mar, alguns conversam com a gente. Podiam apresentar para a gente os estudos. Ter mais atividade para a gente saber como agir. Seria até uma dinâmica de unir mais a gente, chamar a comunidade para participar mais mesmo, sabe?" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

Além da questão do coletivo e espaços de fortalecimento e vínculos de comunidade, as moradoras também apontaram como pontos negativos a não refuncionalização de edificações, a quantidade de casas abandonadas e a falta de interesse no que tange a pessoas morando nelas. A legislação atual não permite que a casa seja passada do proprietário para suas próximas gerações, gerando um movimento de expulsão dos moradores de forma lenta. Atualmente, a maioria das posses das casas ocupadas por moradores estão com viúvas que receberam o direito após o falecimento do marido, mas que não poderão deixar a casa para os filhos ou parentes, sendo esta devolvida como propriedade do Estado, e quando não passada para atender demandas específicas do CEADS, acaba ficando fechada.

> "Seria muito mais interessante dar a casa para quem quer morar nela, mas eles parecem não querer isso. Pelo menos ela fica de pé, sendo usada. Olha que tristeza essas casas caindo aos pedaços. Mesmo que não seja do presídio, aposto que tem gente precisando de casa e que gostaria de morar aqui. É triste ver essas casas boas vazias" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 50 anos vivendo na enseada).

Como sentido por elas, esse mecanismo torna o ambiente da enseada pesado, como se caminhasse para o seu fim, ao passo que as pessoas vão deixando o lugar por falta de oportunidade ou acabam falecendo. Os vazios deixados nas casas que não podem receber novos moradores, somado à falta de manutenção das edificações, ruas e calçadas fazem com que além do fim do uso de forma funcional, o território do qual esse uso ocupou também esteja acabando. Em Dois Rios, não se sente apenas uma alteração nas atividades da enseada com o fim do presídio, sente-se também o fim da própria estrutura da vila que ainda envolve a vida de pessoas. Vidas estas que não estão próximas do fim, e que alimentam em sua memória as atividades passadas e o território que já ocuparam, mesmo não tendo saído dele. Somado a isso, tem uma questão já apontada sobre a sensação de invisibilidade. Ao passo que a enseada se mostra abandonada, elas se sentem cada vez mais invisíveis, como se estivessem desaparecendo junto com o fim do presídio.

> "Aqui parece cidade fantasma, não parece? Como acreditar que tem gente morando aqui? Tenho a sensação de que ninguém mais vê a gente. Os visitantes nem sabem que tem gente morando aqui, e instituições como Prefeitura, INEA parece que tambéma gente não existe. Acho que entendem que acabou o presídio acabou tudo aqui" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Diante disso, é identificável que não se vê a transformação de um espaço se desdobrando em outra funcionalidade. As moradoras sentem a transformação desse lugar se resultando em seu fim nas ruínas de cada casa abandonada, que já serviu como pensão, escola, cinema etc. Em Dois Rios, a garantia de direitos para as funções sociais é pontual com as ações do Ecomuseu e o próprio esforço comunitário de ainda resistir no território, que muito tem contribuído com as ações e pensamentos dessas mulheres. A partir do apresentado, é possível considerar as mulheres como um ator relevante para fazer com que a propriedade cumpra uma Função Social, ou ao menos, seja ativa no combate ao descaso e direito absoluto sobre uma propriedade.

3.2 **Infraestruturas e Equipamentos de Serviços: demandas importantes**

Com base no capítulo 2, nota-se que há nos instrumentos de Gestão uma considerável

exposição de determinações e objetivos que buscam garantir a demanda de infraestrutura e equipamentos de serviços na Ilha Grande. Contudo, ao comparar o resultado deste quadro com os apontamentos das mulheres da enseada, identifica-se insatisfações que confrontam e expõem o de fato fornecido na enseada no que tange às infraestruturas básicas que a comunidade demanda diariamente.

> "Tudo aqui é muito difícil agora. Não têm acesso direto à educação, é bem precário o atendimento da saúde. Isso não por parte da enfermeira, mas pelas condições que ela tem para atender a gente. A energia também é ruim e para comprar comida sempre é complicado. Acho que as crianças e jovens são os que mais sofrem" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Dentre os serviços mais sentidos pela sua inexistência, encontra-se a infraestrutura de ensino, com a falta de oferta de escola na enseada, e na dificuldade de se continuar os estudos por conta do deslocamento necessário para se chegar em Abraão, ou em alguns casos, em Angra dos Reis. As mulheres na enseada quando questionadas sobre isso, não trazem a realidade vividas por elas para exemplificar a falta dessa infraestrutura, elas apontam preocupações com os jovens e crianças, tanto no que se refere à motivação para o estudo, quanto na preocupação do deslocamento para fora de Dois Rios e na sua saída da enseada pela falta de oportunidades.

De acordo com os relatos das moradoras – principalmente daquelas mais antigas, com mais de 40 anos vivendo na enseada – após a desativação do presídio, a escola começou a perder a qualidade que fornecia, e acabou sendo fechada em 2005[23]. O motivo desse fechamento foi justificado pela quantidade insuficiente de matrículas, contudo, há outras questões em torno dessa temática. A primeira delas é que a escola fornecida no período do IPCM era de responsabilidade da instituição, sob a esfera do Governo Estadual. Portanto, a partir da desativação do presídio ocorreram impasses quanto à responsabilidade de se manter em funcionamento a escola, principalmente pelo fato de que para o Governo Municipal assumir, o terreno teria que ser repassado para a Prefeitura de Angra dos Reis. Com isso, ao longo de quase 10 anos após a desativação do IPCM, a escola foi sendo alvo de mobilizações por parte da comunidade para maiores melhorias e definição de quem seria responsável por sua manutenção, além de também ter sido palco das disputas entre Governo Estadual e Municipal para a posse de terras na enseada.

Com base no exposto anteriormente, vem a segunda questão em torno desse fechamento que circunda sobre os apontamentos das mulheres quanto ao fato de serem estimuladas a

[23] A primeira escola que a enseada teve, atualmente, está instalada em uma igreja católica. Já a segunda edificação que recebeu a instituição de ensino, hoje, é a Biblioteca Comunitária, conforme apontado na discussãosobre a Função Social na enseada.

realizarem matrículas na escola de Abraão, a partir do discurso da melhor qualidade de ensino fornecida no período pós desativação do presídio. Sublinha-se que esse próprio discurso era repetido pelos professores, que não recebiam uma boa condição de trabalho na infraestrutura de Dois Rios, além de terem que realizar jornada dupla também na escola em Abraão.

Apesar de acharem mais interessante uma escola específica que atendesse a comunidade da enseada, a maioria começou a matricular seus filhos em outras escolas fora de Dois Rios, pois já havia a sensação de perda da qualidade de ensino e de fim da estrutura escolar. Dessa forma, não se pode afirmar que a escola apenas fechou por falta de matrícula e perda de interesse da comunidade. O contexto de sucateamento, que começou de forma praticamente imediata ao fim do presídio, praticamente coagiu que a comunidade, em especial as mulheres, procurasse em outras enseadas, principalmente em Abraão[24], a melhor infraestrutura de ensino para suas crianças e jovens.

> "A escola sempre foi muito boa! As crianças tinham um bom ensino, mas depois que acabou o presídio, a de Abraão foi ficando mais interessante. Os professores falavam que as condições eram melhores. Fora que para continuar com a escola aqui tinha que ter liberação do Estado do terreno para a Prefeitura. Eles não iam dar as terras assim. Por isso a escola fechou, não teve interesse em manter aqui para nós. O Governo queria turismo" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

> "Lembro que os professores falavam para as mães que Abraão estava melhor. Todos já sentiam que não ia melhorar, assim como muitas outras infraestruturas, a escola estava ficando abandonada. Uma pena, pois, estudei nela!" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

De forma a compensar a perda da infraestrutura de ensino, a partir da mobilização feita pela Associação de Moradores, a Prefeitura de Angra dos Reis disponibiliza transporte para as crianças até Abraão e também até a sede municipal. Apesar desse fornecimento de infraestrutura de transporte, as moradoras sentem bastante a perda da escola na enseada. Além da qualidade do estudo, as moradoras mais novas – mulheres entre 20 a 30 anos de moradia na enseada – expressam preocupações quanto ao deslocamento que as crianças fazem diariamente até Abraão para estudar, passando por uma estrada em más condições, sem sinalização e perigosa. Somado a isso, ainda tem a questão de quando chove na Ilha Grande, elas não mandam seus filhos e/ou netos para a escola por conta de interdições na estrada Abraão x Dois Rios. Essas mulheres responsabilizam o INEA e o CEADS por essa falta de suporte, uma vez que entendem que as condições da estrada são de incumbência desses agentes.

Quando questionadas sobre o possível retorno da escola para a enseada, elas não

[24] Destaque para a escola Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega, localizada na praça Cândido Mendes em Abraão, que disponibiliza Ensino Fundamental e Médio.

apontam grandes possibilidades. Mesmo achando interessante a ideia de retorno de uma instituição de ensino, não acreditam ser possível pela presença do PEIG e os interesses do Governo Municipal e Estadual para a enseada. Para elas, a Ilha Grande está sendo cada vez mais vista como um grande atrativo turístico, e o aumento de turistas na enseada fazem com que aquele território seja visto apenas para construir restaurantes e resorts. Em suas falas, se colocam como pessoas invisibilizadas e que não veem possibilidade de reivindicação de algumas demandas. Contudo, ainda são apontadas metodologias participativas de envolvimento da comunidade nessa atividade econômica, principalmente no que tange à cursos e confecção de artesanatos.

> "Eu não acredito mais na ideia de ter uma escola aqui. Eles querem turismo, restaurantes, resorts. Não vão escutar as demandas das crianças e jovens. Creio que o melhor, dentro desta realidade, seja aumentar os cursos para aproveitar os moradores locais para o turismo. Ali na biblioteca tem até curso de artesanato com as mulheres e algumas coisas vendidas no Museu, mas acho que tinha que ter mais, ser mais organizado" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

> "A escola vai ser difícil, eles não vão querer fazer algo para permanecer a população aqui. Não podemos esperar isso de quem tirou a escola. Agora é tudo turismo e o que importa é o turista vim e gastar aqui. A população também já não vê muito futuro aqui" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

No mais, as moradoras também apontam que é difícil manter o interesse das crianças e jovens na escola, e que o contexto atual desmobiliza a busca por melhor qualidade de ensino que os mantenha na enseada e desenvolvam seus conhecimentos ali. Boa parte dos jovens que saem da vila para continuar os estudos acabam não voltando para Dois Rios. Com isso, também há o sentimento de perda não só da infraestrutura, mas de acabar vivendo em um território que não apresenta garantia de futuro para as próximas gerações.

> "Viver aqui em Dois Rios é esperar o filho crescer e ir embora para Angra. É difícil despertar o interesse do jovem aqui. Ou ele não segue os estudos e trabalha pra UERJ nos serviços que têm, ou eles saem e não voltam mais. Desde cedo que as crianças saem da enseada para estudar" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Quanto à infraestrutura de saúde, o principal apontamento é sobre a preocupação com o acompanhamento de doentes ou com os deslocamentos de pacientes, principalmente de idosos e crianças. Na enseada há um posto médico que funciona dentro do perfil de saúde preventiva, fornecimento de medicações e atendimento pontual aos casos de baixa complexidade. Nesse posto atuam um médico, que realiza consultas mensais agendadas, e uma enfermeira, que vai ao consultório três vezes na semana.

> “A saúde aqui na enseada é complicada. Se alguma criança ou idoso se acidentar ou passar mal no fim de semana é bem difícil. As pessoas têm que pedir ajuda da Associação para ir até Abraão. Durante a semana até tem a enfermeira, mas ela não consegue atender todos os casos. Ela ajuda mais para medir pressão, distribuir os medicamentos e fazer um curativo mais simples” (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Para atendimentos de serviços básicos de determinados graus dentro da baixa e média complexidade, e primeiros socorros emergenciais, os moradores precisam se deslocar até Abraão para serem atendidos no Posto Municipal Eduardo Peregrino. O transporte é feito pelos próprios moradores, com o suporte da Associação que fornece o carro para o traslado. Contudo, o veículo disponibilizado não é adaptado nem qualificado para realizar esse tipo de transporte, o que acaba expondo mais ainda o paciente aos riscos de agravamento do quadro. Já para atendimentos de média e alta complexidade, além do translado até Abraão, é necessário deslocamento para Angra dos Reis, onde há disponibilidade no serviço público de saúde tanto municipal quanto estadual. Esse deslocamento até a sede municipal, na maioria das vezes, possui atendimento emergencial feito por bombeiros e Defesa Civil em lanchas específicas.

Sublinha-se ainda que algumas considerações feitas, em especial pelas moradoras com mais de 40 anos vivendo na enseada, são debruçadas nas lembranças da infraestrutura de saúde existente na época do presídio. Nesse período, a saúde era garantida pelas freiras, que além da saúde também realizavam assistência social. A sensação de insatisfação, para além da situação atual, é alimentada por toda a assistência vivida no período do IPCM. Conforme apontado por uma das moradoras, "antigamente nós tínhamos uma assistência melhor, as freiras eram responsáveis pela nossa saúde”. Desse modo, percebe-se que para além de pensarem em um contexto mais coletivo do uso da infraestrutura, considerando em seus apontamentos mais a preocupação com jovens e idosos, elas ainda realizam uma postura de comparação com um período em que lhe eram mais disponíveis os serviços dentro do próprio território. Resultando assim, em uma análise de perda de pertencimento, a partir do momento em que suas colocações sempre estão na terceira pessoa do plural quando apresentam o passado, e quando abordam o presente colocam como sujeito a enseada: “Hoje a enseada não pode ficar doente. Na época do IPCM nós tínhamos tudo, as freiras realizavam atendimentos. Não nos preocupávamos se alguém torcia o pé ou tinha uma febre” (relato coletado no campo de 2019 da moradora de Dois Rios, com mais de 45 anos vivendo na enseada).

Já no que tange ao fornecimento de energia e saneamento básico na enseada, destacam-se nos apontamentos aqueles voltados para as quedas de luz decorrentes de deslizamentos de terra ou quedas de árvores e galhos na trilha Abraão x Dois Rios. Para as mulheres, a falta de

infraestrutura nessa estrada é a causa de muitas de suas preocupações, tanto no que tange à acidentes em moradores, principalmente jovens e crianças, quanto no que se refere à interferência nos serviços disponibilizados, como o transporte e o fornecimento de energia, e que limitam também o fornecimento de serviços de saúde, educação e abastecimento. Principalmente para as moradoras com menos tempo morando em Dois Rios – em torno de 30 e 35 anos vivendo na enseada – as críticas à essa estrada são sempre voltadas para o quanto essa falta de manutenção interfere em suas dinâmicas de vida, reforçando sempre a instabilidade da energia fornecida na enseada e destacando os jovens de crianças.

> "Aqui a luz é horrível. É fornecida pela Enel e vem nos postes ao longo da estrada. Sempre um poste cai, ocorre algum deslizamento de terra ou queda de árvore e o serviço aqui fica instável. A gente depende bastante da luz. Todas as nossas atividades dependem de luz. É difícil manter o restaurante, manter a biblioteca para as crianças e jovens. Eles sofrem mais com essas quedas de luz, tudo agora é internet e televisão" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

> "Os fios ficam muito expostos na estrada. É perigoso porque tem muito deslizamento. Além de ter muita gente andando por lá, fazendo o transporte de bicicleta ou a pé. Acho aqueles fios desencapados um perigo para todos. É necessário vê se fazem uma melhora naquilo, já levei para a Associação" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Ao levantar questões sobre o saneamento básico e coleta de lixo na enseada, as moradoras não pontuam grandes diferenças quanto ao período de atuação do IPCM, nem destacam grandes críticas sobre os serviços atuais. Para fins de apresentação da realidade atual, pontua-se que a água é encanada, captada na própria ilha, e o esgoto é no sistema de fossa. A fala mais presente é no que tange à coleta de lixo, realizado pela Prefeitura de Angra dos Reis, e o seu descarte no lixão em Abraão. As colocações expõem certa preocupação com os resíduos gerados e colocam formas possíveis para reciclarem os diversos materiais encontrados na enseada, inclusive apontando coleta seletiva. Outro destaque é em torno de reconhecerem a diferença entre o lixo produzido pelos moradores e aqueles deixados pelos turistas, sinalizando certa necessidade de maior compreensão por parte de quem visita a enseada em realizar o correto descarte dos resíduos gerados. No mais ainda há também alguns pontos pontuais de queimada de lixo, mas não entraram muito em detalhes quando abordadas.

> "Seria bom ter coleta seletiva e uma reciclagem mais organizada. Tem um grupo de artesãs na biblioteca que fazem vários trabalhos com garrafas pet e tampinhas. O lixo é descartado no Abraão e depois de um tempo acho que é levado para Angra. Poderia saber aproveitá-lo melhor" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

> "Tem muito turista que joga lixo ao longo da trilha, deixa lixo na praia e manguezal. Tem que ficar limpando sempre. Tinha que ter coleta seletiva, instruir o turista a jogar o lixo no local certo. O INEA podia deixar uns avisos, a gente não pode fazer nada na enseada, mas os turistas vêm e jogam lixo" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Somado a isso, vem a comparação com o passado realizado pelas moradoras mais antigas entrevistadas. A limpeza e manutenção da enseada eram realizadas pelos presos com certa regularidade. Mais do que a coleta de lixo, as pinturas das edificações, calçadas e manutenção de limpeza das vias e infraestruturas públicas eram sempre realizadas, garantindo assim um ambiente limpo e adequado para os diversos usos, principalmente as práticas de lazer nas praças da enseada. Atualmente esse serviço é feito pela Prefeitura de Angra dos Reis, principalmente a retirada da vegetação alta, e por alguns funcionários do CEADS, contudo, não com a qualidade e regularidade feita pelos presos. Essa alteração da manutenção das áreas externas é muito sentida pelas moradoras, e acaba trazendo para a vila um aspecto que potencializa o sentimento de abandono.

> "Antes os presos pintavam tudo, era tudo arrumadinho! Não tinha mato alto, o rodapé das calçadas era pintado, as quadras sempre foram ajeitadas, as praças arrumadas bonitinhas. A gente tinha gosto para sair de casa e ir nesses lugares. Hoje a enseada não tem nada. Olha por aí e tem calçada rachada, mato alto, pintura desbotando. Chega a dar um sentimento de tristeza! As crianças não têm nem lugar para brincar direito" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 50 anos vivendo na enseada).

Ainda sobre a gestão dos resíduos da enseada, um detalhe curioso nas falas é a projeção de responsabilidades para o INEA, principalmente no que tange à conscientização dos turistas, uso adequado das praias e ambientes visitados, além do descarte correto de lixo. Essa falta de cuidado realizado por alguns turistas gera insatisfações voltadas para as restrições que os moradores possuem na enseada por conta da presença do PEIG, e a liberdade que o turista possui ao visitar o local sem o correto uso dos recursos e respeito ao ambiente: "Na verdade, sinto que quem mais está sujando a enseada são os turistas. Eles vêm, comem, bebem e deixam as coisas jogadas por aí" (relato coletado no campo de 2019 da moradora de Dois Rios, com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Seguindo com as análises de fornecimento de serviços, outro ponto bastante comentado foi sobre as áreas de lazer e as infraestruturas turísticas. Os apontamentos feitos anteriormente sobre a manutenção das estruturas disponíveis, soma-se ao entendimento da disponibilidade de áreas de lazer e de entretenimento que eram fornecidos pelo IPCM. Como apontado pelas moradoras, além da praia, tinham praças, quadra e campo de esportes, espaços de convivência, como o lugar conhecido como sinuca, salão para realizarem festividades e até sala de cinema e

espaço multimídia.

> “Antes nós tínhamos vários espaços de lazer. As crianças brincavam sem preocupação. As praças têm uma história, cada uma tem monumentos históricos importantes para a memória do presídio e seu significado, além de serem espaços onde nos encontrávamos e conversávamos. Isso poderia ser revitalizado. Agora fica cada um em suas casas, não tem muito o que fazer, até tem um espaço de convivência, mas as festas nem acontecem mais tanto” (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 45 anos vivendo na enseada).

> “Lembro que tínhamos o cinema! Tinha a sinuca, fazíamos muitas festas, vinha gente até de fora! Até pouco tempo foi assim, agora as coisas estão parando de serem feitas, fico mal pelos jovens e crianças, mereciam espaços melhores para aproveitarem a idade. O Museu está reformando alguns espaços, como o espaço de convivência. Iniciativa bacana!” (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

Corroborando com o apontado acima, também vem as preocupações com o entretenimento das crianças e jovens. Atualmente a vila conta com espaços que foram revitalizados pelo Ecomuseu, em um projeto de extensão, que realizou a reforma do espaço de convivência, de uma quadra de esportes e da biblioteca comunitária. No mais, só há a praia, demais espaços que antes eram praças e quadras e os dois bares/restaurantes. Em suas colocações, as moradoras identificam uma maior necessidade do desenvolvimento de atividades com as crianças, principalmente por parte do CEADS e INEA. Pelas suas descrições, apontam que seriam importantes ações dentro da Educação Ambiental.

> “Quanto ao lazer não temos nada, praticamente. As crianças até brincam na rua mas tem pouca atividade que envolvam eles. Podia ter mais atividades do CEADS ou do INEA, sabe? elaborar umas gincanas, atividades culturais. Se eles não estão correndo por aí, fica tudo dentro de casa. O mesmo com os adultos. Às vezes a gente se encontra em um bar, agora com o espaço de convivência reformado dá até para pensar em mais coisa” (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Junto com os apontamentos de lazer estão as comparações feitas com a atividade turística. A maioria das moradoras ao passo que colocam as insatisfações com as áreas de lazer para os moradores, principalmente crianças e jovens, também ressaltam que essa falta de investimento prejudica a atividade turística. Apontam que em muitos casos tem turistas que nem sabem que a vila era um antigo presídio, ou então, aqueles que sabem só vão até o Museu e voltam, às vezes nem aproveitam a praia ou consomem no bar e restaurante existente. Elas também consideram que pela trilha ser longa, a vila poderia fornecer melhor estrutura para receber, sendo colocado interesse em ter mais barcos que atendessem o translado até outra enseada, ou até mesmo cobrarem tarifas nos ônibus que fazem translado até Abraão.

> “Tem turista que chega passando mal pela caminhada, aí vão na praia e logo tem que ir embora. Outros visitam os museus e passam direto pelo bar da Tereza ou outro restaurante, parecem que não sentem a vontade de consumir aqui. Tinha que ter uma

> forma de incentivar melhor a vinda deles para cá" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

> "Eu acredito que a estrada poderia melhorar, ter mais barco também.Podia ser cobrada alguma taxa no ônibus também, às vezes vai vazio e as pessoas tem que voltar andando para Abraão. Podia ganhar uma renda com isso também, aposto que todo mundo ia querer ir, mas sempre dando preferência para morador" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Para as moradoras, principalmente as com mais tempo de morada na enseada, o PEIG teria a condição de atrair mais o turismo se realizasse melhor manutenção na estrada, revitalizasse a vila e fornecesse mais infraestruturas para receber esses turistas. As moradoras sentem que ao passo que chegam em Dois Rios, por verem o ambiente praticamente abandonado e as casas em ruínas, os turistas podem achar que não precisam jogar o lixo nos locais adequados e até podem usar drogas. Acreditam que essa maior infraestrutura na vila, somado ao apontado mais acima de maior fornecimento de serviços para se chegar até a enseada reduziriam os usos indevidos que os turistas fazem atualmente. Dessa forma, apesar do interesse sobre maiores arrecadações econômicas e melhor infraestrutura por conta do turismo, elas também colocam a insegurança sobre o aumento da violência.

> "Tem gente que chega aqui e usa drogas na praia. As pessoas pensam que o local está abandonado e aí se acham no direito de fazer o que quiser. Nunca que na época do presídio alguém ia chegar aqui e usar droga. Tem dias que a gente nem vai na praia dependendo do grupo que está lá. Acho que se tivesse tudo arrumado, com a presença maior do INEA, além dos guardas na guarita, isso não aconteceria. O descaso com a vila também afeta o turismo que eles querem" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

Complementando essa ideia, também apontam a necessidade de maior envolvimento da população com os turistas, sendo possível desenvolverem espaços onde possam falar um pouco de sua relação com o território ou até mesmo fazerem alguma exposição no Ecomuseu. Para além das melhorias de infraestrutura, elas visam que as relações humanas e sociais também seriam importantes e trariam mais protagonismo aos moradores. Em sua fala, uma moradora traz a sensação de invisibilidade. Ela sente que apesar das pessoas irem procurar a história do presídio e de como era na época, essas não veem os moradores como a história viva, com memória e lembranças que podem ser muito mais interessantes do que o que está escrito no museu.

> "Os turistas chegam aqui e às vezes nem olham para gente, vão direto para os pontos de interesse. Do que adianta ir querer saber sobre o presídio lá no museu e ignorar a gente que viveu tudo aquilo? Seria legal se a gente pudesse falar com eles, pudesse ter mais participação junto com o museu. Tem muito morador aqui que tem histórias que ensinam mais que o que está escrito lá. A gente é invisível, mas eles querem vim aqui saber como a gente vivia" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Finalizando as análises sobre a infraestrutura e equipamentos de serviços, sublinha-se que as moradoras com menos tempo morando na enseada sempre reforçam em suas críticas o apontamento dos responsáveis pela enseada estar da forma apresentada atualmente. Projetam para esses agentes, principalmente INEA e CEADS, a falta de serviços adequados para sua permanência na enseada, considerando que para além da responsabilidade dos moradores, é necessário ter um órgão responsável regendo e ofertando a infraestrutura necessária. Mesmo não fazendo tanta comparação com a realidade passada, conforme realizado pelas mulheres que moram há mais tempo, essas mulheres ainda trazem consigo o entendimento, instituído na época do IPCM, de ter uma instituição que administrava e garantia toda a dinâmica da enseada, incluindo a infraestrutura para a manutenção dos seus habitantes.

No entanto, ainda se ressalta a dificuldade encontrada pela população para reconhecer a quem recorrer para que seja reivindicado os direitos básicos ao acesso de infraestrutura na enseada. Como colocado no capítulo 1, identifica-se uma não clareza de quem é a competência sobre o bem-estar dos moradores da enseada. Consegue-se vincular responsáveis específicos para os temas considerados como linhas de atividade econômica em Dois Rios, como: conservação ambiental vinculada ao INEA; turismo vinculado à Fundação de Turismo de Angra; e o desenvolvimento de pesquisa vinculado ao CEADS/UERJ. Contudo, quando as questões são sobre os moradores e oferta de infraestruturas de serviços, em específico às suas residências e manutenção, as organizações apenas articulam-se na defesa ou ataque pela garantia de posse. Desta forma, há uma clara transferência de competências municipais e estaduais para a responsabilidade da UERJ, mesmo esta última deva apenas considerar atribuições assumidas no Termo de Cessão. Portanto, o CEADS acaba concentrando a maior carga de responsabilidades pelas lacunas e deficiências do território, junto com o INEA, visto como o responsável por ter imposto determinadas restrições de uso e manutenção da enseada, sendo considerado um entrave.

3.3 **Sobre o Transporte e Mobilidade**

A partir do exposto no capítulo 2, quando os contextos do transporte e da mobilidade são colocados como lentes de análises em Dois Rios, considerando o levantamento feito nas entrevistas com as moradoras insulares, identifica-se uma fragilidade na mobilidade da enseada, principalmente no que tange a circulação das mulheres. A dificuldade de deslocamento para

outras enseadas da Ilha Grande surge como uma grande limitação das áreas de lazer e acesso aos serviços, principalmente de saúde, fornecimento de energia, abastecimento e educação. No mais, essa temática também é considerada um dos pontos principais quando apontadas as percepções sobre a sensação de insegurança na enseada e quando colocadas dificuldades para o desenvolvimento da atividade turística.

> "Para mim o que mais isola a gente é essa estrada sem manutenção e a dificuldade que temos em pegar embarcações. Na época do presídio tinha uma regular manutenção, os presos que ajeitavam tudo na estrada. Hoje ela está em péssimo estado e dependemos dela para tudo, até para ter energia dependemos dela, se cai uma árvore lá, acabou a luz aqui. Quando começa a chover muito, sempre fico mais preocupada com as crianças que precisam ir para escola, as pessoas que precisam trabalhar, ir no posto médico" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 45 anos vivendo na enseada).

Como já colocado no subitem de Infraestrutura e Equipamentos de Serviços, a enseada possui uma carência no fornecimento de serviços, o que exige deslocamento para Abraão. Entretanto, esse deslocamento além de não possuir modais diferentes de transporte é controlado por um sistema de horário e dia determinados pelo CEADS e Associação de Moradores: primeira ida para Abraão às 8h com volta para Dois Rios às 10h30; e segunda ida para Abraão às 16h com retorno para Dois Rios às 17h.

Esse sistema é ofertado a partir de um ônibus fornecido pelo CEADS e um outro ônibus da Associação de Moradores, que no momento se encontrava quebrado. Além destes, também há a circulação do ônibus escolar e um carro da Associação que realiza pontuais deslocamentos para Abraão, principalmente em necessidades emergenciais, como casos de emergência médica ou falta de ônibus. Na estrada Abraão x Dois Rios também possui a circulação de outros carros do CEADS – estes mais voltados para o atendimento do centro de pesquisa – e de carros do INEA, usados para deslocamento dos guardas-parques. Não houve apontamentos por parte das mulheres quanto a utilização desses últimos para uso de transporte até Abraão.

Conforme apontado pelas mulheres, o sistema atual atende principalmente a demanda de quem se desloca a Abraão para trabalho, dentro dos horários comerciais normais[25]. Entretanto, caso a necessidade seja voltada para uso dos serviços ou infraestruturas da enseada como mercado, farmácia, médico, restaurantes, entre outros, estes horários muitas das vezes não suprem as necessidades. Caso percam o horário de retorno às 10h30min, deve-se esperar até o horário das 16h para conseguirem retornar à Dois Rios.

[25] Já para aqueles que trabalham em Angra dos Reis, o mais considerado é passar a semana na sede do município e só retornar aos fins de semana para a enseada. Deslocamento que acaba incentivando a saída permanente da Ilha Grande, visto que é mais fácil se manter no continente.

> “Hoje aqui na enseada você não tem mais nenhum serviço e quando vai para Abraão tem que passar o dia lá para poder ir e voltar de ônibus. Às vezes eu só quero ir no mercado, mas se tiver muito cheio é certo de ter que ficar por lá. Tem que inventar coisa pra fazer, eu faço uma lista para resolver tudo de uma vez” (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

Apesar de não expressarem muito descontentamento com esses horários diários, as moradoras com menos tempo na enseada pontuaram que dependendo da demanda, seria necessária uma flexibilidade no horário. Elas apontaram que para ir em uma consulta médica ou até em uma entrevista de emprego, dependendo do horário, precisam sair bem mais cedo da enseada e fazer hora em Abraão ou na sede municipal. Essa dinâmica acaba atrapalhando outros compromissos ou tarefas do dia e sentem que se fossem mais organizadas, quanto um coletivo, poderiam pressionar para serem atendidas em horários alternativos de forma esporádica.

> “Sair da enseada é praticamente um dia perdido, principalmente quando os seus compromissos não batem com o horário do ônibus. Se não conseguir marcar consulta cedo em Abraão ou em Angra, tem que sair no horário do ônibus e fazer hora. É horrível porque você tem outras responsabilidades, precisa cuidar de criança, fazer comida, às vezes trabalha no CEADS. Normalmente esses horários atendem, mas poderiam ser mais flexíveis. É difícil para as mulheres pegarem essa estrada andando, os homens ainda pegam mais, andam mais de bicicleta. Mas a gente às vezes até tem que levar a criança, é horrível! Creio que podíamos nos unir mais para pedir isso” (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

A partir da fala supracitada também foi possível identificar o uso de bicicletas e deslocamentos a pé para se chegar até Abraão em horários mais flexíveis. Contudo, essa colocação foi realizada de forma crítica à circulação alternativa que, na maioria das vezes, é realizada por homens. Dessa forma, reforça-se a questão de a mulher ter a necessidade de uma maior oferta de serviços de mobilidade que contemple o deslocamento para além de seu corpo individual. Analisar a circulação da mulher é também levar em consideração sua dinâmica de vida, compromissos e demais agentes do espaço em quem elas se assumem como responsáveis que, nesse caso da enseada, seriam principalmente as crianças.

Em nenhuma das falas sobre a mobilidade e transporte, as mulheres deixaram de apontar preocupações que ultrapassassem sua demanda individual de deslocamento. Todas realizaram na forma de ponderações ou justificativas para os questionamentos as suas demandas como trabalhadoras, mães, esposas, avós, filhas, sem fazerem grandes separações entre uma atuação e outra. Para as moradoras, todos esses papéis estão muito ligados e em conjunto nos seus corpos, demandas e ações. Somado a isso, ainda é perceptível uma postura coletiva e de rede para que essa circulação seja realizada. É possível observar em suas colocações que sempre há o suporte de outras pessoas, principalmente outras mulheres, para que a ida até a outra enseada

ou sede do município seja feita da melhor forma.

> "Além dos ônibus tem as bicicletas, mas é difícil pedalar na estrada com essas condições, ainda mais quando precisamos levar nossos filhos também. Quando é assim, às vezes é até o pai que vai junto também, mas é difícil acontecer, na maioria das vezes peço até a vizinha para ficar de olho com a criança. Enfim, se perdemos o ônibus é certo perdermos o compromisso, isso se a gente não se organizar antes com vizinha ou marido" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

> "Se você não está acostumado a ir em Abraão sempre, para ir as mulheres tem que antes organizar a vida do dia inteiro. Já fiquei com filho de amiga depois da escola, ou então tem que esquematizar de ir com a criança ou pegar a criança na escola lá mesmo e ficar com ela resolvendo as coisas. Ah! Ainda tem que deixar comida pronta!" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

> "Eu cuido bastante do meu neto ou de outras crianças para as moradoras irem a Abraão. Ficar com a criança pendurada enquanto você resolve as coisas não dá, né? Aí elas voltam da escola e eu fico de olho. Já é complicado organizar para ir, se a gente não ajudar piora mais" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 45 anos vivendo na enseada).

Continuando a análise sobre essa temática, destaca-se que somado ao inflexível horário de deslocamento, as mulheres também colocaram como pontos negativos deste serviço de transporte a precariedade que se encontram os ônibus. Com base em seus relatos, é bem difícil ter os dois ônibus em funcionamento, sendo o que mais funciona o do CEADS, pois o da associação encontra-se parado com muitos problemas mecânicos. Mesmo em funcionamento, o próprio ônibus do CEADS apresenta uma estrutura sucateada com bancos soltos, bastante quente e sem manutenção regular adequada para suportar a demanda atual da enseada e aguentar as condições do translado realizado na estrada. "O calor dentro do ônibus é grande! A gente vai se sacudindo daqui até Abraão. Junta tudo: a situação da estrada cheia de buracos e o banco solto do ônibus. Os moradores mais velhos sentem muito" (relato coletado no campo de 2019 da moradora de Dois Rios, com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Além destes apontamentos quanto à infraestrutura do serviço, as moradoras também colocam como dificuldades em seus deslocamentos para Abraão a estrada que liga as duas enseadas. Segundo elas, a estrada Abraão x Dois Rios antes tinha uma regular manutenção realizada pelos presidiários do IPCM, e atualmente destoam ao apontar de quem seria a responsabilidade de manter a estrada em boas condições – umas consideram ser o INEA, já outras o CEADS. Entretanto, independente de quem se vincula a incumbência, todas colocam que suas maiores preocupações ao usarem a estrada estão relacionadas à falta de iluminação, sinalização e segurança.

> "Essa estrada tinha manutenção regular na época do presídio, hoje às vezes tem uma manutenção pelo CEADS ou INEA. Acho um absurdo ela não ser mantida melhor, ela não atende só a gente, ela atende o pessoal todo do CEADS, vem bastante gente

> pra cá e que usa bastante a estrada. Tinha que ter mais trabalhos voltados para a manutenção, principalmente para os buracos, podar as árvores que caem" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 45 anos vivendo na enseada).
>
> "É muito complicada a falta de iluminação e sinalização. Podia ter mais placas, quando tivesse algum deslizamento de alguma forma sinalizar melhor, sabe? Para um jovem distraído cair ou o ônibus não vê, passar em cima e causar um acidente é um pulo. Eu fico preocupada todo dia com as crianças indo para a escola, quando um idoso vai pra consulta médica. É um sentimento de insegurança mesmo" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

Corroborando com a citação acima, conforme apresentado no item de Infraestrutura e Equipamentos de Serviços, para essas moradoras a falta de infraestrutura nessa estrada é a causa de muitas de suas preocupações, como no caso da insegurança quanto aos acidentes com moradores, mas também essa falta de manutenção interfere na qualidade dos serviços disponibilizados, como já falado do caso de transporte e fornecimento de energia, além da forma indireta de interferência no acesso aos serviços de saúde e educação – visto que as interrupções na estrada impedem o deslocamento para se chegar às unidades de saúde e de ensino. As críticas à essa estrada são sempre voltadas para o quanto essa falta de manutenção interfere em suas dinâmicas de vida.

> "O que me preocupa também é essas crianças indo para Abraão nessa estrada. Quando chove eu não mando meu filho. Como ir para escola sem ter uma mãe preocupada com uma estrada nessas condições? Fora que quando não manda tem que ver alguém para ficar com a criança para trabalhar. Até eu quando vejo que está nublado ou para chover evito de pegar a estrada." (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).
>
> "Quando chove muito a gente fica completamente isolado aqui, sem acesso à nada, nem à luz. Eu também acho que o estado dela agora acaba piorando ainda mais o estado dos ônibus. Não tem manutenção que o CEADS faça para aguentar aquilo. Tinha que ser algo pensado em conjunto: estrada e ônibus" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

Como colocado nas falas acima, em dias mais nublados ou chuvosos e perto do fim da tarde, a circulação na estrada fica mais complicada pela falta de iluminação e de sinalização adequadas, potencializando os riscos de acidentes. No mais, a falta de segurança apontada não está apenas relacionada aos acidentes, mas também à exposição aos assaltos, estupros e outros crimes que podem ocorrer ao andar em uma estrada sem infraestrutura adequada e sem fornecimento de vigilância. Destaca-se que esta última colocação foi diretamente vinculada à um dos maiores períodos pico de turistas e visitantes na Ilha Grande, entre os meses de dezembro e fevereiro.

> "Em janeiro, quando tem mais gente na estrada, eu não passo a noite por lá. Na verdade, já não se deve passar a noite em dia nenhum. Se eu perder o ônibus das 18h, durmo na casa de algum conhecido ou vejo se o CEADS ou o carro da Associação estão pelo Abraão. Eu não sei quem se enfia no mato essa hora da noite,

> principalmente em janeiro, cheio de gente na Ilha de vários lugares do mundo, não vou me arriscar com tanta gente estranha" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).
>
> "Tem homem que se arrisca, mas a maioria das mulheres, pode perguntar, não gosta muito dos meses de pico de turista. Muitos chegam aqui com drogas, tacam lixos na estrada. Imagina se de noite a gente vai passar por lá? Eu não confio em quem não conheço, tenho medo de acontecer alguma coisa comigo. Já pensou ver uma mulher sozinha nessa estrada de noite?" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

A insegurança ao passar em uma estrada sem manutenção e equipamentos adequados, somado à desconfiança da circulação de pessoas desconhecidas acabam se tornando empecilhos nos deslocamentos das moradoras da enseada. Pelas falas, elas sentem medo e muito mais expostas aos potenciais crimes e acidentes que podem ser cometidos nessa estrada, que não é estruturada para lhe fornecer segurança e conforto para circulação. Em seus apontamentos, ser mulher atravessando esse ambiente pode as tornam totalmente vulneráveis e junto com as atitudes de determinados visitantes, possíveis vítimas de crimes, principalmente sexuais. A sensação de segurança fornecida pelo IPCM já é inexistente, e o principal causador do sentimento de desconfiança ou insatisfação com os visitantes está nessa sensação de insegurança e maior possibilidade de crimes serem cometidos.

> "Eu não gosto quando eles fumam drogas na praia, eu não vou lá quando tem muito visitante. Se eu vejo que a estrada está muito movimentada, prefiro ficar em casa mesmo. Já escutei casos de assaltos na estrada, usos de drogas por lá. Como está praticamente abandonada, eles acham que podem fazer qualquer coisa. Ai eu, mulher, passo por um grupo desses e eles acham que podem fazer o que?" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 30 anos vivendo na enseada).

Por fim, uma das grandes questões que também tangem o sistema de transporte e a mobilidade, é o fato de no verão, além da organização entre moradores e pesquisadores do CEADS, ainda há o translado de alguns visitantes, principalmente aqueles que perdem a hora de voltar pela trilha em um horário permitido – até 15h, antes do Sol se pôr. Elas acreditam que a desinformação destes visitantes, principalmente quanto a estrada, é um dos maiores problemas para quem chega na enseada. Diante disso, acreditam que é a falta de informação o principal motivo para o mau uso da estrada, o aumento da demanda por traslados e para os riscos de acidentes ou crimes.

> "Por mim, tinham que ter mais placas sinalizando os horários que são permitidos circular na estrada, tinha que ter mais informação sobre Dois Rios, o que já foi, o que é agora. Podiam também incentivar a jogar lixo no lixo a não usarem drogas. Ia ficar bonito a estrada com umas placas, toda arrumadinha. Eles não iam sentir que poderiam fazer qualquer coisa ali." (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 50 anos vivendo na enseada).

Considerando os apontamentos sobre a sinalização adequada, as próprias moradoras

acham que seria mais interessante, até mesmo para o turismo, se a estrada possuísse sinalização quanto a altitude, tempo de chegada, informações sobre Dois Rios, avisos de riscos de acidentes, sinalização de áreas onde ocorreram deslizamentos ou com risco de ocorrência, e boas práticas de uso – este último sendo colocado como trivial por conta da quantidade de lixo jogada ao longo da Abraão x Dois Rios e o consumo de drogas. No mais, elas acreditam que o INEA teria a condição de atrair mais o turismo se realizasse melhor manutenção na estrada e investisse nesse tipo de Educomunicação.

> "Essa estrada já é longa e cansativa. Seria legal para o próprio turista fazer a trilha e poder parar pra ler algo sobre a gente de Dois Rios, ou então ter ciência do quanto ele já andou e do quanto falta. Vejo o visitante chegar aqui arrependido do tanto que andou. Enfim, minha filha, a estrada do jeito que está não é bom para ninguém" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 40 anos vivendo na enseada).

> "Acho que o INEA e o Parque podiam se juntar com o CEADS para fazer uma grande manutenção. Colocar uns avisos legais, podar as árvores que estão para cair, limpar tudo. A estrada em bom estado não é só para os que moram aqui não, é interessante até para eles que querem o turismo aqui" (relato coletado no campo de 2019, moradora com mais de 35 anos vivendo na enseada).

3.4 **Matrizes de interação com a categoria gênero**

A partir da apresentação dos relatos das moradoras, identificou-se a possibilidade de cruzar as suas percepções sobre a enseada com o que os instrumentos de Gestão do Território tinham de diretrizes dentro das temáticas de Função Social, Infraestrutura e Equipamentos de Serviços, e Transporte e Mobilidade. Dessa forma, foi elaborada uma matriz para cada instrumento apresentando as avaliações do potencial de interação com a categoria gênero (capítulo 2) e realizando o cruzamento com os graus de divergência identificados, a partir de uma análise do percebido pelas moradoras de Dois Rios.

Conforme já apontado em outros momentos desta dissertação, o contexto de pandemia da COVID-19 levou à adoção de uma estratégia metodológica com enfoque maior nas percepções da autora sobre os dados previamente levantados ao cenário pandêmico, junto com a análise de documentos oficiais de Gestão do Território. À vista disso, sublinha-se que o grau de divergência considerado como referência para as matrizes apresentadas é resultado de análises e conclusões da pesquisadora. Não foi possível realizar uma troca maior com as moradoras para que fosse apresentado as temáticas e solicitado apontamentos mais assertivos sobre os instrumentos. Contudo, os relatos coletados em abril de 2019 foram bastante significativos e forneceram subsídios para que um grau de divergência entre o proposto nos

instrumentos e o percebido pelas moradoras fosse construído.

Quanto ao uso do grau de divergência, este foi escolhido com base no posicionamento das mulheres da enseada. Em todo os momentos, independente da opinião colocada, elas se posicionavam em oposição à realidade local e aos agentes envolvidos. Havia sempre a fala sobre o que elas viviam no passado e sentiam atualmente, sem se identificarem muito com a dinâmica atual, reconhecida como aquela imposta pelo novo interesse da Ilha Grande: a atividade turística. Em suas percepções, ocorriam os reconhecimentos dos seus contextos seguidos de críticas ao cenário atual da vila de forma distante e separada, demonstrando desconforto sobre o vivido. Ao utilizarem o pronome "nós" para se referenciarem ao período do presídio e usarem a terceira pessoa do plural para fazerem críticas ao cenário atual, elas se colocam como pertencentes ao período passado, trazendo um sentimento predominante de remanescência e negligenciamento. Há um sentimento comum de se sentirem não mais representadas em seu local de moradia, e uma consciência de que a intenção atual é de cada vez mais retirá-las do território.

Dessa forma, a avaliação qualitativa sobre o percebido pelas moradoras seguiu na identificação do quanto as suas colocações se divergiam do identificado como potencial para a interação com a categoria gênero em Dois Rios. Foi analisado o quanto em suas falas a realidade de ser mulher influência nas suas percepções sobre a vila, e o quanto isso coloca as temáticas e os instrumentos, avaliados nesta dissertação, mais distantes ou próximos da possível interação com a categoria que traz como viés de análise o recorte de gênero.

Para realizar as análises, primeiramente foi definido uma matriz de referência com os possíveis cruzamentos dentro de cenários avaliativos. Essa definição é apresentada no Quadro 9. Nela foi possível identificar que quando a avaliação do potencial de interação com a categoria gênero era classificado como alto ou médio, o que dava mais peso na medição de seu grau de interação era o grau de divergência. Dessa maneira, em potenciais altos e médios, quanto maior era o grau de divergência, menor seria a interação com a categoria gênero. Já quando o potencial de interação era classificado como baixo, independente de divergências altas ou médias com o percebido, o seu grau de interação se mantinha como baixo, visto que as percepções das mulheres já traziam realidades diferentes e distantes do que consideravam como relevantes para a sua dinâmica no território. Portanto, algo que já tinha baixo potencial, se mostrando muito divergente do percebido, intensifica seu baixo grau de interação. Contudo, quando um baixo potencial se apresenta com baixo grau de divergência, sua interação se torna média, uma vez que a aproximação com o percebido pelas moradoras potencializa sua exequibilidade no território.

Quadro 9 – Matriz de referência para cenários de cruzamentos.

Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero	Grau de divergência com o percebido pelas mulheres	Grau de interação com a categoria gênero
Alto	Alto	Baixo
Alto	Médio	Médio
Alto	Baixo	Alto
Médio	Alto	Baixo
Médio	Médio	Médio
Médio	Baixo	Médio
Baixo	Alto	Baixo
Baixo	Médio	Baixo
Baixo	Baixo	Médio

Fonte: A autora, 2021.

Considerando a referência de análise supracitada, a seguir são apresentadas as seis matrizes que analisam o grau de interação com a categoria gênero em cada um dos instrumentos de Gestão. Ressalta-se que apesar de terem sido considerados sete instrumentos, só foram realizadas seis análises por conta do não reconhecimento de potencial de interação com a categoria gênero no instrumento de Zoneamento Territorial.

O Quadro 10 apresenta a Matriz de Interação com a categoria gênero do Plano Diretor, instrumento de Gestão da esfera municipal. O Plano Diretor é aquele que mais possui subtemas desenvolvidos em seu documento, sendo todos avaliados com potenciais altos e médios de interação com a categoria gênero. Contudo, com exceção do desenvolvimento de pesquisas e projetos com a comunidade, todos os subtemas são identificados como de alto grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios e, consequentemente, são classificados como grau de baixa interação com a categoria gênero.

A Matriz que apresenta a Interação com a categoria gênero do Uso do Solo, outro instrumento sob esfera municipal, está no Quadro 11. Nela identifica-se que apenas três subtemas foram desenvolvidos em seu documento, sendo os usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local avaliados como de baixo potencial e com baixo grau de interação com o gênero, por conta do alto grau de divergência com o percebido pelas moradoras. O único avaliado como de médio grau refere-se à garantia de acessos aos serviços e equipamentos de infraestrutura.

Seguindo ainda na esfera municipal, a Matriz do instrumento Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande é apresentada no Quadro 12. Ele foi o segundo documento com mais abordagens dos temas desenvolvidos, tendo uma avaliação mais variada quanto ao teu potencial de interação com a categoria gênero, com dois potenciais baixos, um médio e dois

altos. Porém, seu grau de interação com a categoria é majoritariamente baixo, com apenas um grau de média interação voltado para a garantia de uma melhor circulação pelo território. Já no Quadro 13 está a Matriz do instrumento Código Ambiental, que seguiu o mesmo padrão do Uso e Ocupação do Solo, com dois graus de interação baixos e um médio. Contudo, foi o único da esfera municipal que abordou temáticas dentroda Função Social sobre a Educação Ambiental.

No que tange aos instrumentos da esfera estadual, temos a apresentação das matrizes para o Plano de Manejo (Quadro 14) e para o Termo de Cessão de Uso (*Quadro 15*). No Plano de Manejo identifica-se uma maior abordagem com os subtemas desenvolvidos, sendo todos classificados como de médio potencial de interação com a categoria. Pela maior parte das divergências também ser de médio grau, consequentemente, a interação final também é identificada como de grau médio, tendo apenas baixo grau de interação com a categoria gênero os subtemas da temática de Transporte e Mobilidade. Já o Termo de Cessão de Uso apresentou apenas relações com a temática de Infraestrutura e Equipamentos de Serviços, no qual todas são avaliadas como de médio potencial de interação, mas pelas divergências de médio e alto grau, acabam por terem a interação com a categoria dentro do perfil de médio e baixo graus.

Na forma de consolidação dos resultados, no Quadro 16 são apresentados todos os graus de interação com a categoria gênero de acordo com os instrumentos de Planejamento e Gestão do Território.

Quadro 10 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Plano Diretor (esfera municipal)

Temáticas	Subtemas desenvolvidos	Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero	Grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios	Grau de interação com a categoria gênero
Função Social	Usos voltados para a sustentabilidade emanutenção da população local	Alto	Alto	Baixo
Função Social	Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com acomunidade	Alto	Médio	Médio
Função Social	Educação Ambiental	*	*	*
Função Social	Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Garantia de acesso aos serviços e equipamentosde infraestrutura	Alto	Alto	Baixo
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Fornecimento de serviços e infraestruturas naenseada	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Qualidade de vida e sustentabilidade	Alto	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte	Médio	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Específica divulgação de informações e sinalização na infraestrutura de transporte	Médio	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Garantia de uma melhor circulação pelo território	Alto	Alto	Baixo

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

Quadro 11 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Uso e Ocupação do Solo (esfera municipal)

Temáticas	Subtemas desenvolvidos	Avaliação do potencial deinteração com a categoria gênero	Grau de divergência com opercebido pelas moradoras de Dois Rios	Grau de interação com a categoria gênero
Função Social	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção dapopulação local	Baixo	Alto	Baixo
Função Social	Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com a comunidade	*	*	*
Função Social	Educação Ambiental	*	*	*
Função Social	Garantia de divulgação da informação e participação socialnas tomadas de decisão	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos deinfraestrutura	Alto	Alto	Médio
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada	Alto	Alto	Baixo
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Qualidade de vida e sustentabilidade	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Melhorias nas condições de infraestrutura de transporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Específica divulgação de informações e sinalização nainfraestrutura de transporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Garantia de uma melhor circulação pelo território	*	*	*

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

Quadro 12 – Matriz de Interação com a categoria gênero da Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande (esfera municipal)

Temáticas	Subtemas desenvolvidos	Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero	Grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios	Grau de interação com a categoria gênero
Função Social	Usos voltados para a sustentabilidade emanutenção da população local	Alto	Alto	Baixo
Função Social	Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com acomunidade	*	*	*
Função Social	Educação Ambiental	*	*	*
Função Social	Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão	Baixo	Alto	Baixo
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos deinfraestrutura	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Fornecimento de serviços e infraestruturas naenseada	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Qualidade de vida e sustentabilidade	Baixo	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Específica divulgação de informações e sinalização na infraestrutura de transporte	Médio	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Garantia de uma melhor circulação pelo território	Alto	Médio	Médio

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

Quadro 13 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Código Ambiental (esfera municipal)

Temáticas	Subtemas desenvolvidos	Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero	Grau de divergência com o percebido pelas moradoras deDois Rios	Grau de interação com a categoria gênero
Função Social	Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção dapopulação local	*	*	*
Função Social	Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com acomunidade	*	*	*
Função Social	Educação Ambiental	Alto	Médio	Médio
Função Social	Garantia de divulgação da infomação e participaçãosocial nas tomadas de decisão	Alto	Alto	Baixo
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos deinfraestrutura	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada	Baixo	Médio	Baixo
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Qualidade de vida e sustentabilidade	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Melhorias nas condições de infraestrutura de transporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Específica divulgação de informações e sinalização nainfraestrutura de transporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Garantia de uma melhor circulação pelo território	*	*	*

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

Quadro 14 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Plano de Manejo (esfera estadual)

Temáticas	Subtemas desenvolvidos	Avaliação do potencial deinteração com a categoria gênero	Grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios	Grau de interação com a categoria gênero
Função Social	Usos voltados para a sustentabilidade e manutençãoda população local	*	*	*
Função Social	Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com acomunidade	Médio	Médio	Médio
Função Social	Educação Ambiental	Médio	Médio	Médio
Função Social	Garantia de divulgação da informação e participaçãosocial nas tomadas de decisão	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos deinfraestrutura	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada	Médio	Médio	Médio
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Qualidade de vida e sustentabilidade	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte	Médio	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Específica divulgação de informações e sinalizaçãona infraestrutura de transporte	Médio	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Garantia de uma melhor circulação pelo território	*	*	*

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

Quadro 15 – Matriz de Interação com a categoria gênero do Termo de Cessão de Uso (esfera estadual)

Temáticas	Subtemas desenvolvidos	Avaliação do potencial de interação com a categoria gênero	Grau de divergência com o percebido pelas moradoras de Dois Rios	Grau de interação com a categoria gênero
Função Social	Usos voltados para a sustentabilidade e manutençãoda população local	*	*	*
Função Social	Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com acomunidade	*	*	*
Função Social	Educação Ambiental	*	*	*
Função Social	Garantia de divulgação da infomação e participaçãosocial nas tomadas de decisão	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Garantia de acesso aos serviços e equipamentos deinfraestrutura	*	*	*
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Fornecimento de serviços e infraestruturas naenseada	Médio	Médio	Médio
Infraestrutura e Equipamentos de Serviços	Qualidade de vida e sustentabilidade	Médio	Alto	Baixo
Transporte e Mobilidade	Melhorias nas condições de infraestrutura detransporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Específica divulgação de informações e sinalizaçãona infraestrutura de transporte	*	*	*
Transporte e Mobilidade	Garantia de uma melhor circulação pelo território	*	*	*

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

Quadro 16 – Graus de interação com a categoria gênero por instrumento de Planejamento e Gestão do Território

Subtemas desenvolvidos	Plano Diretor	Uso do Solo	Código Ambiental	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	Plano de Manejo	Termo de Cessão	Zoneamento Territorial
Usos voltados para a sustentabilidade e manutenção da população local	Baixo	Baixo	*	Baixo	*	*	*
Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos com a comunidade	Médio	*	*	*	Médio	*	*
Educação Ambiental	*	*	Médio	*	Médio	*	*
Garantia de divulgação da informação e participação social nas tomadas de decisão	*	*	Baixo	Baixo	*	*	*
Garantia de acesso aos serviços e equipamentos de infraestrutura	Baixo	Médio	*	*	*	*	*
Fornecimento de serviços e infraestruturas na enseada	*	Baixo	Baixo	*	Médio	Médio	*
Qualidade de vida e sustentabilidade	Baixo	*	*	Baixo	*	Baixo	*
Melhorias nas condições de infraestrutura de transporte	Baixo	*	*	*	Baixo	*	*
Específica divulgação de informações e sinalização na infraestrutura de transporte	Baixo	*	*	Baixo	Baixo	*	*
Garantia de uma melhor circulação pelo território	Baixo	*	*	Médio	*	*	*

* Subtemas não vinculados ao instrumento.
Fonte: A autora, 2021.

A partir dessas matrizes e do apresentado no Quadro 16 é possível perceber que nenhum instrumento atendeu um grau alto de interação com a categoria gênero. Destaca-se ainda que até mesmo os graus médio e baixo estão muito mais relacionados aos atendimentos já existentes reconhecidos pelas mulheres, mas que não necessariamente possuem de forma assumida um recorte da categoria gênero para a sua atuação. Eles estão muito mais ligados às avaliações que consideram interações nos quais intrinsecamente já possuem um potencial alto e médio para desenvolverem metodologias com abordagem de gênero e ações feministas. Dessa forma, pode-se identificar que as lacunas não estão exatamente na falta de consideração da categoria nos instrumentos, e sim na falta de interpretação e ação das suas diretrizes considerando gênero como uma categoria de análise.

A divergência tão expressiva apresentada nas matrizes evidenciam as ações de Gestão que se orientam por viés econômicos e políticos que não incorporam em suas determinações para o território lentes para além daquelas que visão atender seus objetivos finais, como no caso da enseada em buscar uma preservação ambiental e desenvolver o turismo, não reconhecendo a presença dos moradores remanescentes do presídio. Como as próprias moradoras colocam em suas falas, a principal justificativa para Dois Rios se encontrar da forma em que se apresenta atualmente é porque “eles [os agentes] só querem turismo” (relato coletado no campo de 2019, moradora de Dois Rios com mais de 30 anos vivendo na enseada).

De forma geral observa-se que são classificadas como de médio grau de interação aqueles subtemas nos quais é possível identificar atuação da UERJ com a presença do CEADS e do Ecomuseu, como o desenvolvimento de pesquisas e projetos com a comunidade e a Educação Ambiental. Apesar de uma relação ainda sensível entre as moradoras e a instituição de ensino, as vezes em que são colocados apontamentos positivos sobre ações na enseada, a maioria envolve a presença da universidade e seu esforço em realizar projetos com a comunidade e que buscam melhorias, como o caso da reforma em suas instalações, oferta de oficinas e espaços de lazer.

Por fim, como mostra o Quadro 16, a maioria das avaliações dos instrumentos foi considerando baixos graus de interações com a categoria gênero. Apesar do quantitativo expressivo sobre altos potenciais de interação com a categoria, ao cruzar essa análise com os depoimentos feitos pelas moradoras da enseada, o cenário sobre essa interação se inverte. Mesmo tendo sido realizado o exercício de apontar e classificar possibilidades de uso da categoria gênero dentro das perspectivas feministas em seus instrumentos atuais, a Gestão ainda se aplica de forma bem distante do proposto nos quadros-síntese do capítulo 2.

Dessa forma, fica para reflexão que o movimento de se enxergar as possibilidades dentro do já considerado como vigente é apenas o primeiro passo para identificar as negligências e onde as ações de mudanças podem começar a ocorrer. Mesmo as ações de Planejamento e Gestão sendo consideradas como sexistas, machistas, racistas e homofóbicas, nelas estão contidas possibilidades de atuação para além das executadas. Basta mudar a ótica de análise desses documentos para começar a definir reações e práticas outras que sejam mais inclusivas, respeitosas às diversidades e feministas. Antes de propor execuções, é necessário saber interpretar para além do considerado já estabelecido dentro desse sistema hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões levantadas nesta dissertação foram realizadas para alcançar o objetivo de identificar o grau de interação com a categoria gênero nos instrumentos de Planejamento e Gestão Territorial de Dois Rios, levando principalmente em consideração as percepções das moradoras da enseada. Para isso, antes mesmo de abordar questões sobre Geografia e perspectivas feministas, foi visto como necessário apresentar as contradições, conflitos ou disputas em torno da Gestão e mecanismos de controle do território, podendo, assim, analisar as circunstâncias propulsoras para as realidades e dinâmicas existentes hoje na enseada. É necessário sempre fazer uma reflexão e análise crítica sobre como se estrutura e se compreende o cenário atual para que novos caminhos sejam identificados.

Somando à essas necessidades específicas para se atender ao objetivo principal, também se viu como importante trazer para a dissertação a avaliação do potencial de interação com a categoria gênero, a partir da leitura dos instrumentos de Gestão e análise feitas pela autora, que se identifica como pesquisadora, mulher e feminista. Dessa forma, foi possível apresentar as potencialidades já possíveis de serem realizadas dentro das perspectivas feministas, mas também se identificou a oportunidade de interpretar, com uma nova lente analítica, os documentos já instituídos como instrumentos de poder e controle de um território.

Seguindo com o processo metodológico, foi identificado que para além das análises no plano teórico sobre possíveis potenciais com a categoria gênero, também era reconhecido como relevante buscar os olhares das moradoras de Dois Rios sobre a enseada. Diante dessa necessidade, foram feitas as apresentações e análises dessas percepções buscando compreender como ser mulher nesse território atinge sua vivência, forma de utilizar os recursos e espaços, junto com a maneira de compreensão das suas realidades e proposição de alternativas de desenvolvimento.

A partir dessas exposições, foi possível materializar até que ponto as potencialidades teóricas de fato se tornam exequíveis na realidade atual de implantação da Gestão Territorial. Com isso, criou-se subsídios para realizar um cruzamento entre o avaliado no plano teórico – sobre o potencial de interação com a categoria gênero nos planos e legislações – com o vivido e experienciado pelas mulheres no território insular.

Como resultado desses caminhos de análise, atualmente, identificou-se que todo o conflito apresentado no território apenas leva em consideração instituições num plano macro

de disputas, envolvendo as esferas estadual e municipal. A preocupação que parece existir quanto à condição de existência dos moradores de Dois Rios, nada mais é do que apenas uma disputa sobre o controle desses moradores, tendo como objetivos sua retirada. As experiências de adaptações, sobrevivências, redes e articulações dos moradores não são inseridas nos instrumentos de Planejamento, nem nas ações de Gestão. Nessa linha de pensamento, identifica-se uma remoção silenciosa de direitos, principalmente quanto à Função Social, a questão fundiária e a sua precária infraestrutura de serviços, todas materializadas nas PLs. É possível concluir também, que os processos de regularização e demarcação são os principais conflitos que rodeiam essa dinâmica de exclusão e precarização da enseada.

Diante desse contexto supracitado, compreende-se a identificação de que ao cruzar as potencialidades de interação com a categoria gênero, nos instrumentos de Gestão, aos depoimentos feitos pelas moradoras da enseada, o cenário sobre o grau de interação com essa categoria não se apresenta favorável. Apesar do quantitativo expressivo sobre altos potenciais de interação com a categoria gênero, a realidade vivida pelas mulheres, com baixas percepções de atendimento de suas demandas, inverte o grau de interação com a categoria dos instrumentos analisados, tornando-os como a maioria de grau baixo. O cenário atual, apesar de possuir potenciais, não se apresenta com finalidades que busquem considerar narrativas, necessidades e demandas a partir da categoria gênero. As ações de Gestão possuem como referência instrumentos que podem ser analisados e executados de outras formas, seguindo por caminhos mais coletivos e que visam igualdade. Contudo, acabam sendo realizados de maneiras desfavoráveis para práticas feministas e descartando a utilização de uma categoria que envolve olhares diferentes para um território, além do entendido como aquele que garante fins lucrativos para determinados agentes.

Dessa forma, fica para reflexão que o movimento de enxergar as possibilidades dentro do já considerado como vigente é apenas o primeiro passo para identificar negligências e onde ações de mudanças podem começar a ocorrer. Mesmo as ações de Planejamento e Gestão sendo consideradas como sexistas e machistas, nelas estão contidas possibilidades de atuação para além das executadas. Basta mudar a ótica de análise desses documentos, para começar a definir reações e práticas que sejam mais inclusivas, respeitosas à diversidade e feministas. Antes de propor execuções, é necessário compreender o cenário atual, e saber interpretar contextos para além do considerado e já estabelecido dentro desse sistema hegemônico.

O poder em vigência não oferece às mulheres caminhos novos para pensar outras formas de poder e de conquistas de direitos. Ele apenas reforça a ideia de que é na dominaçãoe no controle que o poder atinge sua máxima expressão, sendo visto como modelo único para que

relações sejam instituídas. Na prática e nas análises sobre o território não se consegue ainda compreensão total de que o poder, compreendido como energia, força e interação efetiva, não precisa ser idêntico ao poder enquanto dominação dos integrantes.

A partir do exposto, ao buscar nas moradoras de Dois Rios características de poder dentro desse modelo de dominação e ações opressoras sobre os agentes, acaba-se por reduzi-las à integrantes passivos do território e submetidas às forças dominadoras. Olhar e analisar as circunstâncias nas quais vivem, dentro dessa perspectiva, é de antemão considerar que a falta de reações ativas e de organizações de um grupo representativo são características de uma parcela dos moradores que não possui interesse sobre as questões atuantes em seu território. Contudo, o contexto de Dois Rios não pode ser levado unicamente dentro do viés de disputas de poder que sempre se confrontam de forma ativa, dentro desse modelo de referência, para atingir um interesse econômico comum.

Em quase todo o século XX, o principal agente dominador daquele território foi o Estado com a presença de presídios. As instituições penais tiveram atuação na enseada por cerca de 90 anos e possuíam como uma das suas responsabilidades institucionais a manutenção de sua população, tanto carcerária quanto trabalhadora. A proposta de um presídio colônia e a sua instalação em uma enseada isolada fizeram com que todos os agentes de seu território demandassem dessa instituição o fornecimento da infraestrutura necessária para sua permanência. Dessa forma, todos os equipamentos de serviços, incluindo ofertas de lazer, cultura, educação e saúde eram de incumbência do IPCM e, de acordo com o apontamento das moradoras, atendiam muito bem as necessidades da população.

Como apontado no capítulo 3, as moradoras com menos tempo morando na enseada sempre falam em suas críticas sobre os responsáveis pela enseada estar da forma apresentada atualmente. Projetam para esses agentes, principalmente INEA e CEADS, a culpa pela falta de serviços adequados e que possibilitem a sua permanência na enseada. Isso apresenta que para além das responsabilidades dos moradores, é importante para elas a identificação de um órgão responsável regendo e ofertando a infraestrutura necessária. Mesmo não fazendo tanta comparação com a realidade passada, conforme realizado pelas mulheres que moram há mais tempo, essas mulheres ainda trazem consigo o entendimento, instituído na época do IPCM, de ter uma instituição que administrava e garantia toda a dinâmica do território, incluindo a infraestrutura para a manutenção dos seus habitantes.

A partir dessa compreensão, é possível identificar que há uma falta atual de mobilização dessas moradoras que pode advir de uma não necessidade pretérita de se organizar para exigir que suas demandas fossem atendidas, uma vez que em seu passado recente tudo já era ofertado

e com consentimento pela população. A ruptura com uma realidade que era planejada para fornecer tudo de forma ativa e vertical, mantendo seus habitantes em um regime de ordem e passibilidade, acabou seguindo para um caminho de Gestão no qual demandas não sãoatendidas e que exigem organização e ação da comunidade para que reivindicações sejam feitas. As alterações dos objetivos que guiam os instrumentos de Planejamento e Gestão do território de Dois Rios implicaram em mudanças abruptas de cultura e dinâmica de seus moradores, principalmente, das mulheres.

A época do IPCM não deixou apenas lembranças ou só está representada pelas edificações instaladas na enseada atualmente, ela ainda está bastante presente no modo de vida da população, na sua dinâmica de atuação e de como entendem que o fornecimento da infraestrutura para sua manutenção deve ser realizado. A questão não é a população não ter interesse em ver a enseada mais bem estruturada, ou que ela não tenha percepção crítica sobre o que acontece em seu território. O entendimento dessas falas se direciona para uma compreensão de que elas reconhecem os agentes de interesse dominantes no território, e que são eles que fornecem o que é possível, dentro de seus objetivos na enseada. É compreendido por essas mulheres que antes o IPCM fornecia tudo, pois era necessário a existência daquelas pessoas na vila. Já hoje, movidas pelas atividades econômicas do turismo, e não pelo interesse de manutenção dos habitantes, as infraestruturas são básicas e tendem a não atender mais suas totais necessidades.

Portanto, não se deve culpar a população pela sua passividade ou por não corresponderem às expectativas inflamadas dos pesquisadores quanto à sua consciência de classe e luta pelo território. Deve-se tentar compreender aquela realidade, identificar os pontos já existentes de organização – muito centrado na presença da Associação de Moradores – e mobilizar o engajamento. Diante disso, identifica-se que não há uma luta em conjunto pelas mulheres, elas não são organizadas ou engajadas a levarem suas percepções como pautas sociais. Quem representa a vila nas reuniões são os presidentes da Associação, composta por dois homens. No entanto, há muita conversa considerada não formal e paralela que carregam uma potência de alternativas, soluções e propostas de dinâmicas outras para aquele território. Com base nessa identificação concorda-se com um apontamento de bell hooks (2019 [1984]) que fala sobre como as mulheres precisam saber que podem rejeitar as definições sobre a realidade emque vivem oferecidas pelos poderosos, que podem fazê-lo mesmo sendo pobres, exploradas ouvivendo em circunstâncias opressivas. Elas precisam saber que o exercício desse poder pessoalbásico é um ato de resistência e de força.

Considerando esses apontamentos, é identificado como desenvolvimento para esta pesquisa o avanço dentro das perspectivas feministas para que seja possível se aprofundar nas percepções e vivências dessas moradoras, e para além de querer interpretá-las nesse entendimento atual sobre poder, conseguir ampliar formas de atuação mais inclusivas e sustentáveis. Compreender as práticas de resistência e das ações que garantiram sua permanência até agora na enseada, já trazem resultados essenciais para a construção de outras formas de planejar e gerir um território.

REFERÊNCIAS

AMORIM, N. M. *Da pirataria ao turismo:* múltiplas territorialidades, conflitos de gestão e planejamento ambiental na Ilha Grande (RJ). 2009. 69 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ANGRA DOS REIS (RJ). Câmara Municipal de Angra dos Reis. *Lei Nº 1.754, de 21 de dezembro de 2006.* Disponível em: http://angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/lei_1754.pdf. Acessado em junho de 2020.

ANGRA DOS REIS (RJ). Câmara Municipal de Angra dos Reis. *Lei Nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009.* Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/a/angra-dos-reis/lei-ordinaria/2009/209/2092/lei-ordinaria-n-2092-2009-dispoe-sobre-o-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-de-angra-dos-reis. Acessado em junho de 2020.

ANGRA DOS REIS (RJ). Câmara Municipal de Angra dos Reis. *Lei Nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009.* Disponível em: http://camaraangra.siscam.com.br/Arquivos/NormaJuridica/LeiOrdinaria/0902088.html. Acessado em dezembro de 2020.

ANGRA DOS REIS (RJ). Câmara Municipal de Angra dos Reis. *Lei Nº 1.965, de 24 dejunho de 2008.* Disponível em: https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/Lei_1965.pdf. Acessado em junho de 2020.

BATISTA, G.; MACCARI, A.; MEDEIROS, D. *Meio ambiente e gestão territorial:* licenciamento ambiental e os desafios do ordenamento territorial. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Org.). *Planejamento e gestão territorial:* gestão integrada do território. Criciúma: UNESC, 2017. p. 38-51.

BEDASSE, R. *Simone de Beauvoir e a Crítica Feminista*. In: MOTTA, Alda; GOMES, Márcia; SARDENBERG, Cecília (Org.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outra falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. p. 109-125.

BONDI, L. *Gender symbols and urban landscapes*. In: Progress in Human Geography. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).* Capítulo III, Art. 5.

CALIÓ, S. A. *Relações de Gênero na Cidade:* uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana. 1991. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CERQUEIRA, Danilo Rocha. *O uso do solo e conflitos de interesses no Parque Estadual da Ilha Grande na Vila Dois Rios:* transferência de cessão do uso da UERJ para o Estado?2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, M. D. C. *Questionário e Cartografia Social:* subsídios ao planejamento ambiental em Dois Rios, Ilha Grande – RJ. 2014. 87 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

EZQUIAGA, J. M. E. *Cambio de estilo o cambio de paradigma? Reflexiones sobre la crisis del planeamiento urbano*. In: Urban, 1997, p. 1-33.

FERREIRA, F. W. *Planejamento sim e não:* um modo de agir num mundo em permanente mudança. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FETTERLY, J. *The Resisting Reader*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.

GAMA, S. V. G.; DUTRA, F.; AMORIM, N. *O papel dos atores sociais na formulação de novas políticas públicas ambientais no distrito de ilha grande (Angra dos Reis, Rio de Janeiro - Brasil)*. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010.

GREED, C. *Overcoming the factors inhibiting the mainstreaming of gender into spatial planning policy in the United Kingdom*. Urban Studies,v 42, n 4, pp. 131, 2005.

HAESBAERT, R. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDING, S. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. RevistaEstudos Feministas, UFSC, Florianópolis (SC), ano 1, 1º semestre, p. 7-31

HISSA, C. E. V. *Geografia e Planejamento:* entre o puro e o aplicado. GEONOMOS, 6 (2): 33-43. UFMG; 1998, Belo Horizonte.

bell hooks. *Teoria Feminista:* da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1984].

MACHADO, T. *A cidade das mulheres feministas:* uma cartografia de Goiânia (GO). Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 201-218.

MARICATO, E. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias:* planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MEYER, D. *Do poder ao gênero:* uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. R. (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 41-51.

PRAÇA, M. *A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver:* construção coletiva de conhecimento desde os corpos-territórios das mulheres. Disponível em: https://medium.com/@pacsinstituto/a-terra-ensina-a-gente-a-se-defender-e-a-vida-insiste- em-viver-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva-de-2b68b68cbf7b. Acessado em julho de 2020.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder.* Tradução de Maria Cecília França. SãoPaulo: Ática, 1993 [1980].

REIS, M. L. *Estudos de Gênero na Geografia:* uma Análise Feminista da Produção doEspaço Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 38, P.11-34, JUL./DEZ. de 2015.

RIBEIRO, A. C.; PIQUET, R. *Tempos, idéias e lugares: o ensino do planejamento urbanoe regional no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2008. v. 10, n. 1, mai. p. 49-59.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Decreto Nº 2.698de 19 de novembro de 1996*. Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/148954/decreto-22698-96. Acessado em fevereiro de 2020.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Lei Estadual nº 2.393 de 20 de abril de 1995*. Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/150759/lei-2393-95#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20PERMAN%C3%8ANCIA%20DE,Ver%20t%C3%B3pico%20(28%20documentos)&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%2020%20de%20abril%20de%201995. Acessado em janeiro de 2020.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadualda Ilha Grande*. Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ), agosto de 2010.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Projeto de Lei Nº 1733/2012.* Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/52f8969edf1e0a5083257a71005ba3bf?OpenDocument&CollapseView. Acessado em fevereiro de 2020.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Projeto de Lei Nº 3585/2017*. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/ca382ee09e6ab7f803256a11007e6769/14f950fc120ea6c703256bd80062b153?OpenDocument&ExpandSection=-3%2C-2#_Section3. Acessado em fevereiro de 2020.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Projeto de Lei Nº 3354/2017*. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/e57c95219af0fd4983258199006cc757?OpenDocument&ExpandSection=-1. Acessado em fevereiro de 2020.

RIO DE JANEIRO. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Termo de Cessão de Uso n°21, de 18/10/1994.* Arquivo em Imagem: obtidos com o Centro de Estudos Ambientais de Desenvolvimento Sustentável da UERJ – CEADS, através de fotos do documento enviadas por e-mail. Acessado em junho de 2020.

RIO DE JANEIRO. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Ato Executivo de Decisão Administrativa 10 de março de 1998.* Disponível em: http://www.ilhagrande.org/pagina/historia-de-dois-rios-ilha-grande. Acessado em janeiro de 2020.

RODRIGUES, J. S. *Aspectos da Degradação Ambiental na Enseada de Dois Rios- Ilha Grande (RJ):* uma experiência de campo. 65 f. 2012. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTIAGO, A. M. A. *De caldeirão do diabo a paraíso ecológico:* a conversão da Ilha Grande. 2010. 256 f. Tese (Doutorado em Construção Social do Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente. Universidade do Estado do Rio de Janeiro,Rio de Janeiro, 2010.

SANTORO, P. F. *Gênero e planejamento territorial:* uma aproximação. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu-MG. Anais do XVI Encontro Nacionalde Estudos Populacionais. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SEPULVEDA, M. *Arbítrio e violência nas prisões da Ilha Grande*. In: Deserdados:dimensões das desigualdades sociais. Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais, UERJ. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2007. p. 39-57.

SILVA, J. M.; CESAR, T.; PINTO, V. *Gênero e Geografia Brasileira:* uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.185-200, V.11, n.15, jan-jun de 2015.

SILVA, J. M. *Geografias Feministas, Sexualidades e Corporalidades:* Desafios às Práticas Investigativas da Ciência Geográfica. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 27, p. 39-55, jan./jun. de 2010.

SILVA, S. *Geografia e Gênero/Geografia Feminista:* o que é isto? Boletim Gaúcho de Geografia, UFRGS, Porto Alegre (RS), 23, p. 105-110, março de 1998.

SORJ, B. *Sociologia e Trabalho:* mutações, encontros e desencontros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2000, v. 15, n. 43, p. 25-34.

XAVIER, T. F. *Do território do cárcere ao território da proteção da natureza:* conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ZARIAS, A.; FERREIRA, S.; QUEIROZ, F. *Mulheres e o direito à moradia:* a função social da propriedade na perspectiva de gênero. Suelo Urbano. 2001. 17 f. Disponível em: https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/Espa%C3%A7o-Feminista-Mulheres-e-o-direito-%C3%A0-moradia-a-fun%C3%A7%C3%A3o-social-da-propriedade-na-perspectiva-de-g%C3%AAnero.pdf. Acessado em janeiro de 2021.